

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

RAONNA CAROLINE RONCHI MARTINS

**“Fazer nada” como dispositivo de intervenção clínica e política em
territórios**

SÃO PAULO

2021

RAONNA CAROLINE RONCHI MARTINS

“Fazer nada” como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica sob a orientação da professora Dra. Miriam Debieux Rosa.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Debieux Rosa

Versão Original

SÃO PAULO

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESTA
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Caroline Ronchi Martins, Raonna
"Fazer nada" como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios /
Raonna Caroline Ronchi Martins; orientadora Miriam Debieux Rosa. – São Paulo,
2021.
135 f.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) – Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.
1. psicologia clínica. 2. psicanálise. 3. políticas públicas. 4. militância. 5.
instituições Públicas. I. Debieux Rosa, Miriam, orient. II. Título.

MARTINS, R. C. R. **“Fazer nada” como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Erich Montanar Franco

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dra. Bader Sawaia

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr. Luis Galeão

Instituição:

Julgamento

Prof. Dr. Eduardo Leal

Instituição:

Julgamento

DEDICATÓRIA

Dedico essa escritura à minha família, que me apresentou o amor. Principalmente por me ensinar a colocar o essencial sempre à frente. Mesmo que dê trabalho, mesmo se sentir medo.

AGRADECIMENTOS

À Miriam Debieux Rosa, por ter me acolhido no Núcleo de Psicanálise e Política, agradeço por ter me incentivado na teimosia em ser feliz.

Aos meus pais: Ivete e Cleber por me amarem de um tanto que não cabe aqui, e à minha tia Silvana por ser sempre minha amiga.

A todos os partícipes do ex-Projeto Oficinas, os Personal Parças, e aos compas com quem fizemos tantas redes que perduram até hoje: A Craco Resiste, PRD, É de lei, Defensoria Pública, Assessoria da Soninha e Suplicy, Pagode na Lata, Coletivo Tem Sentimento, Quase Bloco, Birico, Diversitas e, não menos importante, o Sem-Ternos.

Ao Lenine, meu querido amigo que me cuida nas tempestades.

À Leila, amiga do Lenine, que leu meu trabalho inteirinho, e me ajudou muito na construção da redação dos casos. (Viram como o Lenine vive me cuidando nas tempestades? Emprestou-me até uma amiga dele).

À Ana Godoy, minha mais nova amiga e interlocutora, que me ensinou, brincando, um tanto a mais sobre assertividade e doçura, percorrendo os caminhos que eu evitava numa escritura, oferecendo companhia, paciência, escuta atenta e muito carinho.

Ao Mauro Mendes, que me possibilitou inúmeras travessias, onde fui marcada pelo carinho e renovação.

As minhas amigas bruxas, porque “No creo en las brujas, pero que las hay, las hay”: Tamara Nader, Amanda Hebe, Marília Fernandez, Roberta Marcondes, Daniela Rabello e Carol Serrano.

Às minhas amigas de sempre e para sempre: Laura Shdaior, Ana Gebrim, Flávia Gleish, Camila Issa, Belinha e Lívia Zanin.

À Marta Okamoto, por sempre apostar em mim e me acompanhar há tanto tempo e ao nosso time que ama asinhas de frango e uma boa cerveja: Mariana Belluzzi, Deborah Sereno, Carol Bertol, Cláudia Trigo e Isadora Souza.

Aos meus amigos de trabalhos julgados “subalternos”: “Uma vez garçom, sempre garçom”, ou “uma vez caixa, sempre caixa”: Rubens Sales, Evandro Peixoto, Fernando Quinteiro, Yuri Bileski, Victor Persike, Daniel Zagatti, Bruna de Barros (que não deixa esquecer quem eu sou) e as minhas amorosas irmãs Dafny Aramateia e Jussara Adami.

À Daniele Correia, que me devolve algo sobre nosso trabalho conjunto, que me faz sentir vontade de prosseguir, ainda mais, nos caminhos que escolhi.

Ao Anng e à Korra (os gatos- avatares) por me apresentarem um mundo que eu não conhecia.

À Julia Catani pela amizade de tantos anos e ao Thiago Bomfim, porque juntos somos o Trio Calafrio!

Aos meus amigos Rafaéis (Daud e Domenes) que me tiram de ciladas teóricas e práticas.

Aos amigos Diego Queiroz e Kato por me acompanharem nos detalhes.

À Lucy e July que me acompanham, em outros detalhes, bem de perto.

Aos meus amigos mais antigos Pedro Pracchia e Fabiano Albano, por me suportarem há tantos anos com muita diversão.

Aos membros do Núcleo de Psicanálise e Política pelos debates e contribuições, especialmente a Emília Broide, Marta Cerruti, Ana Musatti, Ilana Mountain, Patrícia Ferreira, Diego Penha, Joana Sampaio, Sérgio Prudente, Rodrigo Alencar, Ivan Estevão, Rafael Daud, Gabriel Binkowski, Priscila Souza, Rafael Augusto, Sandra Alencar, Elaine Hara, Felipe Tadeu, Christopher, Carol Escobar, Andressa, Iara, Liana Driga, Isafás, Tiago Sanches Aline Martins, Jaquelina Imbrizi, Gabriela Medeiros, Júlia B, Mariana Grecco, Thiago Oliveira, Veridiana Paes, Estanislau e Cristina Vicentin por me ajudarem na escolha dos caminhos a serem percorridos nesta trajetória acadêmica.

À Miriam Debieux, Sandra Alencar, Ana Mussatti, Marta Cerruti pela supervisão cuidadosa e precisa oferecida aos membros do Projeto Oficinas.

A Emília Broid, Ana Turriani, Gabriel Binkowski, Eduardo Leal e Estanislau Alves da Silva Filho pelo acompanhamento da escrita desse trabalho e pela introdução de tantas referências prazerosas de aprender.

Ao Cedeca Interlagos, por me ensinar tanto, ainda que lições difíceis de elaborar. Agradeço especialmente aos que passaram por lá e que marcaram minha trajetória nas redes de cuidado com a molecada: Kleber Luiz, Bruna Leite, Fernanda Vargas, Paula Jaju, Tati Cardoso, Angelique Duruz e Elânia Franscisca. Agradeço também ao meu companheiro de luta Douglas Mansur, pelos caminhos peripatéticos nas idas às reuniões de direção dessa instituição e ao Tico Finkennauer, pelas lembranças das bagunças que aquecem o coração.

Ao Conselho Regional de Psicologia (CRP) por apoiarem as ações desenvolvidas na região da Luz, sobretudo as do bloco de carnaval Blocolândia.

Aos companheiros que me ensinam que a vida não é fácil, nem um pouco, e, no entanto, transmitem-me que a vida é agora e que não dá pra abrir mão de nenhum pedacinho dela: Márcio Gagliato, Henry Krutzen, Biancha Angelucci e Bader Sawaia.

À mulherada do Projeto Quixote, porque continuamos nessa luta também: Gab, Rafaela, Marina, Aline, Ingrith, Belinha, Flávia, Julia e Lívia. E a minha amiga Alice, que está lá no Rio de Janeiro e se faz tão presente aqui também.

À dupla Cris e Maurício Rocha, porque revolução não se faz sem dança e muita música.

Aos amigos que fizeram acontecer meu aniversário em meio à pandemia: Dani, Fabrício, Dafny, Tamara, Marília, Amanda, Laura e Nina.

Aos “compas” Kleber Luiz, Henrique Xemalami, Rita Farias e Gustavo Torrezan, pelo apoio mútuo na luta pela vida, tecendo comunidades.

Ao “compa” de sempre, Jorge Arthur, por caminharmos juntos nos áridos caminhos da assistência social.

Aos amigos Leo Nascimento e Hugo Akash, por compartilharem nerdices e aprendizados cósmicos comigo.

Ao Marcello Rocha, que me salva há muitos anos com meus insistentes problemas tecnológicos (e não só) desde o Brasil e até mesmo onde está agora, em Berlim.

Ao Michael Batista, por haver escolhido a mim e a Lívia para pensar em seus cuidados em sua vida. Agradeço também à Lívia Lascane por estar sempre comigo nos conflitos deste cuidado, além de tantas outras histórias de cuidado compartilhadas em nossa história.

Ao meu amigo Raphael Escobar, porque sempre reclamaremos no nosso apogeu.

Aos membros do Escutato, especialmente à Patrícia Ferreira, que faz tornar as coisas leves.

A Sasha e Nahla, pelo cotidiano.

A mim, que “inauguro no mundo o estado de bagunça transcendente”.

RESUMO

MARTINS, R. C. R. **“Fazer nada” como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A presente pesquisa objetiva elaborar e fundamentar minhas experiências no trabalho realizado nas ruas de São Paulo, em instituições, coletivos e projetos vinculados ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS), ao Sistema Único de Saúde (SUS), aos Direitos Humanos e à Redução de Danos. Assinalando o caráter contraditório presente na formulação e execução de políticas públicas, recorro meu interesse: a prática é escutar “populações vulnerabilizadas”. Quantos são os casos, as histórias que não cabem em lugar algum? Essas questões são recortes nas interlocuções no campo, nas redes que dão notícias de histórias que passam anos em limbos e em bizarrices burocráticas, preenchidas por aparatos jurídicos que justificam encaminhamentos, procedimentos, fazendo volume e espremendo espaços, produzindo vazios de histórias, histórias que permanecem as mesmas, sem escutas, sem consequências, sem rostos, afetos e memória, por fim, invisibilizadas. Como a psicanálise pode contribuir para o trabalho nas ruas? Como a militância se articula com a psicanálise? Quais são as consequências que essas misturas produzem nos territórios, na cidade, para quem escuta e para quem é escutado? Quem escuta? Quem escuta, escuta o quê? Quem escuta, escuta como? Com essas perguntas pretendo refletir sobre a escuta da alteridade nesses múltiplos fronts. O que e como escutar inserido em um caos que a máquina pública é capaz de produzir, fragmentando os sujeitos em “pastas”? O percurso começa na escolha metodológica, expressa no primeiro capítulo, ao focar a relação da psicanálise com outros campos de saber, a fim de possibilitar incluir diferentes perspectivas. Assim, partimos do pressuposto que analisar os passeios, o caminhar pela cidade, o habitar as ruas da cidade, as experiências com a arte em sua função social, ao mesmo tempo em que recorremos a dispositivos clínicos, amplia a capacidade de compreensão do sofrimento psíquico dos sujeitos. O segundo capítulo circunscreve minuciosamente o nascimento do Projeto Oficinas. O terceiro capítulo se debruça nas incursões teóricas das experiências vividas na cidade e, concomitantemente, vai narrar as experiências coletivas de criação e seus respectivos desdobramentos teóricos que ajudam a compreender e elaborar. O quarto capítulo conta sobre os casos. Casos que me transformaram e transformam minha prática clínica. O recurso teórico está presente, no entanto, mais importante do que as teorias formuladas, são histórias extraordinárias,

ou, no mínimo, extraordinárias para mim na descoberta da minha prática clínica que não cessa de se inscrever. O quinto capítulo versa sobre importantes aspectos que contribuíram para nossa nomeação. Uma nomeação que veio dos outros, uma nomeação de quem acompanhamos e, justamente pelo nome dado, trará para essa pesquisa um pouco sobre a nossa ressonância para com aqueles que nos propomos a atender. O sexto capítulo é um percurso fotográfico. Por se tratar de uma tese que reúne um bocado de gente, espero que essas pegadas ajudem o(a) leitor(a) a ver os rostos que vemos cotidianamente, sob outras perspectivas. Tal qual me ponho em (re)invenção como analista todos os dias.

Palavras-chave: Psicologia Clínica; Psicanálise; política; políticas públicas, militância, territórios vulnerabilizados; instituições públicas.

ABSTRACT

MARTINS, R. C. R. “Doing nothing” as a device for clinical and political intervention in territories. Thesis (Doctorate in Psychology) - Faculty of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2021

This research aims to elaborate and solidify my experiences of work done in the streets of São Paulo, in institutions, collectives and projects linked to the Unified Social Assistance System (SUAS), the Unified Health System (SUS), Human Rights and Damage Control Policies. Pointing out the contradictory character present in the formulation and execution of public policies, I emphasize my interest: the practice is to listen to “vulnerable populations”. How many are the cases, the stories that do not fit anywhere? These questions frame interlocutions between the field, the networks that inform of stories that spend years in limbo and in bureaucratic nightmare, filled by legal apparatus that justify referrals, procedures, making volume and squeezing spaces, producing voids of stories, stories that remain the same, without listening, without consequences, without faces, affections and memory, finally, made invisible. How can psychoanalysis contribute to street work? How does militancy articulate with psychoanalysis? What are the consequences that these mixtures produce in the territories, in the city, for those who listen and for those listened to? Who listens? What does who listens can hear? How do they listen? With these questions I intend to reflect on listening to otherness on these multiple fronts. What and how to listen inserted in a chaos that the public machine is capable of producing, fragmenting the subjects as “folders”? This path begins with the methodological choice of focusing on the relationship between psychoanalysis and other fields of knowledge in order to make it possible to include different perspectives, based on the assumption that analyzing sidewalks, walking through the city, inhabiting the city streets, experiences with art in their social function, as well as clinical devices, they expand the subjects' ability to understand the psychological suffering. The second chapter carefully circumscribes the birth of the *Oficinas* Project. The third chapter focuses on the theoretical incursions of the experiences lived in the city and, concomitantly, it will narrate the collective experiences of creation and their respective theoretical developments that help to understand and elaborate. The fourth chapter tells about the cases. Cases that have transformed me and transform my clinical practice. The theoretical resource is present, however, more important than the formulated theories, they are extraordinary stories, or, at least they were extraordinary for me in the discovery of my clinical practice that

never ceases to register. The fifth chapter deals with important aspects that contributed to our naming. A naming that came from others, an appointment that we follow and, precisely because of the name given, will bring to this research a little about our resonance with those we propose to attend. The sixth chapter is a photographic journey. As this is a thesis that brings together a lot of people, I hope that this journey will help the reader to see the faces we see daily, from another perspective. Just as I daily put myself in (re) invention as an analyst.

Keywords: Clinical Psychology; Psychoanalysis, politics; public policies; militance; vulnerable territories; public institution.

RESUMEN

MARTINS, R. C. R. **“Hacer nada” como dispositivo de intervención clínica y política en territorios**. Tesis (Doctorado en Psicología) – Facultad de Psicología, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta investigación trata de elaborar y fundamentar mis experiencias en el trabajo realizado en las calles de São Paulo, en instituciones, colectivos y proyectos vinculados al Sistema Único de Asistencia Social (SUAS), al Sistema Único de Salud (SUS), a los Derechos Humanos y a la Reducción de Daños. Señalando el carácter contradictorio presente en la formulación y ejecución de políticas públicas, destaco mi interés: la práctica es escuchar “poblaciones vulnerabilizadas”. ¿Cuántos son los casos, las historias que no caben en ningún lugar? Esas cuestiones son recortes de interlocuciones en el campo, en las redes que dan noticias de historias que pasan años en limbos y en burocracias absurdas, rellenas de aparatos jurídicos que justifican encaminamientos, procedimientos, haciendo volumen y achicando espacios, produciendo vacíos de historias, historias que permanecen las mismas, sin escuchas, sin consecuencias, sin rostros, afectos y memoria, por fin, invisibilizadas. ¿Cómo el psicoanálisis puede contribuir para el trabajo en las calles? ¿Cómo la militancia se articula con el psicoanálisis? ¿Cuáles son las consecuencias que esas mezclas producen en los territorios, en la ciudad, para quién escucha y para el escuchado? ¿Quién escucha? ¿Qué escucha? ¿Cómo escucha? Con esas preguntas busco reflexionar acerca de la escucha de la alteridad en estos múltiples frentes. ¿Qué y cómo escuchar en medio a un caos que la máquina pública es capaz de producir, fragmentando los sujetos en “carpetas”? Esta trayectoria empieza con la elección metodológica de enfocar la relación entre el psicoanálisis y otros campos del saber a fin de hacer posible la inclusión de diferentes perspectivas, partiendo del presupuesto que analizar los paseos, el caminar por la ciudad, el habitar las calles de la ciudad, las experiencias con el arte en su función social, bien como dispositivos clínicos, amplían la capacidad de comprensión del sufrimiento psíquico de los sujetos. El segundo capítulo circunscribe minuciosamente el nacimiento del Proyecto Oficinas. El tercer capítulo está dedicado a las incursiones teóricas de las experiencias vividas en la ciudad y, concomitantemente, describe las experiencias colectivas de creación y sus respectivos desdoblamientos teóricos que ayudan a comprender y elaborar. El cuarto capítulo habla de los casos. Casos que a mí me han transformado y que transforman mi práctica clínica. El recurso

teórico está presente, sin embargo, más importante que las teorías formuladas, son historias extraordinarias, o, como mínimo, extraordinarias para mí en la descubierta de mi práctica clínica que no cesa de inscribirse. El quinto capítulo versa sobre importantes aspectos que han contribuido para nuestro nombramiento. Un nombramiento que vino de otros, un nombramiento de quienes acompañamos y, precisamente por el nombre dado, va a traer para esta investigación un poco de nuestra resonancia para con aquellos a quienes nos propusimos atender. El sexto capítulo es un recorrido fotográfico. Por tratarse de una tesis que reúne mucha gente, espero que este recorrido ayude a los/las lectores/as a ver los rostros que vemos cotidianamente, desde otra perspectiva. Tal cual me pongo en (re)invención como analista todos los días.

Palabras-clave: Psicología clínica; psicoanálisis; política; políticas públicas; militância; territórios vulnerabilizados; instituciones públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1 - Calvin e Haroldo exercitando o nada</i>	47
<i>Figura 2 - Pátio do Complexo de Acolhimento Zaki Narchi, marcando a entrada no local</i>	50
<i>Figura 3 - Rua Helvétia, “Cracolândia”, durante atividade desenvolvida</i>	53
<i>Figura 4 - Zine 1</i>	64
<i>Figura 5 - Zine 2</i>	64
<i>Figura 6 - Zine 3</i>	65
<i>Figura 7 - Zine 4</i>	65
<i>Figura 8 - Zine 5</i>	66
<i>Figura 9 - Flyer de divulgação do Arraiá produzido pelo coletivo Sem-Ternos,</i>	88
<i>Figura 10 - Flyer de divulgação pelo coletivo Sem-Ternos</i>	88
<i>Figura 11 - Flyer de divulgação do bloco de carnaval Blocolândia (2)</i>	89
<i>Figura 12 - Flyer de divulgação de aula aberta realizada em parceria pelo Núcleo de Psicanálise, Sociedade e Política da USP/Coletivo Sem-Ternos e pela Cia Mugunzá de Teatro</i>	89
<i>Figura 13 - Pátio do Complexo de Acolhimento Zaki Narchi durante as atividades do Projeto Oficinas</i>	96
<i>Figura 14 - Foto de uma aula sobre educação para jovens</i>	124
<i>Figura 15 - Um fim para um começo</i>	135
<i>Figura 16 - Ato contra o silenciamento de mortes de crianças e</i>	135
<i>Figura 17 - Não foi fácil ler essa carta-manifesto</i>	136
<i>Figura 18 - Não foi fácil escutar sobre a morte dos amigos desses jovens</i>	136
<i>Figura 19 - Começo da equipe</i>	137
<i>Figura 20 - “Fazendo nada” com os desenhos das pessoas que acompanhamos, os nossos desenhos, os desenhos da geral, na Galeria Prestes Maia</i>	138
<i>Figura 21 - “Fazendo nada” com os passantes (e pose pra foto)</i>	138
<i>Figura 22 - Um dia frio de reunião na zona sul. Ir a campo: como?</i>	138
<i>Figura 23 - Dançando na rua</i>	139
<i>Figura 24 - Mesmo dia da foto acima: a dança contagia</i>	139
<i>Figura 25 - Deixar-se aprender (1)</i>	140
<i>Figura 26 - Deixar-se aprender. Vale pra todo mundo (2)</i>	140
<i>Figura 27 - Região da Luz “Cracolândia”. Era um espaço aberto que virou prédio</i>	141
<i>Figura 28 - O que você aprendeu consigo mesmo?</i>	141
<i>Figura 29 - Interações, convergências. Pintando o Museu da Energia</i>	142
<i>Figura 30 - Zaki Narchi: Montando fantasias para o carnaval</i>	142
<i>Figura 31 - Ocupando a rua (1)</i>	143
<i>Figura 32 - Ocupando a rua (2) + assembleia na rua</i>	143
<i>Figura 33 - Ocupando o galpão Zaki Narchi</i>	143
<i>Figura 34 - Ocupando “brincante” o galpão Zaki Narchi</i>	144
<i>Figura 35 - Ocupando musicalmente o galpão Zaki Narchi</i>	144
<i>Figura 36 - Sorriso diz “Passa esses instrumentos pra cá,</i>	144
<i>Figura 37 - Criança não cansa, né?</i>	145
<i>Figura 38 - Mesmo dia. Volpi cansou, sentou, mas não parou</i>	145
<i>Figura 39 - Mesmo dia: criança não cansa (2)</i>	146
<i>Figura 40 - Zaki Narchi. As mesas</i>	146
<i>Figura 41 - Mesa e pipa</i>	146
<i>Figura 42 - Ainda a mesa, com as pipas e as prosas</i>	147
<i>Figura 43 - A mesa e “os nadas”</i>	147
<i>Figura 44 - A mesa e balburdinhas</i>	147
<i>Figura 45 - No meio do fluxo</i>	148

<i>Figura 46- Os interstícios: As coisas mais sérias foram ditas</i>	148
<i>Figura 47- As reuniões de equipe: discordâncias possíveis</i>	149
<i>Figura 48 - A la Lao-tzu</i>	149
<i>Figura 49- Terra dura</i>	150
<i>Figura 50 - As discussões não correspondiam às horas que tínhamos de trabalho</i>	150
<i>Figura 51 - “Não existe gente grande”. No Museu da energia. Foto capa de disco</i>	151
<i>Figura 52 - Sim, a gente tava muito feliz nesse dia. Fazendo pose e tudo o mais</i>	151
<i>Figura 53 - Confesso que não lembro sobre o que era o prêmio;</i>	152
<i>Figura 54 - Quem tiver olhos, que escute: Rogério se apresentando e a gente fazendo uma aposta, juntos, no Centro Cultural São Paulo, na Vergueiro</i>	152
<i>Figura 55 - Minutos antes de ir pro Blocolândia. Museu da Energia. Luz</i>	153
<i>Figura 56 - Dá pra ver quem gostou mais dessa brincadeira, não dá?</i>	153
<i>Figura 57- Balbúrdia</i>	154
<i>Figura 58 - Alegria que chama</i>	154
<i>Figura 59 - Humor comparece</i>	154
<i>Figura 60 - Esse é o Pescador. Na antiga Tenda Braços Abertos</i>	155
<i>Figura 61 - Badarós e Badaflux no meio do fluxo</i>	155
<i>Figura 62 - Samba no Glicério</i>	156
<i>Figura 63 - Ato contra a retirada das carroças. Luz</i>	156
<i>Figura 64 - É um ato pelo vínculo, saca?</i>	156
<i>Figura 65 - Ponto de encontro pro ato: Carroça</i>	157
<i>Figura 66 - No ato: Nossos mortos têm voz</i>	157
<i>Figura 67 - Acho que só dá pra fazer atos com afetos, com os vínculos. Penso assim...</i>	157
<i>Figura 68 - Vem pro Blocolândia 2020, vem!</i>	158
<i>Figura 69 - Blocolândia 2020 (já tinha pandemia, mas a gente não sabia)</i>	158
<i>Figura 70 - Olha o Báda aqui!</i>	159
<i>Figura 71 - Olha o Báda ali!</i>	159
<i>Figura 72 - Fulanos, Beltranos e Sicranos (1)</i>	159
<i>Figura 73 - Fulanos, Beltranos e Sicranos (2)</i>	160
<i>Figura 74- Fulanos, Beltranos e Sicranos (3)</i>	160
<i>Figura 75 - Ame e dê vexame!</i>	161
<i>Figura 76 - Colagem de lambes sobre cuidados contra o coronavírus na região da Luz</i>	161
<i>Figura 77 - Distribuição de insumos de cuidado em redução de danos: piteira de silicone para uso individual</i>	162
<i>Figura 78 - Brincar de astronauta num tempo outro: distribuição de máscaras, álcool em gel e corotes</i>	162
<i>Figura 79 - Lambe produzido pelos redutores de danos que atuam na região da Luz</i>	163
<i>Figura 80 - O ex-palco da @ciamungunza</i>	163
<i>Figura 81 - Proibição do bloco</i>	170
<i>Figura 82 - Prêmio que ganhamos do pessoal da Cia Faroeste, com o pessoal do Diversitas da USP, para marcar a importância do fazer junto</i>	176

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. O MÉTODO PSICANALÍTICO COMO FORMA DE PESQUISA E INTERVENÇÃO	32
2.1 Diários de campo: caminhos para a construção metodológica	34
2.2 MÉTODOS etnográfico e a psicanálise: aproximações	38
2.3 Circunscrição metodológica da tese	41
3. PROJETO OFICINAS	45
3.1 Não caber e, ainda assim, estar.	45
3.2 Territórios: Diagnóstico do Projeto Oficinas: “Cracolândia” e Complexo de Acolhimento Zaki Narchi	47
3.3 Como encontramos o Complexo de Acolhimento Zaki Narchi	49
3.4 COMO ENCONTRAMOS A REGIÃO DA LUZ - “CRACOLÂNDIA”	52
3.5 Como chegar ao Complexo de Acolhimento Zaki Narchi: o complexo espaço de “acolher”?	55
3.6 Como chegar ao território “Cracolândia”: o território do outro	67
4. EXPERIÊNCIAS CLÍNICAS E POLÍTICAS NA CIDADE: POR UM TECIDO INTERSTICIAL	75
4.1 Preâmbulo necessário: Sustentar a vida	75
4.2 Construção do coletivo Sem-Ternos e a organização do trabalho “abre-alas”: a escuta como método	80
4.3 Eu quero é botar meu bloco na rua: Blocolândia	90
4.4 “Tu amas, sofres e sentes. Dança!”: Grupo Valéria	93
4.5 Considerações sobre tessitura intersticial: lugares dos brincar e dos ódios	100
5. CASOS	112
5.1 Você, “playboys”, sabem o que da vida? A construção do laço transferencial: Caso Bobby	112
5.2 “Prometo me comportar se você se comportar também” - vulnerabilidades descuidadas e seus riscos perversos: caso Cauã	116
5.3 “Me ajuda a curar as caspas?” - curando caspas e falando de amor: caso Sandro	121
6. PERSONAL PARÇAS	124
6.1 Parça, parceria, amizade	127
6.2 protocolos e cansaço: questionamentos e contraposições	130
6.3 COMO A GENTE DESCOBRIU O QUE ESTAVA FAZENDO?	131
7. PERCURSO FOTOGRÁFICO	134
7.1 Da carta manifesto ao recomeço	136
7.2. A escolha de uma equipe	137
7.3 Como ir a campo?	139

7.4 Explorando - um tempo em que, hoje, essa configuração, essa arquitetura, não existe mais	141
7.5 Desenhando, brincando e ampliando espaços clínicos e tessituras sociais	142
7.6 Conversas em lugares improváveis	145
7.7 Planejando, pensando, elaborando conhecimentos	148
7.8 Até sonhar com trabalho acontece, acredita?	149
7.9 Preparando os vôos e adaptando a aeronave à nossa realidade	151
7.10 Sobre vínculos	155
7.11 Saída do bloco 2020	158
7.12 Hoje- pandemia 2020/2021: ações que insistem	161
8. <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS: AQUILO QUE NÃO ACABA</i>	164
9. <i>REFERÊNCIAS</i>	177
<i>10. ANEXOS</i>	<i>184</i>

1. INTRODUÇÃO

“Das faltas, dos corações mais amordaçados, é onde temos uma criança; que encontrou o jeito de contar sua história.”

Autor desconhecido

Esta tese visa elaborar e fundamentar minhas experiências no trabalho realizado nas ruas de São Paulo, seja em instituições, coletivos e projetos vinculados ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS), ao Sistema Único de Saúde (SUS), aos Direitos Humanos e à Redução de Danos, como psicóloga, educadora social, redutora de danos e militante. Eleger escrever a partir dessas posições implica dizer, analisar, revisitar a minha trajetória, a minha forma de narrar o que se passou comigo e com as pessoas com as quais me relacionei durante dez anos de trabalho clínico e político.

Em cada espaço, em cada instituição pela qual passei, adotei uma forma de trabalhar, adotei um nome, um cargo, um lugar que não necessariamente foi o de psicanalista. No entanto, *a posteriori*, é do lugar de psicanalista que as questões de pesquisa emergem, aparecendo de modo significativamente diferente de certo padrão clínico. Isso porque o trabalho nesses contextos, nas ruas e instituições, incluiu o barulho, a bagunça, as múltiplas formas de ver o próprio corpo atravessado por inquietantes questões e não saber de que lugar responder. Muitas vezes, o manejo psicanalítico ajudou, em outras “deu ruim”. Ou ainda, dito de outro modo, adotando um padrão oficial de conceber a psicanálise, “deu ruim”. Posso dizer o mesmo em relação à militância e ainda acrescentar que, sempre, em algum momento, “vai dar ruim” – e/ou vai-se constatar que “já deu ruim” no contexto social e político em que estamos inseridos.

Com “deu ruim” expresso que tais territórios e seus habitantes são especialmente hostilizados porque evidenciam a falácia do imaginário social de que tudo anda bem no país em que vivemos, ou seja, demonstram que “deu ruim” a organização social, a desigualdade, a gestão dos governos. Estar no território e escutar seus moradores como sujeitos é uma posição política de romper com tal alienação social e, muitas vezes, padecer do mesmo olhar e imaginário social.

Nas palavras de Oury em conversação com Guattari (2004),

Os militantes revolucionários não podem deixar de se preocupar bastante com a delinquência, o desvio e a loucura, não como educadores ou reformadores, mas

como pessoas que não podem ler senão nesses espelhos o rosto da sua própria diferença (OURY apud GUATTARI, 2004, p. 32).

Gilles Deleuze (2004), no prefácio do livro *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional*, de Felix Gattari, dirá que

Há uma coisa que deveria especificar um grupo de militantes no domínio psiquiátrico, o fato de estarem engajados na luta social, é claro, mas igualmente o serem loucos o bastante para ver a possibilidade de estar com loucos; ora, há pessoas numa excelente posição no plano político que não tem a mínima condição de fazer parte desse grupo (DELEUZE, 2004, p. 17).

Podemos notar os dizeres acima uma reflexão que nos permite pensar, por exemplo, na transição de diferentes gestões municipais, estaduais ou federais. Constatamos nesses campos uma profunda indignação de muitos trabalhadores que estão nas gestões e “na ponta”, o significativo descontentamento em relação à alocação de pessoas que nada têm a ver com o cargo que ocupam, que não possuem percurso, formação, ou que possuem interesses escusos para dar verdadeira extensão àquilo que se acumula de experiência nesses diferentes territórios, tratando esses assuntos levianamente e sem sensibilidade.

Desejo, por meio desta pesquisa, compreender, elaborar e contribuir para algumas tensões a respeito da psicanálise e seu alcance para uma prática de atendimento com pessoas que vivem e, muitas vezes, sobrevivem em contextos sociais críticos, sob urgências sociais (BROIDE; BROIDE, 2016), sobretudo neste momento histórico, social, econômico e cultural, em que as políticas públicas oferecem, quando não retrocessos que ameaçam a vida, ações que dilaceram as pessoas nos chãos da cidade.

É importante considerar o caráter contraditório presente na formulação e execução de políticas públicas no âmbito do atendimento público que, em um sentido, fornecem subsídios norteadores e de fundamental importância para a prática aqui analisada – recorro meu interesse: a prática é escutar “populações vulnerabilizadas”. Em outro sentido, não raro, as pessoas que se propõem a escutar, inseridas nas instituições e orientadas por diferentes políticas, se sentem desamparadas, sem respaldo e são invadidas por demandas no dia-a-dia que obliteram suas condições para o exercício da escuta e o cuidado.

Desde que o mundo é mundo, em casos de infelicidade, as pessoas costumam procurar alguém com quem falar, e, na maior parte das vezes, a escolha recai sobre os familiares, os amigos, alguém mais experiente. O fato de, em caso de infelicidade, precisarmos recorrer a um especialista é um dos infortúnios complementares que a modernidade nos inflige. Mudam-se as

demandas tanto quanto as formas de patologia e isso requer uma reflexão política. O que precisa ser realmente “tratado”? A psicanálise pode corroborar uma despolitização de uma sociedade? Se sim, temos cada vez menos cidadãos enraivecidos e mais vítimas que precisam ser tratadas e acalmadas para que se tornem capazes de “positivar” algo (um discurso, uma instituição etc.). Estou de acordo com a psicanalista Radmila Zygouris quando afirma que “é do interesse da psicanálise desconfiar das bondades dos Estados” (2010, p. 34).

O trabalho nas instituições, nas ruas, mocós, vielas, quebradas, encruzilhadas, fluxos e alguns cantos na cidade me fez questionar o alcance e a contribuição da psicanálise nos territórios marcados pelas violências e vulnerabilidades. Como a psicanálise pode contribuir para o trabalho nas ruas e nas instituições? Como a militância se articula com a psicanálise nesse trabalho? Quais são as consequências que essas misturas produzem nos territórios, na cidade, para quem escuta e para quem é escutado? Quem escuta? Quem escuta, escuta o quê? Quem escuta, escuta como?

No *front* de execução de políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, os profissionais que exercem a função de escuta são múltiplos. Desejo dar consequência a essas multiplicidades neste trabalho, assumindo a posição de que o vasto campo da escuta não é restrito aos psicanalistas. Nesse *front*, na verdade, penso que não faz muita diferença ser psicanalista, assistente social, oficineiro, terapeuta ocupacional etc. Nas palavras de Oury, a respeito desse *front*

Não damos a mínima para a existência ou não de vocação; o importante é estar lá. Se formos honestos, analisaremos por que estamos lá, o que fazemos lá etc., ou então nem começaremos. [...] Questionar o lugar onde atuamos, compreender os problemas que interessam em sua natureza em suas relações com a sociedade é uma condição para a realização de trabalhos como esse, independentemente de sua categoria profissional específica. (OURY apud GUATTARI, 2004, p. 28 e 33).

Mas importa sustentar aberturas ao outro, sujeitas a erros e construções. Importa, ao tratar das “vulnerabilizações”, refletir sobre seu enfoque tradicional e tomar como questão: supomos sofrimento psíquico ou uma deficiência qualquer no funcionamento desses sujeitos que estão à margem? E, se supomos sofrimento psíquico, por quê? Por que afinal eles precisam de atendimento ou tratamento, se a questão é fundamentalmente social? Por que são eles, “pessoas em situação de vulnerabilidade”, que precisam/devem se tratar e não os responsáveis pela criação e manutenção do ciclo de exclusão gerada por políticas que mantêm e agravam a desigualdade social?

Com essas perguntas não pretendo deslegitimar as especificidades e o acúmulo de cada área de saber. Claro que são de suma importância e fundamentam o trabalho de cada profissional, mas importa também refletir sobre um acontecimento que atravessa a todos: como escutar a alteridade nesses múltiplos *fronts*? O que e como escutar inserido no caos que a máquina pública é capaz de produzir, fragmentando os sujeitos em “pastas”? “Esse não é um caso que demande acompanhamento de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), mas também não é demanda para uma Unidade Básica de Saúde (UBS), seria então para um Centro de referência de Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), seria o caso de acionar o Ministério Público (MP) para fazer valer o devido acompanhamento” – essas são falas comuns nesses contextos. Quantos são os casos, as histórias que não cabem em lugar algum? Essas questões são recortes de interlocuções no campo, nas redes que dão notícias de histórias que passam anos em limbos e em bizarrices burocráticas, preenchidas por aparatos jurídicos que justificam encaminhamentos, procedimentos, fazendo volume e espremendo espaços, produzindo vazios de histórias, histórias que permanecem as mesmas, sem escutas, sem consequências, sem rostos, afetos e memória, por fim, invisibilizadas.

É importante problematizar e refletir sobre o tradicional enfoque da vulnerabilidade desses sujeitos. Para isso, foi necessário situar a experiência analítica como um campo de experimentação ética mobilizada pelo desejo do sujeito de transformar/redefinir os sentidos de sua existência/experiência, sem necessariamente supor sofrimento, deficiência, fraqueza ou vulnerabilidade.

A contribuição da psicanálise nesta pesquisa se deu a partir daquilo que pude recolher na prática nesses territórios. A noção de transferência, a relação transferencial, o “escutar primeiro e depois ver o que fazer”, foram elementos de suma importância.

No geral, quem está imerso no *front*, no meio das demandas e também das exigências dos serviços, que vão de produtividade à resolutividade, nem sempre consegue escutar, perceber-se e se implicar. Até porque se implicar, muitas vezes, vem junto com a impossibilidade de responder às demandas que são o que justifica a permanência em um cargo, ou de atender uma solicitação que costuma ser maior do que o profissional pode responder, o que faz com que, frequentemente, a escuta fique para depois.

Importa destacar que esse é um campo no qual existe, notadamente, uma alta rotatividade de profissionais que saem porque “expirou a validade”, adoecem ou porque se sentem esgotados ou impotentes diante das muitas demandas e dificuldades de se situar no tensionamento das

questões que atravessam o trabalho. Não se implicar seria uma proteção? Implicar-se a qualquer custo também parece gerar desamparo.

Como construir continência e contorno para que as pessoas possam se implicar e também gerar/pensar ações a médio/longo prazo, ou seja, contornando as urgências e apostando que é possível permanecer, sem ter seu prazo expirado, como dizem os profissionais que abandonam o campo, muitas vezes esgotados.

Comparecem nas instituições (e a rua também pode ser considerada uma instituição)¹ lógicas de funcionamento que são as mesmas que se pretende superar. As inovações criativas dos psicanalistas e demais profissionais que trabalham nesses contextos facilmente se degeneram em técnicas aplicadas de modo padronizado. À medida que as práticas se burocratizam, os papéis se cristalizam e as teorias se tornam abstrações e modos de perpetuação ideológicos.

Rosa (2004, 2016) adverte que os psicanalistas estão migrando para as instituições, levando consigo suas posições e concepções sem, eventualmente, considerar o contexto institucional em que estão inseridos. São situações que explicitam os limites do tratamento tradicional e nos convocam a pensar em novas formas de intervenção. Nesse sentido, a autora diferencia os limites do modelo de tratamento, tal como conduzido nos consultórios, dos limites da psicanálise como teoria, método, prática e política para a condução dessas questões.

O que está em discussão são as diferentes estratégias a serem adotadas diante das atuais manifestações sintomáticas, bem como sua extensão na prática psicanalítica extramuros, nos territórios da cidade. Ela afirma que o psicanalista é convocado a atuar em nome de uma especialidade, no que se refere aos aspectos emocionais, intelectuais ou comportamentais de algum problema. Como responder de outro lugar?

Cada lugar, espaço, território, dispõe de uma especificidade, um recorte que define as condições de trabalho possíveis. Isso é importante de ser colocado ou de estar em cena nas ações, pois permite pensar, por exemplo, na produção de sentidos e de ferramentas simbólicas e políticas que possibilitam combater essa vulnerabilização². Afinal, essa vulnerabilidade pode ser pensada como um sintoma da cultura ou do Estado, e não do sujeito, do indivíduo³.

¹ Para aprofundar a compreensão cf. BROIDE, J. (1993).

² Não foram usadas diretamente na elaboração desta tese as contribuições da pesquisadora Vera da Silva Telles; no entanto, sugiro sua profícua produção para compreender e avançar no uso do termo.

³ Para trabalhos contemporâneos de atuação clínico-psicanalítica com populações vulnerabilizadas, que compartilham dessa perspectiva, cf. *Margens Clínicas, Clínica Pública de Psicanálise Vila Itororó em Conversa Ampliada na Clínica Pública de Psicanálise*. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/conversa-ampliada-na-clinica-publica-de-psicanalise/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

O que acontece nos territórios que irei abordar neste trabalho é que a assistência às pessoas em situação de rua ou em diferentes situações de vulnerabilização caminha na direção de resoluções imediatas e concretas de alguma necessidade. Apesar de terem sua importância, questiono se os sujeitos e a dimensão subjetiva desejante não estão sendo reduzidos às suas necessidades.

Penso que uma posição ética de escuta implica resgatar o sujeito desejante sem desconsiderar suas necessidades, mas compreendendo que suas necessidades ou sua condição de vulnerabilidade não o definem totalmente. Tal modalidade de intervenção nos exige interrogar sobre o que estamos produzindo como práticas clínicas nesses contextos. Trarei aqui o cenário das experiências no *front*, o cenário de relações com pessoas que “estão com a mão na massa”, pois acredito que essa experiência revela aspectos de uma realidade que existe e precisa ser considerada em suas extensões objetivas e subjetivas.

Como se pode perceber, essas *condições* afetam tanto a pessoa que escuta quanto a pessoa escutada, os “trabalhadores” e “atendidos”. A miséria está presente em todos os atores do território. E um território pode adoecer, afetado pela miséria física, objetiva e subjetiva. Para quem circula/ocupa/vive/transita na rua de algum modo, são presentes as marcas de miséria, de mortes e massacres.

No entanto, bem antes do massacre, constato um significativo esvaziamento de pessoas que se encontram nas ruas e que queiram falar de suas vidas no interior dos equipamentos públicos, pois ora o agente público e/ou as instituições estão lá para proteger as pessoas, ora se deparam com uma encruzilhada em que precisam responder uma demanda, um imperativo que serve, não raro, para expulsar as pessoas em nome da ordem, do progresso e do bem. São exemplos as truculências policiais na região da “Cracolândia”, em São Paulo, quando os equipamentos públicos fecham as portas para os atendimentos, sendo que, muitas vezes, os trabalhadores saem para atender as pessoas vítimas da arbitrariedade da polícia sem o respaldo institucional.

Essas são experiências que marcam minha reflexão com relação ao que fazer quando “já deu ruim pra caralho”, quando nesse cenário comparece o cansaço de apanhar da polícia e cuidar dos feridos, numa sociedade que pouco se estruturou nas diferenças de seus habitantes e os tornou inimigos em cada tempo histórico e cultural, com suas variadas roupagens.

Considero importante explicar porque somente a denúncia não basta para o trabalho que procurei sustentar, ainda que seja um elemento indispensável na militância – elemento este justificado pela necessária indignação em relação ao modo como alguns acontecimentos se dão

no âmbito do atendimento público nas políticas de saúde, assistência social, direitos humanos etc., e como se apresentam suas contradições em meio a uma gestão neoliberal na cidade, no Estado e no país, cada uma com suas facetas específicas.

O trabalho nas ruas e instituições interroga a fragmentação, as contradições e a burocratização das políticas públicas. Por exemplo: é estabelecido um determinado perímetro territorial para o trabalho dos profissionais que atuam diretamente com pessoas em situação de rua. Se o atendido se movimenta e passa a habitar outra rua que não faz parte do “perímetro” de cobertura ao qual o profissional está destinado (o que é bastante frequente), será necessário seu encaminhamento a outra equipe, mesmo que o vínculo com o profissional já esteja consolidado. Quais os impactos psíquicos para os atendidos? E para aqueles que os atendem? Tais questões interessam aos psicanalistas e interessam também aos militantes. Outro exemplo: tanto na região da Luz quanto em outras “Cracolândias” espalhadas pela cidade, existe uma prática da Prefeitura de São Paulo que manda “limpar” as áreas onde as pessoas fazem uso de drogas em contexto público. A Guarda Civil Metropolitana (GCM), a Polícia Militar (PM) e a empresa que faz a limpeza urbana recolhem objetos dos usuários, como cobertores, barracas e objetos pessoais. Os usuários se desesperam, tentando salvar o que podem, e essa ação muitas vezes é usada para justificar o uso da força policial – produzindo versões oficiais relacionadas ao uso de violência que, aliás, são contestadas pelos relatos dos profissionais que lá estiveram e têm alguma credibilidade devido à sua dedicação e presença frequente. Nos dias seguintes a esses acontecimentos, amanhece exatamente tudo igual: as violências permanecem invisibilizadas

Recorremos a literaturas como *Nada de novo no front*, de Erich Remarque (1929/2004), para recordar que essa não é uma sensação nova nos vários fronts da nossa história cultural e política.

Vale perguntar quanto dinheiro público é usado para essas higienizações violentas, e quanto dinheiro poderia ser empregado para a construção de outra política, considerando esses aspectos. Não me parece incompetência ou burrice das gestões; de fato, parece-me um projeto genocida de Estado⁴, como tem sido debatido pelos movimentos sociais, pela Defensoria Pública do município de São Paulo, por entidades de categorias profissionais como o Conselho Regional de Psicologia (CRP), e por alguns autores no campo acadêmico.

⁴ A respeito desse projeto, cf. os autores Achille Mbembe, Lilia Moritz Schwarcz, Loïc Wacquant, Daniela Arbex, entre outros.

A "Cracolândia" é um exemplo das questões apresentadas, dado que o crack foi construído como objeto publicitário para justificar uma guerra e, nesse contexto, constatamos que as instâncias de proteção responsáveis pela defesa e garantia da vida foram incapazes de evitar esse combate, que apresenta inúmeros prejuízos para a sociedade, sob a alegação de proteção da população civil. Fica o impasse para juízes, advogados, policiais, psicólogos, psicanalistas, médicos, assistentes sociais e tantos outros profissionais/trabalhadores/usuários dos serviços poderem atuar e conviver em plena guerra (BATISTA, 2014).

O tema das drogas, que tantas vezes ganha centralidade como o que causa adoecimento e vulnerabilidade, é um bom exemplo para o que foi exposto até o momento. Considerar a droga como "bola da vez", como bode expiatório, justifica uma série de ações políticas repressoras, como as que descrevemos, o que implica efeitos (a serem discutidos nesse trabalho) sobre aquele nomeado como "desviante", "à margem".

É necessário refletir sobre as produções de quem/do que fica à margem, bem como sobre as nomeações de cada época – que podem obliterar a possibilidade do sujeito ser/se dizer/ser dito para além de uma imagem metonímica, que toma o uso da droga pelo que o sujeito é.

Faço notar a contradição presente nas políticas sociais de saúde e de assistência social que, ao serem pensadas e estruturadas como forma de viabilizar eficácia no atendimento, não compreendem o sujeito humano inserido num contexto histórico social em que as determinações sociais, expressões das relações sociais de produção e reprodução da vida, são permeadas e denotam as contradições inerentes aos projetos sociais em disputa que, por sua vez, se manifestam em desiguais formas de estar no mundo. Ao contrário, por vezes, realizam apenas abordagens reducionistas sob o cunho de "determinantes sociais", repetindo o *modus operandi* do causalismo, não estabelecendo o nexo histórico entre as dimensões e variáveis da vida.

Para os "andarilhos", os limites territoriais estabelecidos geram questões, e a política nesse caso pode produzir efeitos perversos. Muitas vezes, quando um serviço é criado para executar determinada política pública, curiosamente este não consegue cumprir com o próprio objetivo estabelecido. Bleger (1984) afirma que toda instituição sofre daquilo que se propõe a tratar; com isso posto, algumas ações foram possíveis nos territórios que transitei, via militância. Outras vezes, por meio de certos manejos analíticos, foi possível reconhecer algumas impossibilidades nesses campos. Ou seja, minha observação é que, quando o Estado se exime, o profissional comparece no campo como militante, como analista, ou como for possível.

As contradições presentes nos cenários das ruas apontam para a complexidade da experiência de alguém que vive/mora/transita por elas, sobretudo quando se procura por dispositivos públicos que possam acompanhar esses sujeitos de algum modo. Ainda observo que algumas dinâmicas cotidianas vividas pelas populações consideradas vulneráveis criam um cenário de homogeneidade, apesar da expressiva heterogeneidade.

A indistinção das condições de vida das pessoas e dos seus locais de vivência acaba impactando as definições de vulnerabilidade social, especialmente na busca por sua mediação. Alguns índices denominados de “vulnerabilidade social” terminam concentrando indicadores sociais ligados exclusivamente às características individuais e familiares, não incluindo características territoriais. A articulação entre essas perspectivas é de fundamental importância para a compreensão desse conjunto de situações e processos decorrentes do modelo de desigualdade social subjacente no país e que configuram o fenômeno da vulnerabilidade social. Nesse sentido, seria preciso vincular a vulnerabilidade social não somente às condições de vida das pessoas, mas também às daquelas de seus territórios de vida. A articulação, e não simplesmente a junção dessas condições, pode ser capaz de evidenciar distâncias, desconexões, fragilidades e diferenças.

Assim, o lugar da rua ganharia outros contornos, outros sentidos, podendo ser passagem, meio, lugar de encontro. Articulando o lugar com o conceito de território como espaço dinamicamente ocupado, que apresenta relação com a definição de Santos e Silveira (2001), entendemos que lugar ocupado é aquele que é configurado pelo uso que dele fazem as mulheres e os homens em cada momento histórico.

É pela perspectiva desses autores, que compreendem o território implicado na espacialidade, que refletimos sobre a dimensão de território no campo da saúde, da assistência social, dos direitos humanos e da psicanálise. Assim, é possível compreender o território não apenas como um solo – o que levaria à noção de espaço fixo –, mas, sim, como um complexo de relações socioeconômicas no qual os sujeitos constituem seu viver cotidiano. E é relevante considerar ainda que tais relações são colocadas em movimento, no presente, ligadas também ao seu passado histórico.

A luta de pessoas e grupos pelo espaço geográfico e por modos de viver e significar suas vidas tem produzido fracassos nas políticas públicas, que cada vez mais recrudescem para um problema de segurança pública – e mesmo de repressão policial. São problemas que precisam ser entendidos sob a ótica da saúde, como um fenômeno social de interesse público, que expressa

determinações psicossociais, sociodinâmicas, institucionais. Fundamentalmente, são questões que precisam ser vistas a partir de uma abordagem interdisciplinar e de tipos de conhecimento dedicados a romper com tendências patologizantes e normatizadoras, acostumadas a privilegiar o olhar sobre a doença em detrimento daquele sobre a saúde⁵.

Insisto, na produção desta tese, em percorrer a análise da prática clínica em territórios, ruas e instituições com o objetivo fundamental de investigar como se constroem dispositivos clínicos alternativos e inovadores em diferentes contextos. Constato e procuro visibilizar saídas encontradas que permitiram invenções para as questões que estamos tecendo e aquecendo. Assim, esta tese tem por objetivo situar o campo do militante, as denúncias daquilo que não caminha bem, procurando, em diálogo com a psicanálise, visibilizar as invenções dessas práticas alternativas que passam despercebidas: tornar visível o que não é da morte, os “zumbis”, os “nóias”, “as viada”, e dar relevo para o que permite marcar o que há de desejante nos sujeitos escutados, nas conversas nas ruas.

No meu mestrado (MARTINS, 2016), em consonância com o trabalho de Miriam Debieux Rosa (2016), busquei situar e fundamentar a ética implicada na escuta das pessoas que circulam/moram/vivem nas ruas e que não comparecem em *settings* tradicionais psicanalíticos.

Agora, no doutorado, o trabalho desta tese continua localizado nas ruas de São Paulo. No entanto, farei um recorte sobre os territórios da Luz, “Cracolândia”, e do Complexo de Acolhimento Zaki Narchi, a partir do Projeto Oficinas. Nesses chãos de cidade percorridos por mim e, felizmente, por alguns que puderam estar comigo, desejo contribuir para as condições de escutas nesses contextos, e, com isso, provocar uma abertura à produção de novos sentidos clínicos, de outras geografias clínicas – o que implicará, ao fim, a produção de novas formas de existência e de convivência nesses locais, de modo a tornar possíveis outras posições de alteridade.

Desejo pensar, na ideia da minha pesquisa, de forma interdisciplinar, com certa hibridez em práticas de forma multidisciplinar e transdisciplinar, ao passo que a concretude é contraditória e a *práxis* acontece para além de enquadramentos preestabelecidos. Apostar em um caminho que preserve um lugar para algumas utopias, novas maneiras de fazer, juntar, de comunicar, de se

⁵ Ver Declaração de Alma-Ata: Conferência internacional sobre cuidados primários de saúde. Alma-Ata, URSS, 6-12 de setembro de 1978. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf>. Acesso em: 14.08.2020.

encontrar, brincar, desenvolvendo um espaço para tornar isso possível (WINNICOTT, 1975 apud KRUTZEN, 2018).

Irei priorizar as histórias vividas no Projeto Oficinas como efeito da elaboração psíquica/cultural da experiência da escuta, da prática que foi possível sustentar até aqui. Assim, esse trabalho atravessa territórios da cidade e seus discursos, e minha relação com seus ocupantes, por sua vez situada em projetos sociais. Trabalharei com essa complexidade pelo fio das intervenções, situadas em cenas públicas, políticas e clínicas que permitem trazer as questões da escuta psicanalítica nesses contextos, com suas potências e limites. Assim, essa pesquisa visa colocar em análise minhas experiências a partir do Projeto Oficinas, em seus territórios de atuação: região da Luz, “Cracolândia”, e Complexo Zaki Narchi, na Zona Norte da cidade de São Paulo, a fim de refletir e teorizar sobre a posição do analista na relação com as políticas públicas nos territórios em questão.

O “fazer nada” presente no título desta tese foi uma das estratégias que tiveram uma ressonância tão significativa que valeu a pena transformar em escritura. Não é qualquer coisa perceber que pessoas são colocadas como escudo nesse “*front*”. Não existe investimento numa formação adequada a cada contexto institucional e territorial. Penso com Janovik (2020) que

[...] as políticas públicas, por ser voltada a quem dela precisar (Constituição Federal, 1988), precisa incluir a possibilidade do *não* em seu fazer. A escuta psicanalítica se coloca como uma das formas de se escutar essa denegação, de maneira a se constituir como suporte para essa investigação; A escuta do sujeito, a partir de uma prática clínica que considere a dimensão sociopolítica do sofrimento, implica a invenção de formas de escutar, alicerçada na oferta ativa do espaço de escuta. Coloca-se, dessa forma, o desafio de compor a política pública, construída para um coletivo, com as diferentes formas que as pessoas encontram para viver. [...] O espaço de escuta de quem diz não querer sair da situação de rua, é um lugar para se desenharem percursos singulares, em que está incluído o riscar, apagar, rabiscar e pintar caminhos de afirmação do sujeito. Assim, não podemos de antemão dizer qual é a finalidade do atendimento a pessoas em situação de rua. A saída da situação de rua não pode ser o fim almejado - pelo menos, não o único. Não se trata do desenho produzido ao final, mas da possibilidade de desenhar formas de existir (JANOVIK, 2020, p. 64-66).

Pois bem, no que depende de mim, apresento minhas relações na zona, nos espaços nômades, nas zonas intersticiais, fronteiras ou nos terrenos baldios da cidade, esperando que, no que depende de você, que me lê, possamos iluminar as “sombras do nosso presente”. Espero que você possa me acompanhar nesses passos, sem atalhos, sobre algumas constatações que realizo a partir da minha experiência em alguns chãos da nossa cidade.

A arquitetura desta tese será apresentada a partir de onde me autorizo a pensar as possibilidades da psicanálise na interlocução com as políticas públicas. Nesse processo de autorizar-me aparecem vários nós. Faço uso da primeira pessoa, pois estou tecendo, pensando, estudando aspectos que circunscrevem apenas aquilo que mais me interessa dizer. Todavia, existem outros nós: os nós com quem estive com o pé no barro comigo, os nós com pessoas que me ajudaram na seleção de autores para viabilizar teorizações que contribuíram para elaborar esta escrita, com as pessoas que escutei durante todo esse processo. Por fim, esta é uma escrita cheia de nós, cheia de gente.

Acrescento, antes de apresentar uma breve síntese de cada capítulo, que alguns nomes desta tese são fictícios, outros não. Isso porque, quando contei sobre a minha tese a amigos, a pessoas que acompanhei, atendi, algumas delas disseram: “coloca meu nome aí, hein?” e, por respeito a esses pedidos, esta escrita se dá dessa forma.

No primeiro capítulo, trato da metodologia construída. Existem lacunas, faltam elaborações como em todo o texto, mas há uma coisa que vivi que vocês não sabem, e a metodologia criada faz parte de como eu arquitetei contar isso a vocês. No segundo capítulo, vou circunscrever mais minuciosamente o nascimento do Projeto Oficinas, com um pequeno diagnóstico tecido por mim e por essa equipe de trabalho em relação aos territórios “Cracolândia” e Complexo de Acolhimento Zaki Narchi. Em tal capítulo vou detalhar o que significa “abrir campo”, termo geralmente utilizado por antropólogos e que se fez presente na experiência narrada. No terceiro capítulo, me dedico principalmente às incursões teóricas das experiências vividas na cidade e, concomitantemente, a narrar as experiências coletivas de criação e seus respectivos desdobramentos teóricos que ajudam a compreender e elaborar. No quarto capítulo, conto sobre os casos. Casos que me transformaram e transformam minha prática clínica. O recurso teórico está presente, no entanto, mais importante do que as teorias formuladas, são histórias extraordinárias, ou que, no mínimo, foram extraordinárias para mim na descoberta da minha prática clínica, que não cessa de se inscrever. No quinto capítulo, verso sobre importantes aspectos que contribuíram para nossa nomeação - uma nomeação que veio dos outros, uma nomeação de quem acompanhamos e, justamente pelo nome dado, trará para essa pesquisa um pouco sobre a nossa ressonância para com aqueles que nos propusemos a atender. No sexto capítulo ofereço um percurso fotográfico. Por se tratar de uma tese que reúne um bocado de gente, espero que esse percurso ajude o(a) leitor(a) a ver os rostos que vemos cotidianamente, sob outra perspectiva.

E no fim dos escritos, nas considerações finais deste trabalho, optei por tecer considerações ao invés de conclusões, pois estou longe de concluir uma prática. Prática essa que me convida e me (re)inventar como analista todos os dias.

Por último, e não menos importante, aviso a você, leitora, leitor, que estive em lugares pelos quais usualmente não passamos, dos quais desviamos, lugares em que não queremos estar. E adianto que pôr meu corpo nesses territórios evitados gera bagunça, confusão, dentre outros sentimentos. Por esse motivo, essa escrita acompanha essas vivências, experiências clínicas nada convencionais e que podem gerar alguma confusão, podem causar alguma vertigem. Vertigem essa de que não conseguirei poupar de vocês, leitores.

2. O MÉTODO PSICANALÍTICO COMO FORMA DE PESQUISA E INTERVENÇÃO

“Se o leitor buscar aqui matéria de ensino, estará frustrado. Trago o que se escreveu em mim mesmo, a partir de uma práxis”.

Roland Barthes⁶

Mesmo com a ênfase dada à psicanálise como teoria e técnica de tratamento, Freud, em seu percurso, faz uso recorrente da análise de fenômenos coletivos para compreender processos individuais – afirmando, pois, em sua obra, que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, social (FREUD, 1921/1969).

A escuta psicanalítica é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social, uma vez que, para se efetivar, implica um rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como um sujeito desejante. Dessa escuta, principalmente quando o sujeito se revela como tal, o psicanalista não sai isento – seu posicionamento ético e político é necessário. A dimensão ético-política fica em primeiro lugar com base nessa constatação (ROSA, 2016).

Com Batista e Cunha (2012) é possível compreender que a técnica com a qual o psicanalista deve estar familiarizado quando se dedica a uma investigação clínica é a precedência da experiência clínica na concepção das técnicas. Ali, no campo da experiência, alguns princípios foram estabelecidos ao longo da obra de Freud, que permitem a extrapolação e a construção de outras possibilidades de intervenção, pensadas a partir das condições vividas por outros estratos da população e em outro tempo-espço, qual seja, a produção de linhas de cuidado para pessoas e grupos que habitam territórios vulnerabilizados de megalópoles no capitalismo periférico do século XXI.

Por isso, serão apresentadas narrativas de experiências, precedendo e possibilitando a formulação teórica e técnica da psicanálise nos territórios mencionados. Esse modo de sustentação teórica está em consonância com autores que alertam que a investigação psicanalítica do social não deve, por um lado, ser aplicação da teoria psicanalítica aos objetos estudados;

⁶ Barthes, R. **A câmara clara:** nota sobre fotografia. Tradução de Julio Castañon Guimarães. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1984. OU BARTHES, Roland.

por outro, também não deve se restringir ao uso de um conjunto de técnicas supostamente universais (BATISTA; CUNHA, 2012).

A psicanálise como método de investigação é orientada por uma postura ética daquele(a) que a conduz. Essa postura encontra nas técnicas – associação livre e atenção flutuante – suas condições de possibilidade, sem, contudo, restringir-se a elas. Isso permite que, da experiência psicanalítica, resultem saberes rigorosamente produzidos a partir do que o psicanalista recolhe do campo transferencial.

A oferta psicanalítica, na articulação com outros saberes, traz contribuições a respeito de referências fundamentais de organização psíquica que elucidam o imaginário dos grupos sociais, que atribuem lugares específicos aos sujeitos. O imaginário social é, segundo Castoriadis (1987), o conjunto de significações, normas e lógicas (dinheiro, sexo, mulher, criança, homem) que marcam o lugar que os indivíduos ocupam na sociedade. Rosa (2000) afirma que somente a partir de uma certa concepção de lei, paternidade, sexualidade, por exemplo, é que alguns são considerados excluídos como sujeitos humanos, sem direito de acesso à escuta, à palavra, e à cidadania.

Trata-se de uma postura orientada por uma ética, na medida em que o psicanalista se entrega à conversa entre inconscientes, sem pressuposições anteriores, para que dessas conversas emanem as interpretações. O que verdadeiramente interessa à investigação em psicanálise é que respostas outras possam ser pensadas diante dos impasses dos sujeitos em suas vidas, respostas que ponham em movimento o trabalho psíquico de elaboração e produzam mudanças nos laços afetivos e, portanto, sociais, tendo efeitos concretos sobre a sociedade e a cultura (BATISTA; CUNHA, 2012).

O trabalho psíquico, nesse caso, o método para demonstrar como tratarei dele nessa pesquisa, inclui olhar para os detalhes. Os registros, aqueles que não se submeteram a protocolos com relação aos registros oficiais das instituições pelas quais passei, são minhas anotações pessoais num caderno e constituem a forma pela qual analisarei o campo subjetivo da experiência.

São ideias, teorias, encontros que, muitas vezes, foram dominados pelas contingências, e não por mim. Não houve, da minha parte como analista, interpretações rebuscadas e análises em continuidade por muito tempo, algumas poucas duram até hoje. O que importa é que talvez seja essa a essência desses encontros terapêuticos/analíticos/brincantes/itinerantes: a de acompanhar

alguém peripateticamente⁷, em um processo no qual as pessoas descobrem algo que já havia em si mesmas. Afirmo isso por senti-lo das pessoas que atendi e com quem, de certa forma, convivo até hoje nos espaços que criamos e em alguns interstícios nas ruas, gestos de agradecimento e afeto. Não sei afirmar com certeza o porquê, mas talvez pelos encontros terem produzido algo dito daquilo que eles já sabiam ser verdade: um gesto espontâneo. Talvez isso seja definido por um exercício de franqueza com quem nos relacionamos, implicando subversão da eficiência como imperativo (WINNICOTT, 1984).

Como em todo ato de refletir verdadeiramente sobre si – para que, porque fiz as coisas como fiz –, acompanha-me a angústia, que abre, aqui, para o que há de verdade nos afetos. Talvez seja o caso de lembrar que todo verdadeiro encontro afetivo não é exatamente apaziguador, mas angustiante, pois profundamente desorientador. Desorientador porque me deparo com certa pressão para reconhecer aquilo que ainda não tem nome em minha gramática, o reconhecimento de uma “incontornável ambiguidade da experiência e a anarquia discursiva que ela abre” (PRADO JR., 2000, p. 96).

2.1 DIÁRIOS DE CAMPO: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Como referido acima, serão utilizados diários de campo, cadernos com anotações pessoais, onde estão presentes as histórias de vida e cenas nas quais me vi afetada e afetando, em meio à busca de mudanças singulares subjetivas e coletivas. Sigo alguns passos do fundador da psicanálise, que edificou sua disciplina a partir do seu histórico clínico, provocando mudanças na moral vitoriana ainda vigente nas primeiras décadas do século XX, com efeitos que repercutem até nossos tempos.

Os diários de campo trazem as histórias de vida dos sujeitos e aproximam a psicanálise dos estudos etnográficos, como irei abordar a seguir. Segundo Conte et al. (2014), a história de vida, originalmente pensada de forma individual pelas ciências sociais, quando orientada pelas pesquisas em psicanálise, incentiva narrativas coletivas e compartilhadas. As autoras afirmam que existem possibilidades frutíferas, em termos metodológicos, que surgem do encontro teórico da psicanálise com a saúde coletiva, campo ao qual se filia a pesquisa etnográfica – e que se faz presente nesta pesquisa.

⁷ Essa definição aportada da obra de Antônio Lancetti (2006) tem profunda ressonância com a presente pesquisa, bem como todo o acompanhamento de seus escritos e da interlocução que fora possível enquanto viveu.

A relação da psicanálise com construções de outros campos de saber enriquece esta pesquisa, pois possibilita incluir diferentes perspectivas de leitura acerca das atividades desenvolvidas por um psicanalista em conjunto com profissionais de outras disciplinas. Assim, analisar os passeios, o caminhar pela cidade, o habitar as ruas da cidade, as experiências com a arte em sua função social, ao mesmo tempo em que recorremos a dispositivos clínicos, amplia a capacidade de compreensão do sofrimento psíquico dos sujeitos. Nesse sentido, compreendo que esta ampliação metodológica vai além do tradicional enfoque da clínica em consultório e coopera oferecendo outros repertórios ao psicanalista (CONTE et al., 2014).

A fim de tecer tais interlocuções, acompanho Conte et al. (2004) e busco autores que traçam aproximações ao sujeito da experiência e as condições de possibilidade para o encontro que visa produzir mudanças. Mudanças estas que foram observadas nas pessoas com as quais me relacionei em diferentes territórios de atuação, bem como em mim mesma no decorrer da pesquisa e da escrita da tese.

Ao ocupar o lugar de coordenação no Projeto Oficinas, me vi com a possibilidade de construir outras condições com a equipe de trabalho, o que muitas vezes não é sequer problematizado na formulação e implementação de algum serviço público, como pude testemunhar, por exemplo, na execução de um Núcleo de Proteção Jurídica e Apoio psicológico (NPJ) na Capela do Socorro⁸.

O tipo de serviço ao qual me dedico nesta tese é o de acompanhar pessoas em situação de rua, nas ruas. Isso implica uma posição de “abordagem”. Como “abordar” alguém que não necessariamente demandou atendimento? Como alguém que vive na rua pode fechar uma porta avisando o “abordador” que não está disponível para esse encontro, como quando acontece em visitas domiciliares, por exemplo, quando se tem uma casa com uma porta para fechar? Algumas

⁸ Trata-se de um “Serviço referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) com a finalidade de assegurar atendimento especializado para apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, fortalecendo a função protetiva das famílias diante de um conjunto de condições que as vulnerabilizam. Esse serviço está vinculado ao CREAS e mantém relação direta com a equipe técnica deste Centro, que deverá operar a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.” (SÃO PAULO, 2018) Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protacao_social_especial/index.php?p=28942. Acesso em 6 nov. 2019.

dessas questões foram tratadas no meu mestrado (MARTINS, 2016) e em outros escritos e comunicações científicas que venho elaborando e realizando.

Nesse caminhar pelas ruas, destaco o turista (estrangeiro, *flaneur*, viajante) como uma figura metodológica, na medida em que ele está de férias, ou seja, sua produção é de mover o sistema fazendo nada, simplesmente se movimentando nele. É um estrangeiro, um estranho em meio às ruas.

Lembro-me de Caterina Koltai, a respeito do estrangeiro:

Qual a grande descoberta de Freud? Justamente a de que o homem é impelido por algo que lhe é estrangeiro, que ele não é integrado em si mesmo. E é no interior de si mesmo, em seu aparelho psíquico, que o homem vive com inquietação o sofrimento do que lhe é estrangeiro. A psicanálise põe em jogo de modo específico a complexidade das relações com o Outro, a ponto de podermos afirmar que não há relações com o Outro enquanto Outro, do estrangeiro enquanto estrangeiro.” [...] Quanto à psicanálise, o mínimo que se pode esperar dela é que nos familiarize com o estrangeiro em nós mesmos, uma vez que só assim poderemos modificar, em profundidade, nossa relação singular com o outro (KOLTAI, 2000, p. 27).

Ainda com Koltai (2000), afirmo que qualquer civilização terá que tratar, ou pelo menos gerenciar, as aporias da condição humana. Não há como ignorá-las, pretender eliminá-las, encaminhando inelutavelmente à “solução final” (LECLAIRE⁹ apud KOLTAI, 2000). Com ela, pergunto: que estrangeiro é esse que precisa ser eliminado socialmente?

A romancista Noemi Jaffe também trabalha com esse conceito – estrangeiro – em suas escritas. Para ela, estrangeiro tem a ver com o estranhamento, tem a ver com estar fora, tem a ver com não pertencer. Talvez, caminhar pela rua, não pertencendo à cidade, possa ser a condição de possibilidade de nos comunicar com os que também não pertencem a ela. Jaffe comenta que o problema principal da humanidade, atualmente, é o que fazer com os refugiados, a xenofobia, o preconceito, os sem-teto, os sem-lugar, fugindo das catástrofes das quais não são culpados. Para ela, são pessoas que nasceram no lugar e na hora errada e são as principais punidas por uma coisa com a qual elas não têm nada a ver (JAFFE, 2015).

Assim, compreendo que, antes de pensar na especificidade das populações consideradas vulneráveis, é preciso entender que o sistema com o qual contamos hoje exclui um sujeito pela

⁹ LECLAIRE, Serge. **Etat des lieux de la psychanalyse**. Paris: Albin Michel, 1991.

sua inadaptação. Esse sujeito continua presente, mas sob a forma de exclusão – o que alimenta a necessidade de negá-lo pela violência, que, no limite, é a eliminação.

Com esse conceito proponho um descondicional do olhar sobre a palavra. Um estranhamento. Esse estranhamento significa, ainda com Jaffe (2015), olhar para uma coisa muito de perto e começar a ver coisas que não fazem mais parte daquele olhar geral que se tem dela. Então, começa-se a estranhar o objeto que se está vendo. Daí reitero a importância de fazer o mesmo com as palavras, com as cenas, com as pessoas, com os acontecimentos, pois é nesse instante que passamos ver as mesmas coisas que vemos todos os dias, mas sob outro ponto de vista. É o olhar do turista? Turista-estrangeiro, o olhar do estrangeiro sobre a vida, o real. Proponho o caminhar pelas ruas, na cidade, escutando, confrontando-se com demandas com as quais não se está familiarizado, escutando com riscos, no lugar de nos resguardarmos no âmbito da técnica, com as regras e normas que burocratizam o fazer do trabalhador, ativista, psicanalista, e que o protegem da alteridade do campo¹⁰.

Hoje, a categoria com a qual se desenham as cidades é a da segurança. Pode parecer banal, mas brincar na rua, andar pela cidade, nos parece uma resistência a uma lógica que constrói muralhas e câmeras de vídeo. Assim, há um aspecto político do caminhar: que tipo de cidade produz pessoas com medo de andar na rua?

¹⁰ Em um trabalho com interesses próximos dos aqui veiculados – não de graça bem intitulado *Atlas narrativo de vidas na rua: experimentações éticas de uma metodologia*, Pinheiro e Baptista (2019, p. 1) descrevem assim sua proposta de trabalho: “Este artigo problematiza as relações de poder que têm destituído a vida na rua de sua força de existir na atualidade, inviabilizando suas táticas de existência e deslegitimando sua presença na cidade. No intuito de investigar possíveis resistências a estes exercícios do poder, propomos a composição de um Atlas constituído por fragmentos narrativos produzidos no deslocamento pelo Centro Histórico de Vitória/ES realizado com a população de rua que ocupa esta região da cidade. O Atlas Narrativo visa explicitar a dimensão ético-política das ocupações realizadas por essa população. Ressaltamos o caráter minoritário que constitui essa experiência narrativa da cidade, atuando na constituição de pontos de passagem por onde se procurou pensar a dimensão inventiva da vida nas ruas sem abandonar-se, porém, a qualquer tipo de romantização de suas condições de vida. Concluímos no artigo como o Atlas possibilita pontos de vertigem capazes de abrir o pensamento a outra política da existência”. A mim não interessou fazer um ‘Atlas’ (apesar de considerar essa uma ótima ideia e de haver mesmo já a colocado em prática noutros serviços de atendimento público para pessoas em situação de rua), mas, sim, simplesmente enfatizar as narrativas (tantas vezes sucateadas, desapropriadas ou ignoradas), pois por meio delas existe a chance de se partilhar a vertigem, a disrupção e mesmo o ‘barulho’ que alguém que passou por esses buracos nas ruas sentiu. Aliás, nesse sentido, Baptista (2019, p. 3) souberam bem colocar: “Segundo Blanchot (2005), a ação que a narrativa presentifica é a da transitoriedade, ou seja, a de efetuar e efetuar-se como movimento de errância e passagem em todos os planos que ela toca – histórico, geográfico, político, coletivo, individual, perceptivo. Em outras palavras, a narrativa envolve uma busca infinita pelo momento que precede a existência das coisas em suas configurações rotineiras. Dessa maneira, a experiência narrativa confere matéria de expressão a essa dimensão extraordinária dos acontecimentos, isto é, àquilo que neles escapa às formas do mundo habitual. A experiência narrativa exige, portanto, estarmos abertos às surpresas, às novidades, estarmos atentos aos efeitos da pesquisa sobre o pesquisador e seu objeto, entendendo que, no primado da experiência, fazer e conhecer são inseparáveis”. Vale dizer que um texto que se propõe a ‘narrar’ barulhos, curiosamente, não está livre de ruídos. Da mesma forma que o vai-e-vem proveniente do acompanhar os constantes deslocamentos da população de rua pela cidade também facilmente se imprime na escrita deste trabalho.

Andar na rua/estar na rua possibilita a segurança. Esta é uma afirmação. Endosso-a, articulando-a com a noção de deriva – no sentido de “projeto indeterminado” e de sua potência em incorporar a cidade nômade, ou “informal”. O significado da palavra *deriva* é: medida do desvio em relação ao funcionamento normal que um aparelho ou instrumento passa a apresentar no decorrer do tempo. Podemos pensá-la, também, como deixar-se à deriva, em seu significado mais projetual, como instrumento para construir uma direção – uma situação lúdico-construtiva.

No caminhar, acredito ser possível sair da cidade mais praticada e conhecida de todos, para ver o que está ao redor desses muros, visíveis ou invisíveis, nas margens da cidade tradicional. Espaços que não aparecem nos guias turísticos, espaços urbanos indeterminados, marginais, periféricos, territórios em transformação. Jacques lembra, em relação aos “espaços nômades, zonas intersticiais, nas fronteiras ou nos terrenos baldios da cidade”, que

A zona é também um sistema muito complexo de armadilhas... eu não sei o que se passa ali na ausência de pessoas, mas é só chegar alguém que tudo começa a se mexer [...] a zona é como se a tivéssemos criado nós mesmos, como nosso estado de espírito... não sei o que se passa, isso não depende da zona, isso depende de nós (CARERI, 2013, p. 8).

Caminhando nos territórios descobri as zonas e, com elas, as zonas intersticiais, imprescindíveis a esse trabalho.

2.2 MÉTODOS ETNOGRÁFICO E A PSICANÁLISE: APROXIMAÇÕES

O objetivo não é prioritariamente criar uma ponte teórica entre os diversos campos de saber, mas principalmente trazer fragmentos do que os outros campos do saber podem repercutir na psicanálise e vice-versa. Neste caso, estou buscando formas de narrar e incluir metodologicamente o caminhar, descrito acima.

Penso que o alinhamento do método etnográfico à metodologia desta pesquisa possibilita um amplo contato com a cultura local, extravasando o simples acompanhamento dos movimentos de personagens do cotidiano, ao ser capaz de tornar aparentes especificidades locais invisíveis (MAGNANI; TORRES, 1996).

Pesquisas etnográficas em ambientes urbanos se iniciaram com os estudos da Escola de Chicago, no final do século XIX e início do século XX, nos Estados Unidos, ampliando o olhar para o contexto urbano em uma cidade que apresentava um acelerado crescimento econômico (MAGNANI; TORRES, 1996). No caso de São Paulo, temos registro de uma produção na

antropologia urbana desde meados da década de 1930, já influenciada pela Escola de Chicago. O olhar etnográfico auxilia metodologicamente como forma de construir outra perspectiva em relação ao tom alarmista com o qual a mídia no Brasil passou a focalizar os espaços públicos de uso do crack, por exemplo. (MENDOZA, 2005).

O uso do crack se irradiou da cidade de São Paulo para as grandes, médias e pequenas cidades do país nos últimos 20 anos, criando um polo de tensão entre a perspectiva higienista – termo que passou a frequentar o debate público para referir as medidas repressivas em relação aos usuários de crack – e a perspectiva dos direitos humanos. Essas perspectivas expressam diferentes visões também em relação ao campo de uso das drogas consideradas ilícitas e passaram a colocar em confronto duas concepções de política de atenção ao uso público de drogas ilícitas: a prática da repressão policial e desocupação forçada dos territórios, complementada pela internação ou pelo encarceramento dos usuários, em contraposição a uma perspectiva de cuidado baseada na chamada “redução de danos” e no respeito aos direitos humanos (ADORNO et al., 2013).

Fica evidente a necessidade de fundamentar pesquisas que busquem reconhecer os vínculos, as dinâmicas e os modos pelos quais processos macrossociais, políticos e econômicos se fazem presentes no cotidiano dos setores populares, para, dessa forma, alargar e complexificar a análise e a compreensão que torna aspecto central e problemático o uso de drogas (MARTINS et al., 2017).

Faço essa justificativa a fim de afirmar que o objeto “crack” está presente nesta pesquisa, mas não é sobre ele que irei me debruçar especificamente, pois a proposta aqui é, justamente, não torná-lo central, mas mencionar que ele “*faz parte do rolê*”, de “*estar nesse rolê*”, “*nas cenas de uso*”, nas ruas. Essa posição se assemelha, por exemplo, à de muitos antropólogos que trabalham com o método etnográfico: estão em campo, observando tudo que há nele. Esse estado de observação implica a experiência com o corpo presente nos territórios com os quais compartilhei a existência/vivência.

Com o cuidado de não desfigurar a especificidade de cada abordagem, ao articular os saberes da antropologia e os da psicanálise, busco pontos em comum que permitam contribuir para esses dois campos de conhecimento, e que podem operar tanto no plano metodológico quanto analítico, incorporando as relações no trabalho etnográfico com base na noção de transferência (BARBIERI; SARTI, 2011).

Dessa forma, pretendo traçar uma conexão entre a concepção de um caráter relacional próprio ao trabalho de campo na etnografia e a prática e a teoria psicanalíticas, com referências em Freud, por meio do desenvolvimento do conceito de transferência. Também a psicanálise se constitui como um método investigativo, considerando que as questões advindas das investigações fazem parte de seu campo de estudo (BLEGER, 1985; BIRMAN, 1992; BARBIERI; SARTI, 2011).

Compreendo que o conceito de transferência revela-se uma abordagem relacional por excelência, em que os sujeitos falam e interagem entre si. Esse é um conceito que permite compreender a comunicação humana englobando os aspectos inconscientes, o desejo e a singularidade dos sujeitos, o que possibilitou o desenvolvimento da psicanálise como método clínico. Isso porque ela está amparada fundamentalmente na palavra que considera a escuta do inconsciente de um outro e a escuta da fala de um (ou vários) outros que constituem a experiência psicanalítica. Esse é o campo da transferência, no qual se incorpora o campo da ação e da pesquisa empírica psicanalítica (BARBIERI; SARTI, 2011).

Ao aproximar a proposta metodológica psicanalítica da visão etnográfica, situamos uma pesquisa que viabiliza uma escuta promotora de efeitos clínicos e políticos, os quais se sustentam a partir de como o pesquisador-analista-escutador se coloca no território e se permite afetar e ser afetado por ele. Tudo isso será narrado, descrito, analisado, transformado em tese, portanto, a realização deste processo será a partir dos diários de campo, subsídios para uma pesquisa qualitativa, conforme descrito acima.

Seguindo alguns passos de Freud que, ao tratar a Srta. Elisabeth Von R, compara a técnica psicanalítica à técnica de “escavar uma cidade soterrada” (FREUD, 1893-1895/2016, p. 155), de camada em camada, pretendo deixar gradativamente caírem os excessos dos discursos a respeito dos temas sobre os quais discorrerei (incluindo eventuais excessos teóricos), com a intenção de ressaltar a experiência em campo e buscar pares que ajudem a avançar esta pesquisa.

Como a análise das minhas experiências acontecerá por meio de minhas próprias narrativas, encerro esta parte metodológica com a noção de narrativa cunhada por Benjamin (1936/1994), que compreende que o narrador retira da experiência o que ele nos conta, seja “sua própria experiência ou a relatada pelos outros” (p. 201). É a narrativa, por sua peculiaridade oral, que mantém as tradições e persiste, diferentemente de um romance, por exemplo, cuja origem reside no indivíduo isolado, e trata, na maior parte das vezes, do sentido da vida, encerrando sempre a história com um final que é, então, imposto ao leitor. Na narrativa, pode haver o

conselho, não no sentido do senso comum, mas como forma de saber que sugere continuação de uma história que está sendo narrada, ganhando significação de continuação de uma história que se tece à medida que é contada pelo narrador e ouvida pelo outro, o ouvinte. Este, por sua vez, ao contar aquilo que ouviu, transforma-se ele mesmo em narrador. Por meio da narrativa, podemos nos aproximar da experiência, tal como ela é vivida pelo narrador (DUTRA¹¹, 2002 apud MARTINS, 2016).

Espero oferecer uma oportunidade ao(à) leitor (a) para que escute/leia as histórias que aqui apresentarei, transformando-as de acordo com sua interpretação. Não espero oferecer respostas na continuidade deste texto; a expectativa é de que a experiência vivida e transmitida pelo narrador (no meu caso, narradora) possa sensibilizar quem escuta para outros significados atribuídos à experiência narrada, e que aquilo que é narrado possa ser incorporado a partir do repertório de cada ouvinte.

2.3 CIRCUNSCRIÇÃO METODOLÓGICA DA TESE

Trata-se de um trabalho de descrição de experiências, incluindo a realização narrativa daquilo que foi vivido nos territórios pelos quais passei e com as pessoas com quem ali cruzei e troquei, enaltecendo quando possível ou pertinente, as questões que ali me surgiam (no momento lembrado ou revivido-escrito), enquanto impasses ou mesmo *insights*, de modo que tal escrita favoreça elaborações ‘psíquicas’, tanto no âmbito cultural – considerando-se uma produção de saber que possa advir em decorrência e mesmo em inerência –, quanto no pessoal – algo que, inevitavelmente, ocorre a um pesquisador psicanalista, tal qual acontece aqui¹². Afinal, segue-se uma linha de pesquisa de investigação psicanalítica, nas suas tensas articulações com o que se pode chamar – a partir de Rosa (2016) – de clínico-política, cabendo o tecimento de breves leituras, ou no mínimo articulações teóricas, desde noções psicanalíticas e estabelecendo pontes com outras áreas das ciências sociais. De fato, parte do que se pode descrever como material “experencial” procede de certa ‘metodologia etnográfica’, isto é, produção de diários de campo,

¹¹ DUTRA, E. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estud. psicol.* (Natal) [online]. 2002, v.7, n.2, p.371-378. ISSN 1678-4669. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200018>.

¹² Figueiredo e Minerbo (2006) explicam delicadamente sobre como uma pesquisa realizada por um psicanalista leva à transformação do pesquisador e de seus meios de investigação (conceitos e técnicas); e, mais ainda, em suas próprias palavras: “Aqui desaparece a respeitosa distância entre “pesquisador” e “referencial teórico” para dar lugar a um corpo-a-corpo do qual a psicanálise, Deus seja louvado, não sairá tal como entrou. Isso é, aliás, digno de nota: na academia ou fora dela, uma “pesquisa com o método psicanalítico” é sempre obra de psicanalista e capaz de trazer novidades à própria psicanálise” (p. 259).

anotações e relatos de experiências – processo descrito mais pormenorizadamente nos trabalhos de Fuini (2014) e de Feltran (2009) –, para, então, serem aqui reescritos e descritos, pensados ou enfocados, desde uma lente psicanalítica clínico-política.

Como Gebrim (2020, p. 26) assevera em seu trabalho, pode-se dizer que esta tese é “uma reflexão sobre a minha prática, sobre a minha própria clínica imersa nesse contexto e desde as minhas experiências”, valendo-se “das formas de [se] pensar em uma escuta ancorada da dimensão sócio-política do sofrimento (ROSA, 2016), da produção social do deslocamento, das possibilidades de restituição do laço social e da politização do acontecimento vivenciado pelo sujeito”. Assim, o “campo de pesquisa” inclui a memória, o diário e a recuperação das minhas experiências desde os diferentes lugares ocupados, como profissional da saúde, coordenadora de projetos, técnica de psicologia, redutora de danos e assessora adjunta da coordenação de álcool e de outras drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Vale ressaltar que toda essa abordagem metodológica inclui e

[...] suscita questões sobre a relação teoria e prática em psicanálise. A prática não tem sabedoria própria – ela suscita ideias, a princípio indeterminadas, por via da construção e do trabalho do conceito que nunca acaba de se formar pois, uma vez fixado, despotencializa-se como conceito. É preciso [sempre] perguntar se a existência de um conceito é necessária, e de que problema constitui solução (ROSA, 2016 p. 88).

É com esse espírito que se concebe a clínico-política, um “campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violência”, [...] “provocadas por situações sociopolíticas ou econômicas insustentáveis”, [...] “e que abre inúmeras questões” (ROSA, 2016, p. 31); se é que se pode repetir, uma vez mais, a palavra ‘questões’, e já pensando na conversa com a psicanálise, prossegue-se: é certo que “Clínica psicanalítica e política são termos que, a princípio, foram constituídos em diferentes campos. No entanto, na construção de seu objeto de estudo, os textos freudianos apresentam” – veja só – “questões clínicas entremeadas aos temas relativos à guerra, à morte e ao poder, ao laço libidinal que une os humanos, à origem da lei, aos pactos sociais” (ROSA, 2016, p. 22).

Nessa esteira e para tanto, não sendo obstante, entrever-se-iam os precedentes, em exemplo:

o inconsciente e a transferência não são restritos à situação de análise. O inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo

enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o ressignifica. Freud argumenta isso desde o início de sua obra, quando, para distanciar-se do estritamente patológico, vai do estudo do sintoma para o sonho e escreve uma *Psicopatologia da vida cotidiana*, mostrando o inconsciente presente nos acontecimentos da vida diária, nos esquecimentos e chistes, presente, portanto, no diálogo comum (ROSA, 2016, p. 92).

De fato, Rosa e Domingues (2010) já haviam discutido pormenores da pesquisa acadêmica nesse âmbito em seu trabalho “O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos”, deslindando o que, em Freud, chamou-se de psicanálise aplicada, em Laplanche, de psicanálise extramuros e, em Lacan de psicanálise em extensão, reassegurando-se a ideia de constituição de um campo de experiência no qual os fundamentos epistêmicos e metodológicos são os mesmo que sustentam a prática de uma ética psicanalítica. Sendo que, de uma

definição de psicanálise extramuros ou psicanálise implicada pensamos ser essencial destacar [...] [algo que] se refere à "ética" da psicanálise, ponto fundamental para caracterizá-la e diferenciá-la do que seria a *utilização de conceitos psicanalíticos para leitura de fenômenos sociais* (Musatti-Braga, 2015, p.39). A simples aplicação dos conceitos psicanalíticos ao campo social não implica sua orientação pela ética da psicanálise (SOUZA 1991, p. 83).

A ética de estar um passo atrás do escutado, de não saber, a priori e, na medida do possível, inclusive a posteriori. Enfim, vale ressaltar que, aqui, a psicanálise definitivamente não trata apenas da psique isolada, estando, sim, concernida pelo e ao social; ou, como também mencionado no artigo de Rosa e Domingues (2010): é parte central do trabalho e estudo psicanalítico a criação e a transformação do laço social. É algo disso que aqui se estudará. Tendo-se, adicionalmente a isso, escolhido o tratamento narrativo, a elaboração narrativa, para o desenvolvimento deste trabalho, em especial, a narrativa como já pensada e explorada por autores como Benjamin (1994/1939), Dunker e Ravello (2019) e Paulon (2017). Ou mesmo, como já escrito pelos autores do importante ‘Dicionário de narratologia’¹³, entende-se a narrativa como modo, para incorrer em que se a entenda como método (REIS; LOPES, 2011).

Como Paulon (2017, p. 10) delimita, “a psicanálise, ao longo da história, construiu e reformulou seus conceitos através da articulação entre o método clínico e as práticas

¹³ O termo *narrativa* pode ser entendido em diversas acepções: narrativa enquanto enunciado, narrativa como conjunto de conteúdos representados por esse enunciado, narrativa como ato de relatar (cf. Genette, 1972: 71-72) e ainda narrativa como modo, termo de uma tríade de "universais (lírica, narrativa, drama), que desde a Antiguidade, e não sem hesitações e oscilações, tem sido adotada por diversos teorizadores (cf. Genette, 1979: passim; Fowler, 1982: 235 ss.). É nesta última acepção que o conceito de narrativa aqui nos interessa, uma vez que as restantes acepções ou são contempladas por outros termos mais precisos (p. ex. narração e história, ou são completadas por conceitos como discurso e sintagma narrativo (REIS; LOPES, 2011, p. 270).

psicoterapêuticas, produzindo uma experiência narrativa: uma modalidade da linguagem que articula discurso e história”. E continua,

A construção e análise de narrativas, então, surge como método para as construções teóricas em psicanálise a partir do momento que é compreendida como uma forma dinâmica de significação que articula, simultaneamente, discurso [teoria] e história [prática] [...], [se inscrevendo] na episteme psicanalítica pela via da ação, ou seja, [e isto quer dizer que, ela] possibilita que realizemos uma análise teórica [do discurso] a partir de suas práticas [história] sem dissociar esses dois campos [...]. Mais diretamente, incluir a narrativa no escopo metodológico da psicanálise seria apresentá-la como um método bífido (Dunker, 2017) de investigação e tratamento, o que implica posicionar-se de modo contrário à operacionalização da psicanálise em suas divisões clássicas: "psicanálise aplicada" ou "psicanálise em intensão e extensão". Assumir que a narrativa é nosso método de base a posiciona em outro lócus de atuação e pesquisa (PAULON, 2017, p. 13-14).

Quer dizer, narrativa, assim, aqui, pode mesmo ser visada “enquanto operador componente do método investigativo em psicanálise a fim de propor uma possível solução à dicotomia estabelecida entre procedimentos e teoria” (PAULON, 2017, p. 31). Narrativa que se impõe como um uso da linguagem que inclui descrição, performatividade, transformação e ação, afinadamente ressignificando as relações entre seus elementos. Enquanto numa perspectiva textual comum se dá um estabelecimento determinativo que promove uma dinâmica linear de raciocínio, na perspectiva que aqui se encontra de narrativa “podemos pensar as relações entre os elementos narrativos a partir de uma temporalidade não linear e de vinculações entre os elementos que não sejam de causa e efeito, mas de simples relação” (PAULON, 2017, p. 22). Narrativa estabelecida de relações e promotora de ressignificação dessas próprias relações: consequentemente, promotora de ressignificação dos próprios elementos. Ademais, “a narrativa, enquanto método de leitura, evidencia a dinâmica e o movimento entre discurso e história e nos possibilita, no âmbito do universal, pensar uma etnografia psicanalítica, evidenciando as relações entre clínica e social” (PAULON, 2017, p. 17).

Nesse sentido, a escolha da relação entre discurso e narrativa se dá devido ao fato de a narrativa estabelecer, dentro da linguagem, uma relação entre o oral e o escrito, o que não ocorre com o discurso, concebido em sua estrutura pelas relações materiais entre história e linguagem, sem preocupar-se com essa diferenciação de campos enunciativos. Essa passagem permitida pela narrativa é associada por Benjamin (1936/1994) às noções de "transmissão", "comunidade", "reconhecimento" e "pertencimento", já que as práticas orais, ao se reverterem em práticas escritas, corroboram com a sensação de coletivização de um saber construído conjuntamente (PAULON, 2017, p. 24).

Com isto, avançaremos, coletivamente, em narrativa. Contextualizadas as polêmicas metodológicas que este trabalho pretende articular, apresento no capítulo seguinte o Projeto Oficinas, experiência norteadora deste trabalho.

3. PROJETO OFICINAS

3.1 NÃO CABER E, AINDA ASSIM, ESTAR.

Tudo começou quando a galera da Secretaria de Direitos Humanos (da Pasta populações em situação de rua) chamou a galera do Cedeca Interlagos (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) pra fazer um trampo no que estava se configurando como “Complexo de Acolhimento Zaki Narchi”. A galera da Secretaria estava alinhada com o Movimento Nacional de Pessoas em situação de Rua e tampouco concordava com esse modelo em que se coloca todo mundo num espaço só, lá perto do Metrô Carandiru, e vai criando um monte de serviços pra que ninguém precise sair de lá: “Fique aqui dentro, de boa, vai ser melhor pra você” “(SQN).”

“Veio de cima, já tinha tudo encaminhado”, diziam nossos parceiros da Secretaria. Não tinha como dirigir essa verba para aquilo que eles acreditavam que seria o melhor caminho, como um auxílio-aluguel pro pessoal poder decidir onde morar. Firmou-se essa ideia tosca de Complexo, e daí pensaram que o pessoal do Cedeca podia colar junto pra fazer dessa ação da criação do Complexo algo menos pior.

A Pasta de álcool e outras drogas também precisava de equipe para atuar representando os direitos humanos no território da região da Luz.

Nascemos dessa articulação toda. O pessoal do Cedeca me convidou para coordenar o projeto porque eles não tinham muita experiência com drogas, nem com adultos em situação de rua. Eu declinei, porque estava entregando o mestrado, mas compus com a seleção da equipe, indicando critérios de contratação, ajudando no modelo do Projeto Oficinas.

De repente, mudei completamente de ideia e liguei pra pessoa que assumiu meu lugar na coordenação geral e disse: “me arrependi mano, tem vaga em qualquer coisa ainda, hehe?”. Virei coordenadora pedagógica junto com uma pessoa que veio a se tornar uma grande amiga, a Laura Shdaior.

Contratamos a equipe com base na experiência que tinha nos respectivos territórios (região da Luz e Complexo Zaki Narchi) e afirmando: tem uma parte clínica, que é tipo escutar as pessoas, e pra escutar não precisa ser psicólogo, e tem uma parte política, porque a gente não vai dar passos pra trás no convênio com a Prefeitura e o ativismo/militância estará presente. A expectativa era que, mesmo em nossas diferenças, pudéssemos avançar num projeto comum, juntos - e de jeitos diferentes.

Aí vem a parte difícil de trabalhar com a gente, porque o pessoal do Cedeca dizia que clínica era coisa de playboy, que o lance era o trabalho de base. Laura e eu insistimos que o trabalho de base compõe com a escuta. O pessoal da Secretaria (Pasta pop rua) queria que a gente interviesse na lógica meritocrática do Complexo, mas pra fazer isso, numa visita do Haddad, no dia da inauguração do espaço, nos pediram pra tirar os desenhos que construímos com os conviventes porque.... A equipe, como disse, sustentou: “se esse espaço não for deles, se eles não se sentirem pertencentes aqui, a coisa vai desandar”.

A Pasta de drogas nos pedia ações eficazes, fazer oficinas no território e a gente fez isso, mas não do modo como eles haviam imaginado. As conversas com nossos interlocutores eram mais ou menos assim:

Cedeca: Mas vocês só vão escutar? E daí? A pessoa tem que comer, ter moradia, tem que colar nos movimentos pra pressionar e construir política pública.

A gente: Tudo isso é verdade. Mas às vezes “só escutar” é bastante coisa e dá condições de pensar em como colaborar com as políticas públicas.

Secretaria/Pasta pop rua: Mas vocês são expert em arte, porque não fazem oficinas de grafite lá?

A gente: Porque pra gente fazer isso, tem que passar um tempo lá conhecendo a galera, não vai bater com o cronograma previsto por vocês, mas tá rolando algo massa...

Secretaria pasta/ drogas: Mas por que vocês precisam colocar um balcão lá no meio da truculência pra colher denúncias, se vocês sabem que esse é um problema da PM com a GCM e que a gente precisa preservar o programa DBA (De Braços Abertos)?.

A gente: estamos de acordo com os princípios do DBA, não queremos deixar uma imagem ruim dele pra sociedade, não queremos a operação sufoco de novo, mas no programa existem contradições também, e nosso papel é estar no território, e estar no território faz a gente estar junto com a galera de lá. As bombas caíram neles e só soubemos disso porque estávamos lá no meio, tomando as bombas também.

Parecia que não cabíamos em lugar nenhum, nenhum encaixe. Foi necessário se conectar com o território para fazer algo, mesmo “fazendo nada”.¹⁴

Figura 1 - Calvin e Haroldo exercitando o nada



Fonte: Bill Watterson, 2010.

3.2 TERRITÓRIOS: DIAGNÓSTICO DO PROJETO OFICINAS: “CRACOLÂNDIA” E COMPLEXO DE ACOLHIMENTO ZAKI NARCHI

O Projeto Oficinas foi um piloto¹⁵ que teve dois anos de duração (junho de 2014 a junho de 2016), fruto de uma parceria do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos (CEDECA Interlagos) com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC). A equipe do Projeto Oficinas era composta por uma coordenação geral, duas coordenadoras pedagógicas, quatro educadores e quatroicineiros. Seu público-alvo eram pessoas em situação de rua e pessoas que faziam uso problemático de drogas.

O Projeto Oficinas foi elaborado a partir de alguns alicerces, vetores éticos, que contribuíram para sua caracterização: a metodologia RUAS (Resistência Urbana e Atitude Social), o trabalho de base e a redução de danos. Essas três abordagens apresentam uma perspectiva em comum: a luta pelos direitos é realizada na relação com as pessoas e a partir delas a direção dos trabalhos é estabelecida.

¹⁴ Ensaio pré-texto, tecido desde as páginas do diário de campo da autora.

¹⁵ Projeto piloto entre Secretaria Municipal de Direitos Humanos com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA Interlagos) que tinha por objetivo atender os públicos dos territórios da região central de São Paulo, adotando a perspectiva da redução de danos na temática das drogas e no Complexo de Acolhimento Zaki Narchi.

A metodologia RUAS representa um acúmulo de saberes vindos dos projetos, convênios e serviços que o CEDECA Interlagos desempenhou junto com as políticas públicas. Ela se caracteriza por privilegiar a articulação com o público que atende e seu entorno; trata-se de fazer *com* as pessoas e não *para* as pessoas. Tem como principal objetivo dar visibilidade para as violências vividas, utilizando-se de dispositivos artísticos e lúdicos que auxiliam a comunicação e o protagonismo político.

O trabalho de base encontra alicerces nas premissas da educação popular e não formal. O objetivo é propiciar a experiência de uma pedagogia crítica, que ofereça condições ao interlocutor de pensar sobre seu próprio cuidado a partir da realidade vivenciada. Nessa perspectiva, a educação é compreendida como uma forma de criar espaços nos quais as pessoas possam se implicar subjetiva e politicamente em seu processo de desenvolvimento pessoal.

Já a redução de danos é incorporada às metodologias anteriores desenvolvidas pelo CEDECA Interlagos a partir da minha inserção ativa e de outros profissionais que já haviam trabalhado com populações diretamente ligadas às drogas e tinham experiência prévia de atuação na região central de São Paulo.

Importante destacar que a redução de danos surge no contexto de adoecimentos e mortes causados pelas hepatites virais no início dos anos 1980. Nessa ocasião, na Holanda, um grupo de pessoas que fazia uso de heroína injetável reivindicou o acesso a seringas descartáveis. Pela primeira vez, foram pensadas ações na perspectiva da redução de danos. A conquista desse movimento, chamado “*Junkie Bonds*”, inaugurou o processo de cuidado a partir da escuta das pessoas que fazem uso de drogas, promovendo uma troca inédita entre saber técnico e conhecimento local no campo das drogas. Assim, tornou-se possível pautar modos de atenção e cuidado às pessoas que fazem uso de drogas sem necessariamente exigir e/ou impor a interrupção do uso (SOUZA, 2013). Aos poucos, esse olhar avançou pela Europa. Em 1989, chegou ao Brasil com ações como programas de troca de seringas para pessoas que faziam uso de cocaína injetável obter agulhas hipodérmicas, seringas e produtos de higiene de forma gratuita (devolvendo as usadas).

A redução de danos foi deslocando seu repertório de atuação e conquistou a noção de cuidado de forma mais abrangente, ampliando a ação de troca de seringa para reflexões sobre o desenvolvimento de alternativas de cuidado para outras substâncias psicoativas em diferentes contextos de uso, sempre orientada por uma ética que privilegiou o acolhimento das diferenças,

das especificidades de cada um, não adotando determinados comportamentos como medidas que devem ser seguidas por todos.

Encontramos referências de autores como Ayres (2004), Di Giulio e Ferreira (2013) e Epele (2012) para refletir sobre a aproximação com o outro, considerando um reconhecimento de suas angústias, dramas e projetos de vida, concomitante a uma escuta do entorno a que está sujeito esse indivíduo, na expectativa de criar possibilidades de recolocar esse sujeito no mundo de forma diferenciada, individual e coletivamente. Portanto, a redução de danos é uma prática não prescritiva, singular e só pode ser pensada a partir da criação de vínculos e da compreensão do contexto de vida de cada um.

O Projeto Oficinas foi pensado para atuar na região da Luz, “Cracolândia”, e, a princípio, no Parque Dom Pedro. No entanto, devido a rearticulações entre secretarias, o projeto foi iniciado no Complexo de Acolhimento Zaki Narchi (equipamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo - SMADS), situado na região Norte dessa cidade.

O trabalho começou com a ida a campo. Independentemente da função de cada um, todos foram conhecendo os agentes locais e as dinâmicas de cada território. Em idas e vindas nesses dois territórios, foi possível notar semelhanças significativas entre eles. Apesar de suas marcantes diferenças, ambos acolhem pessoas em situação de rua e “vulnerabilidade social”, e são alvo de estigmas e palco de violações dos direitos humanos.

A “Cracolândia” é um lugar marcado pelo uso público de crack e se destaca por isso no discurso político e social. Já o Complexo Zaki Narchi, pelo contrário, não ganha essa notoriedade; é um espaço isolado e rejeitado por seu bairro. É de fundamental importância considerar as singularidades de cada um desses territórios e as marcas que imprimem em cada sujeito atravessado por seus aspectos históricos e por suas disputas políticas.

3.3 COMO ENCONTRAMOS O COMPLEXO DE ACOLHIMENTO ZAKI NARCHI

O complexo Zaki Narchi situa-se na Avenida Zaki Narchi, 600. É uma avenida com grande fluxo de carros e esse espaço é cercado pelo fundo de um *shopping center*, por uma escola pública e um pátio/garagem de uma escola de samba e, na frente, por inúmeros prédios de habitação popular Cingapura. Esse conjunto de habitações é o único aspecto que aproxima o território Zaki Narchi de uma vida comunitária, sendo o álcool e/ou outras drogas alguns dos grandes objetos de mediação dessa relação. É perceptível o estigma que os frequentadores do

Complexo carregam por estarem em situação de rua. É perceptível porque é sensível, estar de corpo presente nos trouxe esse tipo de sensibilidade difícil de ser explicada.

Figura 2 - Pátio do Complexo de Acolhimento Zaki Narchi, marcando a entrada no local



Foto: Paulo Pereira. **Fonte:** Projeto Oficinas

Com pátios amplos ao seu redor, esse Complexo de Acolhimento é um enorme galpão cercado por grades e muros. Destaca-se como um espaço deslocado da vida urbana, onde a segregação dessa população fica evidente. A subprefeitura na qual está situado o complexo – Vila Maria/Vila Guilherme, sob a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo (SMADS) – pouco se envolve com o cotidiano do equipamento, e a população local responsabiliza seus conviventes pelo aumento da violência e da sujeira na região.

Com capacidade para acolher 900 homens em situação de rua, o Complexo surgiu de uma ação provisória durante a temporada de frente fria de 2013, garantindo, então, o acolhimento de 500 homens adultos. Como a demanda emergencial não se extinguiu após o fim do inverno, o galpão passou a ser reformado a fim de absorver a população que recebeu. Diante disso, o espaço ao lado, pertencente à Defesa Civil, foi doado à Prefeitura – que afirma que, por conta da

dificuldade de encontrar espaços para a construção desse tipo de equipamento, aproveitou a grande área local para construir mais dois Centros de Acolhida.

No final de 2014, o local tornou-se oficialmente um Complexo por meio da inauguração desses outros dois Centros de Acolhida e da instalação do Centro Pop (que monitora o funcionamento dos equipamentos geridos por diferentes organizações sociais, procurando garantir a execução da política pública). O Complexo passou a ser divulgado como referência para o acolhimento do público LGBTIQ+,¹⁶ por ter em cada um dos três Centros de Acolhida um quarto destinado a essa população.

Para além do acolhimento do público LGBTIQ+, o Complexo tem outra marca: o atendimento progressivo. O Centro de Acolhida I é o estágio inicial e funciona como porta de entrada, oferecendo vagas de pernoite; conforme o sujeito demonstra “melhora”, no sentido de adaptação às regras, disponibilidade para o trabalho e organização pessoal (controle do uso de drogas, retomada de relações interpessoais etc.), é encaminhado para o Centro de Acolhida II onde a proposta é estabelecer uma rotina, com acompanhamento psicossocial, encaminhamento para equipamentos de saúde e a possibilidade de realização de cursos de qualificação profissional. O Centro de Acolhida III é a porta de saída: nesse espaço, espera-se que as pessoas estejam trabalhando e livres de substâncias psicoativas. Vale dizer que o Centro de Acolhida I é o único que opera por dezesseis horas (e não vinte e quatro horas), além de ser o mais visivelmente precário em termos de estrutura.

A inauguração dos dois novos serviços apresentou significativos episódios de violência dentro do Complexo, recorrentes no cotidiano do espaço. Nossa suposição é de que isso tenha se dado por conta do aumento de conviventes e da lógica excludente que passa a operar a partir da divisão e ascensão progressiva entre os três Centros de Acolhida. Lembrando que estes são

¹⁶ O Conselho Federal de Psicologia (CFP) é signatário da Declaração e Compromissos da *International Psychology Network for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex Issue* (IPsyNet), documento que estabelece os princípios gerais de atuação de profissionais da Psicologia com pessoas LGBTQI+, de forma a não perpetuar a discriminação e os estereótipos e não potencializar o abuso à saúde física e mental. A Carta foi apresentada durante a programação do 29º Congresso Internacional de Psicologia Aplicada, realizado em 24 e 25 de junho, em Quebec no Canadá, e é assinada por entidades representativas da Psicologia de países Colômbia, África do Sul, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Grã-Bretanha e Rússia. O documento afirma que as identidades lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexuais e *queer* (LGBTIQ+) são variações normais e saudáveis da experiência humana e que todos os seres humanos são dignos e respeitosos, incluindo o respeito à diversidade com base em orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero e diferenças de desenvolvimento sexual. O documento condena a discriminação e a estigmatização das identidades LGBTIQ+, apoia as políticas públicas LGBTIQ + que garantem a igualdade de tratamento perante a lei e apoia o desenvolvimento e a implementação dos serviços psicológicos e médicos afirmativos LGBTIQ +.(CONSELHO, 2018) Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-assina-carta-internacional-pelos-direitos-das-pessoas-lgbtqi/>. Acesso em 15 maio 2020.

geridos por diferentes organizações sociais, o que implica consequências significativas que abordarei mais adiante.

São muitas pessoas para serem acolhidas e os trabalhadores locais, além de insuficientes para garantir um atendimento digno, estão sozinhos e pouco articulados com a rede local. Esse é um retrato do isolamento do Complexo e da própria proposta da SMADS: concentrar inúmeras demandas dentro de um espaço único gerido por apenas uma Secretaria.

Nas palavras de Fuini (2017),

Em certo sentido, para aquele que vive no limite de fronteiras econômicas e políticas, existe também a transterritorialidade de compartilhar de valores e códigos culturais de diferentes “mundos” ou territórios alvo de estratégias de contenção e controle (“muros”) típicas das sociedades de segurança (FUINI, 2017, p. 20).

Já para Haesbaert (2007), é preciso

[...] destacar a enorme variedade de tipos e níveis de controle e/ou contenção territorial. Se o território é moldado sempre dentro de relações de poder, em sentido lato, ele envolve sempre, também, no dizer de Robert Sack, o controle de uma área pelo controle da sua acessibilidade. Este controle, contudo, dependendo do tipo (mais funcional ou mais simbólico, por exemplo) e dos sujeitos que o promovem (a grande empresa, o Estado, grupos étnico-culturais, etc.), adquire níveis de intensidade os mais diversos (Haesbaert 2007, p. 31).

Ambos os autores contribuem oferecendo um repertório amplo sobre territórios, que tem por finalidade ampliar a leitura da frequente cena que apresento a seguir.

Quando, ao simplesmente caminharmos pelo amplo pátio cercado por grades quebradas, observamos a solicitação constante dos conviventes aos trabalhadores pelas mais diversas e complexas situações. Esse cenário tem efeito sobre o convivente e sobre o trabalhador: não existe corpo técnico para dar conta de escutar o que o resto da cidade preferiu isolar; não há tempo previsto para escutar as trajetórias e particularidades individuais dos usuários, que reclamam por escuta; não há respaldo suficiente para os profissionais, que experimentam a impotência diariamente. Desse modo, o usuário segue desassistido e o profissional sobrecarregado.

3.4 COMO ENCONTRAMOS A REGIÃO DA LUZ - “CRACOLÂNDIA”

O bairro da Luz é muito mais do que a ideia de “Cracolândia” que permeia o imaginário público. Sim, o crack está ali, mas este espaço certamente não é composto exclusivamente pelo

uso desta substância. Trata-se de um lugar dinâmico, onde valores, emoções, relações e negociações de todo tipo transbordam pela vida cotidiana, que acontece invisível para grande parte dos habitantes da cidade de São Paulo. O bairro carrega rupturas socioespaciais que caracterizam o modo de vida no local e, não por acaso, agrega pessoas de diversas origens, que também apresentam rupturas em suas trajetórias de vida e lá constroem laços.

Figura 3 - Rua Helvétia, “Cracolândia”, durante atividade desenvolvida pelo projeto Recomeço, a bateria Coração Valente



Fonte: Arquivo pessoal.

Além da aglomeração de pessoas e do uso público de crack, muitas outras negociações constroem a vida nesse lugar. Calil (2015) aponta que ali existe um modo de vida especificamente urbano, no centro, íntimo das inúmeras transformações que ocorreram historicamente no território e que caracterizam o processo de formação da identidade desse lugar e de quem o ocupa. O comércio local próximo ao “fluxo” (maneira como os usuários chamam a cena de uso) se caracteriza por pequenas lojas e mercados, restaurantes, bares, estacionamentos, muitas pensões e hotéis baratos. Um marco na paisagem é a torre da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, inaugurada em 1885, que dá nome ao largo e se destaca por sua altura.

Como acesso, existem as avenidas Duque de Caxias e Rio Branco, além do Terminal de ônibus Princesa Isabel e as estações de trem e metrô Júlio Prestes e Luz, respectivamente.

Diversas igrejas estão presentes. A Cristolândia é uma igreja da Missão Batista que oferece, desde 2009, alimentação, corte de cabelo, palavras de esperança e fé, e internação em comunidades terapêuticas às pessoas que fazem uso de crack. A Missão Cena também mantém ali suas atividades. A polícia também faz parte da paisagem. É praticamente uma base móvel em cada esquina, além de viaturas e ônibus da Guarda Civil Metropolitana. A seguradora Porto Seguro, a José Paulino, o SESC Bom Retiro, o Museu da Energia e a EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) João Kopke também estão por perto, evidenciando que o local é ainda uma mistura de sua configuração antiga com os interesses da especulação imobiliária e iniciativas mil.

Em relação aos equipamentos públicos, a região tem, desde o ano de 2014, o corpo de Bombeiros, na Barão de Piracicaba, a base da Polícia Militar, no Largo Coração de Jesus, o Bom Prato, o SAE Campos Elíseos (Serviço de atenção especializada em DST/Aids), na Alameda Cleveland, o prédio do Programa Recomeço (Governo do Estado), a Tenda e os hotéis do Programa “De Braços Abertos” da Prefeitura, e a sede da ONG do Trabalho inserida no Programa e sua sede da coordenação.

A Rua Helvétia retrata perfeitamente a disputa política entre Estado e Prefeitura presente no local: é nessa rua que estão os serviços específicos oferecidos por eles para atenção às pessoas que fazem uso de drogas, respectivamente o prédio do Recomeço e a tenda do De Braços Abertos. São dispostos exatamente um em frente ao outro em cada lado da rua. Enquanto a política estadual se pautava nas internações (embora o prédio do Recomeço sediasse uma proposta "porta aberta"), o Programa De Braços Abertos da Prefeitura do Município de São Paulo, tentava pôr em exercício a prática da redução de danos. Nos dias atuais, esse cenário tem passado por mudanças significativas, desde sua arquitetura até a extensão de equipamentos públicos, implicando outras movimentações das pessoas pelas ruas¹⁷.

Considero necessário situar que o Programa De Braços Abertos foi uma iniciativa inédita em São Paulo. Começando pela aposta em uma gestão intersecretarial (em outras palavras, foram diversas secretarias que se relacionaram na gestão de um território comum), abandonando o ideal da abstinência de drogas e inaugurando no território uma política não repressiva, o Programa apostou na garantia de moradia e trabalho aos usuários como estratégia de redução de consumo

¹⁷ Cf. por exemplo, fotos do movimento A Craco Resiste. Disponível em: <https://www.facebook.com/ACracoResiste/photos/a.1787748841476488/2230613193856715/?type=3&theater>. Acesso em: 7 jun. 2019.

de crack e utilizou-se do critério de “baixa exigência”, admitindo usuários de crack vinculados pelas equipes de abordagem de rua.

O Projeto Oficinas, juntamente com o Projeto Casa Rodante (BARATTO, 2015),¹⁸ representava a contrapartida da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) no Programa De Braços Abertos. Vale dizer que, apesar das recentes conquistas na oferta de serviços no território da “Cracolândia”, ainda se perpetuam práticas criminalizadoras que colocam o cuidado das pessoas que usam drogas em segundo plano, transformando-as em objetos de uma disputa política. O Centro de Referência de Atendimento a Tabaco, Álcool e Outras Drogas (CRATOD) e o Complexo Prates também estão próximos. Além disso, trabalhadores de ONGs, igrejas, voluntários, estudantes e militantes compõem o cenário em questão, ofertando inúmeras atividades e serviços.

Até aqui, desejamos ter mostrado uma fotografia para o(a) leitor(a) daquilo que se destacou nos territórios e que serviu de horizonte para a criação de estratégias de atendimento possíveis. Na atuação no Projeto Oficinas, quisemos, adentrar os territórios, conhecer suas marcas e o que marca seus passantes, fazendo notar que as situações territoriais nos dão pistas a respeito das diferentes estratégias e manejos psicanalíticos, e outros, solidários à criação, invenção e imaginação política.

3.5 COMO CHEGAR AO COMPLEXO DE ACOLHIMENTO ZAKI NARCHI: O COMPLEXO ESPAÇO DE “ACOLHER”?

Houve diferentes formas de chegar até esse complexo. Primeiro uma caminhada pela Avenida Zaki Narchi, onde passavam mais carros do que gente. A avenida parecia não ter fim, além de ser muito barulhenta. No decorrer de algumas semanas, o itinerário foi se modificando e a equipe foi encontrando outras ruas para chegar ao Complexo. Essa mudança de trajeto, mais adentrada no conjunto habitacional Cingapura, permitiu ver mais gente do que carros. Pareceu importante caminhar por ali na perspectiva de olhar, reconhecer e ser reconhecido. Estratégia

¹⁸ “O projeto Casa Rodante, desenvolvido pelo coletivo artístico *casadalapa*, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, é uma iniciativa artística e social que tem como cenário a região da Luz, no centro da cidade de São Paulo. Atuando em frentes diversas, o projeto mescla aspectos do urbanismo tático nômade com meios de expressão artísticos e algumas ideias caras à psicologia social para envolver e fazer interagir os diferentes moradores da região, de trabalhadores do comércio a crianças e dependentes químicos” (BARATTO, 2015, p. 1).

fundamental ao adentrar territórios desconhecidos. Não raro, a chegada da equipe já era esperada; havia uma forte sensação de estarmos sendo vigiados.

Não parecia haver saneamento básico nas ruas, as crianças brincavam no lixo, no esgoto aberto. Brincavam, contudo. Podemos entender que o começo do trabalho foi dizer “bom dia” e/ou “e aí” durante essas caminhadas, duas vezes por semana.

O jornal da região, distribuído em faróis e para passantes na rua, comunicava a violência que permeava esse bairro. Toda a sujeira era atrelada a esse espaço e não faltaram iniciativas para que esse Complexo mudasse de endereço, com forte apelo da população local. A sensação era de isolamento e medo. Não era fácil estar ali, não era fácil chegar até ali.

No entanto, a violência vivida nesse cenário não impedia que crianças adentrassem esse espaço do Complexo, pelas grades furadas, ocasionalmente, para brincar com os filhotes de cachorros que apareciam no pátio. Brincavam ali.

Nesse momento, também os conviventes reconheciam a dinâmica de violência presente nesse espaço. “Criança não pode ficar aqui não, é um ambiente adulto e muito violento para elas”, diziam os conviventes e também os profissionais. Ao mesmo tempo, essa cena localiza a falta de outros espaços onde se pode brincar, onde se pode estar.

Diferentemente do que acontecia na região da Luz, onde se procurava trabalhar com o excesso de agentes e equipamentos, no mesmo território, ali se tratava de uma escassez, parecia um abandono. Abandono do Estado - com os agentes que operam a partir das diretrizes políticas de cada equipamento público, com as pessoas que viviam no bairro, com os conviventes e com a equipe técnica do Complexo, que era muito pequena diante da demanda. Pelo excesso ou pela falta, a desarticulação da rede e a ausência de um olhar atento às singularidades dos conviventes eram notáveis em ambos os lugares. A diferença era que ninguém queria estar ali no Complexo. Era pesado estar ali. A equipe relatava com frequência um significativo cansaço.

Contudo, se, para uma criança, era possível brincar no pátio, então talvez também essa pudesse ser uma possibilidade para a nossa equipe. Nossa aposta começou aí, nesse pequeno detalhe.

A dinâmica presente no funcionamento do Complexo Zaki Narchi gerava muitas brigas e episódios de violência entre os conviventes e os profissionais nesse espaço. Conviventes se queixavam de não ter acolhimento vinte e quatro horas quando mais precisavam, afirmando que as pessoas com maiores condições estariam se utilizando das vagas que poderiam auxiliar quem estava com menos condições.

Grandes filas em torno desse Complexo marcavam esse cenário. A meritocracia presente nessa dinâmica tinha como efeito a disputa dos usuários pelo lugar do "mais encaminhado". Assim, os conviventes falavam aquilo que o técnico queria ouvir, gerando um falso atendimento, burocrático, gerando incomunicabilidade. Dificuldades como desemprego ou dependência de drogas contavam como critérios da equipe técnica, que impediam a mudança para um espaço que os conviventes julgavam melhor.

E o lugar que eles julgavam melhor vinha especificado pelas narrativas: *“Quero dormir num quarto sem muquiranas e pulgas”* e *“No 1 não tem onde guardar mala, aí vem os cara e te róba”* são falas dos conviventes do espaço.

Parecia que o sujeito tinha que estar “pronto” para mudar de espaço – e esse era o impasse, pois, para que essa mudança ocorresse, seria necessário um trabalho com a equipe técnica. Sozinho, o convivente não teria recursos para avançar, e, paradoxalmente, isso era esperado pela equipe: um engajamento, uma motivação que, naquele momento, ele (o convivente) não tinha condições de apresentar. Suas mazelas, portanto, se voltavam contra si nesse processo de transição para um espaço melhor.

Houve episódios, por exemplo, de conflitos em relação a esse fluxo de entrada e transição no serviço de acolhimento quando a equipe técnica julgava não ser o momento adequado de transição de determinado convivente do Centro I para o Centro II. Nessas ocasiões, os técnicos do equipamento eram convocados a participar da “assembleia” organizada pelos “irmãos”¹⁹ no espaço do projeto de moradia popular Cingapura, transmitindo, dessa forma, uma ameaça presente e sentida pelos profissionais do equipamento de que, se eles não cooperassem segundo as regras do comando (PCC), algo mais sério poderia acontecer a cada um. O Comando queria... determinar que os "seus" fossem transferidos para os melhores lugares independentemente dos critérios técnicos do equipamento.

Importante destacar a presença do PCC nesse território. Tal presença, quando ocorria, fazia com que os profissionais sentissem medo de trazer discordâncias ou embates na relação com os conviventes. Várias atividades desenvolvidas pela equipe técnica eram questionadas pelos integrantes do Comando, fazendo com que os profissionais se sentissem reféns, tanto por não assentir com o encaminhamento sugerido por estes, quanto pelo medo de “perder o vínculo”. O medo de perder o vínculo é uma discussão recorrente nesses trabalhos; imagina-se que, ao

¹⁹ Nome utilizado pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) para identificar seus participantes.

contrariar o sujeito ou não seguir de acordo com a demanda deste, o vínculo pode ser rompido, trazendo mais dificuldades para o desenvolvimento do trabalho.

A equipe do Projeto Oficinas era solicitada pelos trabalhadores do Complexo a organizar uma oficina “para diminuir a violência entre os conviventes” ou para ajudar a “estimulá-los a uma organização para o trabalho”. Eram solicitados métodos “eficientes” para a realização das oficinas, acompanhados de demandas como: “*Vocês seriam mais aproveitáveis aqui no Centro de acolhida III, as pessoas aqui estão mais organizadas e vão aproveitar melhor; se vocês forem pro Centro I, vão escutar mais bafo de pinga do que algo que interessa*”, dizia a gestão desse centro de acolhida. “*Vocês tinham que fazer as oficinas no Centro I, porque as pessoas precisam mais de atenção aqui, elas estão mais vulneráveis*”, dizia a gestão desse outro centro de acolhida, gerido por outra organização social. O fato de esses três centros de acolhida serem geridos por diferentes organizações sociais não pode ser ignorado. Mais adiante, nesse texto, contaremos a possibilidade de trabalho construída diante dessa problemática.

Nesse momento, importava destacar qual a critério a ser adotado, diante das demandas apresentadas para nossa equipe (Projeto Oficinas), para atuar no centro de acolhida I, II ou III. Como se mede quem “precisa mais” ou “merece mais”? Eram, inclusive, produzidos discursos que desqualificavam essas interlocuções: “Por que conversar com essas pessoas vale a pena, afinal?”.

Pensamos que esse olhar que desqualifica a escuta nestas circunstâncias se dá, entre outros motivos, porque as políticas públicas hoje estão voltadas para uma determinada concepção de família, de organização pessoal e de trabalho. À medida que esses sujeitos não demonstravam o comportamento esperado, eram produzidos discursos que mais engessavam as pessoas em determinados lugares de fala do que propriamente contribuía para a ideia de inclusão presente nesta iniciativa. O entendimento padronizado sobre a experiência de viver na rua era o de que esses sujeitos não puderam sustentar seus laços e, em razão do rompimento, se lançaram para a rua.

Resgatamos uma elaboração anterior (MARTINS, 2016) em que é possível refletir a respeito do cotidiano dos equipamentos responsáveis por escutar as problemáticas trazidas por essas pessoas: caso o sujeito não compareça no horário oferecido, ou mostre algum tipo de indisposição, solicitando, por exemplo, outro horário, não raro ele é caracterizado como pouco comprometido e não merecedor daquela política que existe somente para atendê-lo e à qual ele, supostamente, deveria ser docilmente grato. Essa expectativa é confrontada com uma realidade

em que os sujeitos manifestam diferentes ameaças, quando também são ameaçados em suas necessidades fundamentais.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2010), o pensamento moderno é “abissal”, pois nele as distinções invisíveis são marcadas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em duas: uma “deste lado da linha” e a outra “do outro lado da linha”. A questão que o autor coloca é que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, tornando-se, assim, inexistente. Como poderiam tais distinções serem consideradas na política pública se a questão que as faz existir desaparece? (SANTOS, 2010).

Além das fronteiras físicas e geográficas que separam cidades de cidades, bairros de outros bairros e países de outros países no mundo contemporâneo, existe a tendência de surgimento de outras fronteiras, separando, confinando ou segregando populações inteiras. Não por acaso, uma das práticas mais comumente adotadas pelos governos municipais em relação à população de rua é mandar essas pessoas de volta para a cidade de origem. A dificuldade em incluir esse personagem nômade confirma o sedentarismo das políticas sociais e, dessa forma, um grande contingente populacional deixa de ser atendido. Outra manifestação da lógica sedentária das políticas sociais pode ser observada em serviços ou programas socioassistenciais que se baseiam em exigências ligadas à assiduidade, pontualidade e participação. Essa perspectiva parte da compreensão de que somente esta é uma forma de conduzir o trabalho social entre os usuários: trazendo-os de um suposto mundo de desorganização para um suposto mundo da organização. A desorganização, portanto, pertence “ao outro lado da linha”.

Os desdobramentos dessa direção de atendimento se colocavam nos investimentos em processos socioeducativos que buscavam incorporar nos conviventes os valores disciplinadores de participação, baseados em contrapartidas ou condicionalidades. Por exemplo: renovam-se os benefícios se o convivente comparece nos atendimentos, nas palestras ou nos grupos propostos. Aqui, consideramos oportuno novamente mencionar Boaventura Santos (2003a, 2003b), para quem o tempo linear faz parte de um tipo de compreensão que obtura outras formas de saber, outras experiências que não aquelas protagonizadas pelos setores julgados desenvolvidos.

Sendo assim, os conceitos de modernização, de desenvolvimento, de progresso, estão baseados na lógica desses protagonistas. O que não se alinha a essa lógica é visto como “primitivo, tradicional, simples”. A transposição dessa lógica linear para o âmbito das políticas sociais remete à insistência em considerar que o ritmo de vida dos conviventes é “atrasado” em

relação ao ritmo institucional, e produz-se uma suposta necessidade de que estes se adaptem à lógica institucional (SANTOS, 2003a, 2003b).

A consequência mais imediata desse raciocínio implica que os conviventes não recebam dos agentes que operam a política social o reconhecimento das diferentes estratégias de resistência e/ou sobrevivência que praticavam em seu modo de existir. Assim, a direção das políticas sociais nas condicionalidades terminava penalizando ou mesmo excluindo aqueles considerados menos “obedientes” às normas estabelecidas, que não raramente são os que apresentam maior grau de vulnerabilidade social.

Ao compreendermos a desobediência como uma manifestação legítima e que pode dar notícias sobre o funcionamento dos programas socioassistenciais, tomamos algumas posições, pelo menos no que diz respeito ao que não pretendemos seguir praticando.

Pode-se observar que a política de assistência social, embora voltada para a proteção social dos cidadãos brasileiros, opera mais sob mecanismos de fiscalização. Daí vem a punição pelo não cumprimento das condicionalidades: o desligamento do usuário do programa, sem criar condições de entendimento sobre as razões que levaram a esse descumprimento. O pressuposto em relação ao descumprimento é de que a família ou o sujeito não merece benefício, ou não está devidamente preparada(o) para lidar com ele. *“Se ele receber esse dinheiro, vai gastar tudo em pedra, pro seu bem, devemos administrar esse dinheiro, para que ele possa usá-lo melhor, futuramente”* – é um exemplo da fala de alguns dos trabalhadores desse Complexo.

Nesse sentido, do lugar de quem testemunha a execução da política de atendimento à população em situação de rua, esse percurso serve para deixar indicada uma inversão da lógica usualmente aplicada. Consideramos necessário que as peculiaridades que colhemos no dia-a-dia sirvam de direção para a formulação de outra política de Estado. Estamos buscando apontar nossa crítica aos equipamentos e serviços oferecidos quando reproduzem certa obediência a uma lógica que produz, na relação com os conviventes desses equipamentos, um “convite” à adaptação e à resignação: ou se adaptam ao que está oferecido, ou estão fora. Ao passo que, quando “escolhem” a vida fora, a vida “ilegal”, são responsabilizados pelo olhar que não considera que essa vulnerabilidade está sendo tecida e produzida pela não oferta das condições primeiras de serviços de qualidade – características duras das políticas socioassistenciais, também estruturalmente presentes dentro do Complexo Zaki Narchi.

Parece-me de fundamental importância refletir a respeito da realidade dos serviços, a distância que as práticas desses serviços estão da complexidade “da rua” e o sedentarismo das

políticas sociais. Nesse sentido, busco contribuir enfatizando a complexidade de um tema como esse, bem como salientando a importância de se criar novas formas de compreender a rua, seus diferentes significados e as diferentes apropriações que as pessoas têm dela, e ainda, marcando outras posições quanto ao sentido de transição entre a vida privada e o mundo exterior que a rua pode oferecer com seus lugares de passagens, de encontros.

Sem romantizar a vida na rua, desejo contribuir para aquilo que deve ser problematizado no contexto de atendimento de pessoas em situação de rua: a moralização da política pública dirigida a essa população. Ao marcar *a priori* a casa como lugar a que todos devam se adequar, isso tampona seus outros possíveis significados, como o de passagem para outros lugares.

Sendo assim, quando nossa equipe adota essa posição, que compreende a experiência da vida na rua de uma forma diferenciada daquela apresentada pelos equipamentos sociais, torna-se necessário marcar uma separação de uma identidade estatal. Em outras palavras, compreendemos até aqui que o Estado promove experiências marcantes de não ser visto, não ser reconhecido - por que então os conviventes acreditariam que outras relações seriam possíveis ali? De que forma poderíamos nós, do Projeto Oficinas, com o mesmo logo da Prefeitura em nossos crachás, nos separar dessa identidade estatal? De que forma marcar um espaço em que fosse possível escutar os sujeitos onde quer que eles estivessem?

Diante dessas encruzilhadas, a equipe decidiu criar algumas situações, criar contingências, disparar algo para o desenvolvimento do trabalho. Assim, no lugar de adentrar os Centros de acolhida I, II ou III, os inícios das oficinas se deram no pátio do Complexo, lugar de circulação e trânsito. Um espaço um tanto público, num lugar que se apresentava demasiadamente privado. Essa foi nossa primeira ação: sentarmos no pátio e “andarmos junto” com as pessoas que passavam por lá, caçando assunto.

Estar no pátio de uma forma descontraída parecia fazer ressonância para aqueles que se aventuravam a sentar no chão desse Complexo com a equipe. Aos poucos e sem muito planejamento, algumas brincadeiras apareciam, como jogar dama no chão, brincar de pipa, cantar, tocar música junto com os conviventes, que, com o pandeiro na mão, riam muito da equipe, exibindo suas habilidades e debochando da “playboyzada”. Aos poucos, o número de pessoas crescia e a roda no pátio ficava mais ampla.

Os gestores dos centros de acolhida, incomodados, diziam para a equipe: “*vocês não estão fazendo nada*”, “*ficam aí sentados no chão fazendo o quê?*”. Queriam dizer que não havia o cumprimento por parte da nossa equipe das demandas solicitadas por eles. No entanto, “fazer

nada” nesse pátio significava deixar o corpo disponível para conversas despreziosas, abrir um espaço para que qualquer coisa aparecesse, sem dirigir a princípio temas de trabalho, assiduidade, pontualidade nas atividades etc.

Quando os gestores desse equipamento viam nossa equipe em roda, cantando, a impressão era que de que a diversão ocupava o lugar do trabalho e “fazer nada” tinha um tom pejorativo. Ao mesmo tempo, da parte dos conviventes foi possível escutar: “*Desde que horas a gente tá conversando aqui mesmo? Até esqueci de tomar a marvada*”. Tínhamos, claramente, uma ação em redução de danos. “Fazer nada”, desse outro ponto de vista, possibilitou que o trabalho tivesse continuidade no pátio, ora com contornos de rodas de samba, ora com conversas que seguiam por horas.

Pelo fato de o Cedeca Interlagos (sede da nossa equipe localizada na Zona Sul de São Paulo) dispor de um estúdio, foram combinadas algumas idas para esse local a fim de gravar as músicas produzidas no pátio desse Complexo. Certamente houve efeitos a partir desse processamento musical, mas também caminhar pela cidade, almoçar juntos num espaço compartilhado, ser visto como um músico e não como um “morador de rua” era algo que saltava aos olhos; aos olhos dos conviventes, que se sentavam à mesa com todos e conversavam sobre qualquer assunto, não necessariamente assuntos sobre a rua, sobre os quais comumente eram convocados a falar. Também saltava aos olhos da equipe essa interação: ninguém da ONG Cedeca Interlagos notava que eram “moradores de rua”; a marca do músico prevalecia na convivência. Numa ocasião, ocorreu algo curioso: uma das funcionárias dessa instituição chegou até mim perguntando se um dos conviventes era nosso amigo, se estava solteiro.

Além das construções musicais de cada um, houve a construção do Bloco de Carnaval Unidos do Galpão. Alguns conviventes, depois desse acontecimento, passaram a convidar a equipe para suas apresentações musicais em pequenos festivais realizados no Cingapura. Nossa hipótese é que algo com relação a esse processo musical os incentivou a criar grupos, músicas. Assim, Rogério, um dos conviventes desse Complexo, convidou a equipe para sua primeira apresentação musical, produzida no conjunto habitacional Cingapura, dizendo: “*ceis me deram a letra, agora é ramelagem não ir lá ver*”.

E ir até lá ver o Rogério cantar, era chegar na favela mesmo, ali no Cingapura, às duas da manhã de um sábado, que é dia de festa. Festa que fazia parte do trabalho. E considerar isso como parte do trabalho não é qualquer coisa.

Foram debatidas e pensadas questões sobre a mistura de papéis, em termos analíticos, na questão da transferência ou contratransferência. No entanto, pareceu mais relevante para a equipe ser testemunha de uma novidade para alguém.

Mas é preciso dizer que as coisas não eram as mil maravilhas também: alguns conviventes nos procuravam achando que éramos produtores, ou algo assim, e que poderíamos lançá-los no mercado musical, com glamour e cachê.

Um dos festivais aconteceu num sábado à noite. Fomos recebidos por integrantes do PCC, porque estranharam nossa presença nesse espaço. Chegamos de carro e poucos segundos depois algumas pessoas se aproximaram, desconfiadas. Rapidamente Rogério se aproximou dizendo: “*tá com nós, é com eles que a gente pode conversar, tá de boa irmão*”, “*vamo fazer a gentileza de cuidar do carro dos irmão aqui, firmeza?*”. Quando fomos embora, fomos levados até o carro, acompanhados por Rogério e por membros do PCC que reforçaram: “*ceis são bem-vindos aqui, só colar*”.

Isso nos mostra que, mesmo embrutecidos pela vida que levam, existe uma grande vocação para o amor, “testemunho disso é a relação que estabelecem com alguns técnicos/educadores, com os seus considerados” (FERREIRA, 2000, p. 218).

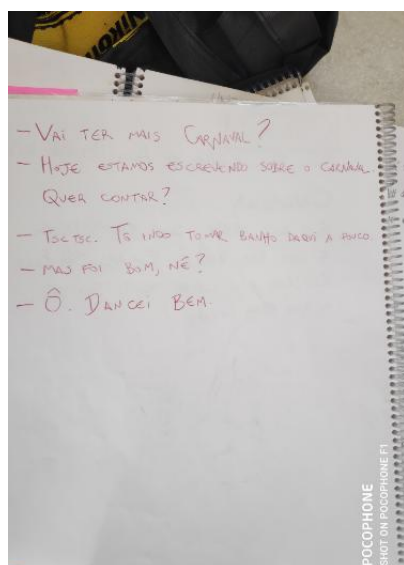
No texto *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio* (1969[1910]), Freud nos conta que a função do analista é dar ao paciente/aos pacientes o desejo de viver e lhes oferecer apoio e amparo, além de despertar seu interesse pela vida e pelo mundo exterior.

Rogério nunca comentou nada a respeito de suicídio, mas é possível compreender, de algum modo, que suas sucessivas prisões ou o fato de colocar-se repetidamente em situações de risco indicava algo que merecia atenção. Algumas vezes chegou a dizer que sua vida não era uma vida que valia a pena ser vivida.

Até aquele momento, as atividades pareciam estar ganhando um corpo interessante. Os sambas no pátio eram esperados e era com alegria que a nossa equipe era recebida, muito diferente da sensação de persecutoriedade marcada no início do trabalho. Podemos dizer que, nesse processo, houve uma inversão que começou na “paranoia”, representada por ser e sentir-se vigiado por olhares desconfiados, e progrediu para o “Paranauê”, movimento na capoeira de se deixar levar, mexer o corpo conforme os batuques do atabaque. Essa foi uma conclusão à que chegamos durante nossas reuniões de equipe, virou poema para alguns educadores – que produziram versos, pensamentos e brincadeiras: da paranóia ao Paranauê. “*E se a gente falasse que é isso que a gente faz, que esse é o nosso trabalho, será que alguém ia entender?*”.

Houve idas ao circo, a peças de teatro, ao museu do futebol; foram produzidas apresentações dos conviventes no Centro Cultural São Paulo e no complexo Zaki Narchi, fizemos caminhadas pelo bairro, elaboramos lambes nos postes próximos e zines também foram produzidos a partir das histórias que as pessoas queriam contar. As Figuras 4, 5, 6, 7 e 8 são imagens do caderno usado em campo para registros diversos, dos quais elaboramos os zines.

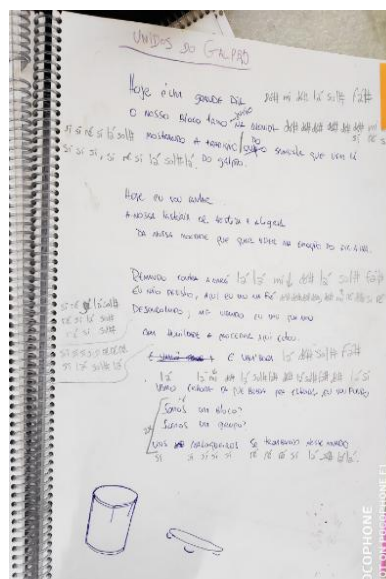
Figura 4 - Zine 1



Fonte: Acervo pessoal
(Zine 1)

- *Vai ter carnaval?*
- *Hoje estamos escrevendo sobre o carnaval. Quer contar?*
- *Tsc Tsc. Tô indo tomar banho daqui a pouco.*
- *Mas foi bom, né?*
- *Ô. Dancei Bem*

Figura 5 - Zine 2

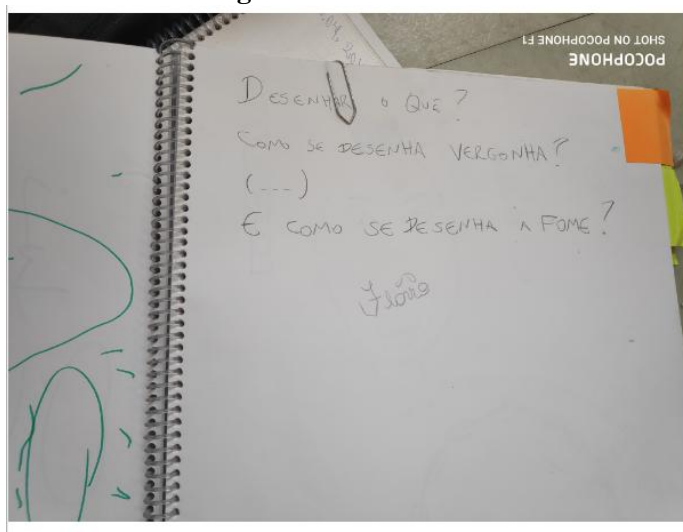


Fonte: Acervo pessoal
(Zine 2)

*Hoje é um grande dia
O nosso bloco támo junto na avenida
Mostrando a tradição do sambista
que vem lá do galpão
Hoje eu vou cantar
A nossa história de tristeza e alegria
Da nossa mocidade que quer viver
na emoção do dia-a-dia*

*Remando contra a maré
Eu não desito, aqui eu vou na fé
Com humidade e proceder aqui estou
e vam'bora
Vamo embora da quebrada pra estrada,
eu vou fundo
somos um bloco?
somos um grupo?
uns maloqueiros se trombando nesse mundo.*

Figura 6 - Zine 3



Fonte: Acervo pessoal

(Zine 3)

*Desenhar o que?
Como se desenha vergonha?
[...]
Como se desenha a fome?*

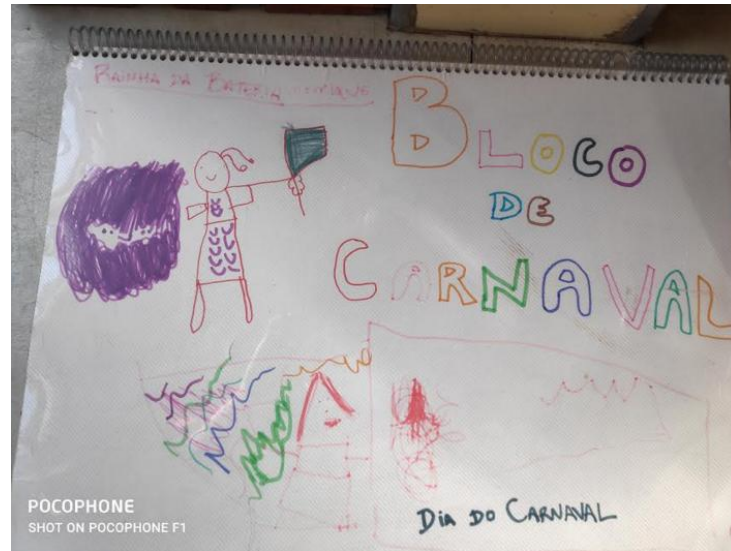
Flávio

Figura 7 – Zine 4



Fonte: Acervo pessoal

Figura 8 – Zine 5



Fonte: Acervo pessoal

Concomitantemente, a equipe foi caminhando por duas direções: a articulação com os trabalhadores locais e as oficinas que tinham por objetivo resgatar a dimensão subjetiva e, portanto, singular dos usuários – o que significava, por sua vez, favorecer a promoção política do sujeito. Assim, as oficinas, atividades e intervenções, apesar de explorarem diferentes linguagens, estiveram sempre voltadas para esses objetivos, promovendo a constituição de grupidades. Compreendendo que uma proposta dá sustentação para a outra, a aposta foi de estar junto, andar junto com os trabalhadores numa dinâmica que pudesse integrar a comunicação entre os três equipamentos (Centro de acolhida 1, 2 e 3). Como dito anteriormente, eles eram geridos por diferentes OS (Organizações Sociais de Saúde) e suas missões e valores não necessariamente tinham pontos comuns. A equipe do Projeto Oficinas passou a buscar um alinhamento maior com o Centro Pop, cuja função era monitorar os três espaços, que não tinham estrutura para responder às demandas incessáveis. A equipe do Projeto Oficinas compunha com pernas e braços o Centro Pop, desde a arrumação do local, limpeza e manutenção, mediação das brigas entre os conviventes e outras tarefas diárias presentes na dinâmica desse equipamento. Quando dizemos “estar com a mão na massa”, às vezes trata-se um pouco disso: “sacar” que alguém está esgotado com a função que desempenha e, talvez, revezar essa função reconhecendo aí uma exaustão comum em situações como essa. Não posso afirmar com certeza que daí resultaram elaborações analíticas, mas certamente essa dinâmica contribuiu para uma cooperação, para um vínculo que

ajudou a movimentar novas dinâmicas. E, ainda não deixa de ser uma escuta voltada para os trabalhadores. E seguida de ação efetiva.

A parceria com a equipe do Centro Pop possibilitou um melhor trânsito entre os três centros de acolhida do complexo. Espaços coletivos foram criados e os dizeres sobre as ameaças e medos sentidos podiam circular de formas novas. Os desdobramentos desses encontros com o corpo técnico também possibilitaram a criação de um fórum na Zona Norte,²⁰ lugar em que essas ameaças sentidas diariamente podiam ser faladas, elaboradas e, a partir disso, foram sendo pensadas intervenções variadas. Esse fórum tem funcionado até os dias atuais, 2021.

3.6 COMO CHEGAR AO TERRITÓRIO “CRACOLÂNDIA”: O TERRITÓRIO DO OUTRO

Um dos primeiros – dos muitos – conflitos com os quais essa equipe lidou foi pensar: “De que chão saímos?”. Aquela era uma equipe composta por psicólogos, um historiador, artistas e um filósofo. Todos foram contratados pelo CEDECA Interlagos para atuar na perspectiva de defesa dos direitos da criança e do adolescente na zona sul de São Paulo, bem ali na Rua Nossa Senhora de Nazaré, na Cidade Dutra. Por que e como esse grupo aparece nas regiões central e norte, trabalhando principalmente com adultos?

A resposta elaborada nesse caso, influenciada pelo coletivo espanhol de arquitetos Basurama, com o qual alguns membros da equipe e eu tivemos contato circulando pela cidade de São Paulo em trabalhos anteriores, foi que o trabalho englobaria, portanto, um público de “crianças de 0 a 99 anos” (BASURAMA, 2013). Eis a forma encontrada para não nos sentirmos tão espremidos pelas tantas pastas que a programação política poderia oferecer. Trabalhar com crianças de 0 a 99 anos nos dava a possibilidade de escutar os sujeitos para além das caixas onde sabemos que ninguém se encaixa. Então, se esse é um quadro sabido por todos, por que não responder de forma criativa a essa fragmentação política?

Dizemos isso porque é bem comum no trabalho com equipes de abordagem de rua lidar com um sentimento que espreme, aperta, cerca. De um lado da rua, é possível atender uma pessoa com quem se formou um vínculo; se for outro lado da rua, seria necessário acionar outra equipe de abordagem que cuida desse território (na época, não sabemos se continua assim, isso se denominava perímetro). Assim, no intuito de trabalhar o direito à cidade, a equipe tinha a

²⁰ A esse respeito ver: Fórum Intersetorial sobre Drogas e Direitos da Zoa Norte. <https://www.facebook.com/events/37%C2%BA-reuni%C3%A3o-do-f%C3%B3rum-sobre-drogas-e-direitos-humanos-da-zn/1526863680693230/>. Acesso em: 28 set. 2018.

liberdade de propor caminhadas, idas a lugares ou espaços que as pessoas tinham interesse em frequentar. Podemos reconhecer uma grande influência da Clínica Peripatética, de Antônio Lancetti (2006) nessa configuração de trabalho; era possível caminhar a partir de certa errância pelas ruas, passeando, conversando, topando os atravessamentos de alguns cantos da cidade, seus refúgios, esconderijos, suas diversidades, enfim.

É preciso dizer que o Projeto Oficinas apresentava algumas condições diferenciadas, muitas das quais nossos colegas de trabalho, nesse território, não dispunham. Não se tratava de um serviço conveniado; dessa forma, não era preciso lidar, por exemplo, com planilhas gigantes de preenchimento quantitativo sobre pessoas atendidas, encaminhamentos realizados – fosse a articulação de alguma vaga em algum albergue, fosse a solicitação de um exame –, como é de praxe para muitos agentes de saúde e assistência social. Essa ressalva nos parece importante porque nossa intenção é mostrar a diferença das iniciativas políticas tocadas por quem “está na ponta”, ou seja, por quem executa as políticas municipais e estaduais com a “mão na massa”.

Muitos agentes no meio da rua, misturados, abordando as mesmas pessoas, circulando entre inúmeros lugares comuns: a intenção dos integrantes do Projeto Oficinas ao chegar nesse território era não menos que praticar a revolução. Realizar oficinas, arte, grafite, soltar pipa, colorir tudo, montar uma associação com os usuários, soltar o verbo sobre as violências ocorridas naquele território, garantir direitos e todas essas coisas que gostam de fazer as pessoas que trabalham com direitos humanos e saúde mental. Todas as pessoas que compunham a equipe já tinham experiência de trabalho naquela região em outros serviços, então os objetivos pareciam bem alcançáveis.

No entanto, essa multiplicidade de atores, apesar de estimular a assistência ao usuário, fomentava uma significativa desarticulação em rede, causando uma disputa pelos usuários e uma complexidade em reunir tantos agentes. Parecia habitual não conhecer o trabalho do outro e o máximo que era possível, naquela conjuntura, era reunir todos os profissionais dentro de um determinado serviço, dividindo as ações, de modo que “*uns não atravessassem o trabalho dos outros*”, como costumavam dizer inúmeros profissionais e gestores desse território.

Destacamos uma das falas de um dos profissionais: “*Ali, na Tenda, eles só oferecem sopa e as pessoas ficam dormindo no chão; aqui a gente oferece atividades mais organizadas*”. Por outro lado – e no outro lado da rua –, outro profissional dizia: “*Aqui a gente trabalha com redução de danos, fazemos atividades mais livres, já o pessoal do Recomeço só trabalha com internação*”.

Parecia que, ao defender seu ponto de vista, um profissional precisava colocar o outro num lugar desqualificado, sem conhecer realmente as propostas oferecidas e, principalmente, sem dialogar sobre os efeitos destas sobre as (mesmas) pessoas que atendiam.

Nesse primeiro momento do Projeto Oficinas, foi possível sacar que simplesmente realizar as oficinas previstas era mais do mesmo. Não queríamos a mera oferta de um serviço a mais. Existiam os serviços, os equipamentos, mas isso não garantia em nada que as pessoas pudessem desfrutar essa pluralidade. Em nossa leitura, essa desarticulação fazia avançar uma lógica individualista, pois a não oferta de espaços em que os problemas, impotências e/ou fracassos pudessem ser coletivizados colocava na cota pessoal de cada trabalhador a responsabilidade sobre a eficácia da estratégia de cada serviço.

Parecia não haver muito tempo para conhecer as pessoas, as propostas, os cantos escondidos e pouco visitados. O imperativo da eficácia se sobrepõe nessa realidade e parece que mais importa lidar com o cotidiano da forma “para inglês ver”²¹ do que propriamente propor alternativas de atenção e cuidado para o usuário a partir da escuta singular, que convoca a reinventar e questionar (muito) a estrutura dada.

Essa conjuntura permitiu notar dois importantes efeitos desse excesso de serviços: a desarticulação das equipes, então sobrecarregadas, e a disputa pelo usuário como objeto de intervenção que comprove a eficácia de determinado equipamento público.

Foi possível constatar que havia críticas muito duras contra pessoas que trabalhavam na máquina pública, ainda que em diferentes iniciativas: ora porque era oferecida uma internação, ora porque o usuário ficava dormindo no chão, vendo TV sem som. É possível compreender que um dos problemas não era trabalhar na máquina pública, mas de algum modo, ir se tornando a máquina, porque a máquina não hesita, não tem dúvidas e serve cegamente aos valores, missão e objetivos da instituição, sem conseguir, muitas vezes, realizar uma discordância possível. Não parecia, ali, haver espaço e condições para concordâncias e ou discordâncias. O que parecia haver era uma dinâmica maquinicista.

A sensação era de estar num fogo cruzado. A fragmentação da oferta dos serviços não acontecia por acaso; e a mera conscientização sobre a dinâmica presente não seria capaz de alterá-la.

Nossa equipe não necessariamente estava advertida para esse efeito. Havia um trabalho prévio nesse território, as pessoas eram conhecidas. Por que parecia tão difícil a sensação de

²¹ Uma vez o príncipe Harry foi mesmo até a Cracolândia, conforme relata Amanda Previdelli (2014).

pertencer? A equipe, durante algum tempo, permaneceu em suspenso. O que foi estar em suspenso? Por que foi importante sustentar essa suspensão?

Estar em suspenso, nesta ocasião, foi imaginar que lançar uma oficina de fotografia, na qual as pessoas pudessem se olhar de outras formas, e talvez de formas inéditas, seria muito interessante para os usuários, e estávamos respaldados por experiências em lugares onde isso já acontece, como centros de convivência, CAPS, UBS etc. Mas, ao pensar nisso, e começar a conjecturar mais concretamente, essa ação implicou descobrir que usar câmeras fotográficas perto do fluxo²² não era assim tão fácil. Soubemos disso porque, ao pegar um celular e mirar para as pessoas, alguém do fluxo se aproximou e disse: *“Qual é a de vocês? Pode fuder com a gente essas imagens aí”*. E sim, pode mesmo. Principalmente porque as pessoas precisam saber a serviço de quê essas imagens estão sendo produzidas. E isso leva tempo. Leva tempo para construir qualquer coisa com alguém, e a programação política, a meu ver, acelera esse tempo em nome de um produto, de um discurso eficaz capaz de “resolver” o problema da Cracolândia.

Vislumbramos uma oficina de dança e música, na qual trabalhadores e usuários se misturariam e isso, talvez, contribuiria para a construção de vínculos... Mas acontecia de chover e não havia um lugar abrigado para ir. Ou ainda, nos dias marcados para a realização das oficinas, acontecia alguma truculência policial que impossibilitava que a dinâmica planejada se realizasse.

Além disso, muitas das oficinas pensadas por nossa equipe já aconteciam na região. A angústia se fazia bem presente. Lidar com interlocutores que diariamente perguntavam o que estava sendo feito e que produtos ou narrativas propositivas poderia haver na manga para contribuir para uma perspectiva de trabalho em direitos humanos, quando a equipe atravessava seriamente a questão de se, de fato, esse projeto poderia fazer alguma diferença. As questões só cresciam. Por exemplo, para garantir o salário da equipe, o projeto tinha que se sustentar; então, de algum modo parecia ser necessário dizer algo, apresentar alguma possível solução, antes mesmo de formulá-la verdadeiramente.

O apoio de outros interlocutores foi fundamental. A partir do início de um processo de supervisão com essa equipe, realizada com membros do Laboratório de Psicanálise e Política, foi possível “nos tocar” que sentir essa angústia tinha a ver com a execução de um trabalho como esse. Topar ver a miséria tem efeitos. Topar olhar para o funcionamento que produz a miséria, também.

²² Fluxo: termo utilizado por habitantes da região para se referir às cenas públicas de uso de drogas.

A possibilidade de ter um espaço para falar sobre essa angústia vivida no dia-a-dia foi importante, pois indicava a possibilidade de inauguração de outra lógica para responder àquilo para o que a equipe vinha sendo convocada, não permitindo, assim, um “acercamento” dela por inteiro; acercamento esse que muitos dos colegas de trabalho diziam sentir também, e que resultava numa sensação de impotência, um nada a fazer.

Na impossibilidade de ignorar a angústia sentida e com condição para colocá-la em movimento, por meio da supervisão, compreendendo os questionamentos como possíveis potências, foram traçadas duas direções concomitantemente: coletivizar os problemas do território e singularizar as estratégias de intervenção com os usuários.

Com relação à singularização dessas estratégias, a decisão da equipe era fazer da angústia alguma potência; assim, quando os usuários se aproximavam e perguntavam sobre o trabalho desenvolvido, “*o que vocês fazem aqui?*”, a resposta, a princípio, foi sendo: “*Não sei muito bem não, viu? Você tem alguma ideia do que poderíamos fazer?*”, “*Acho que não estamos fazendo nada, e você, faz o que por aqui?*”. “Fazer nada” é diferente de “nada a fazer” – discorreremos sobre isso ao longo deste texto. Tentamos falar da “paranoia ao Paranauê” e não funcionou. “*Que ceis tão falando, mano? Nós que fuma e vocês que brisa*”, diziam alguns usuários para nossa equipe.

Certamente houve surpresas aí. Não era esperado de “profissionais especializados” esse não saber, assim, “tão na lata”; por nos acharem tão “sem noção”, paravam para conversar por curiosidade. Houve muitas reações diferentes e, a cada pergunta, era possível notar que mais algum assunto surgia, tornando-se um motivo para permanecer ali. Na verdade, a equipe estava “caçando assunto” e qualquer coisa poderia se tornar um. Por exemplo, guardar os pertences pessoais, já que a base da nossa equipe estava localizada no extremo sul de São Paulo. Aquilo foi um grande assunto. Foi assim possível descobrir como esquentar a marmitta, onde descansar um pouco depois do almoço, onde os salgados eram mais baratos, enfim, questões referentes à dinâmica de trabalho e da vida de pessoas que, muitas vezes, vendem o almoço para pagar a janta, que pegam ônibus cheio, trem lotado, como os garis, os ambulantes, como nós.

Essas dicas foram dadas pelos ocupantes das ruas da região. Já que éramos “sem noção”, muitas noções nos foram apresentadas. Assim também foi descoberto o Museu da Energia (Figuras 15 e 37), um lugar que pôde oferecer sombra, salas para reuniões e até um armário para guardarmos os pertences da equipe.

Dessa forma, foi sendo possível “sacar” que as pessoas iam nos olhando, se acostumando com a nossa presença, sentindo curiosidade em se aproximar e puxar assunto também. Conforme os assuntos iam se estendendo, as conversas foram durando mais.

O cansaço comparecia. Ficávamos em pé por horas na rua, com montes de gente nos endereçando olhares, sob sol, chuva, adversidades climáticas. Vários elementos em conjunto fizeram com que a equipe procurasse, com os vizinhos no território, algumas cadeiras emprestadas. Com as cadeiras, o que certamente nos produziu algum alívio, pedimos emprestado também algumas mesas, de modo que pudéssemos encontrar algum conforto nas ruas tumultuadas da Helvetia (Figura 3). É interessante mencionar que as mesas e as cadeiras foram cedidas pela Tenda do De Braços Abertos e também pela GCM (Guarda Civil Metropolitana). Para muitos da equipe, essa interlocução com a GCM era inédita.

Com as mesas e as cadeiras, foi possível compreender que “ficar de bobeira”, ou “se fazer de bobo”, “sem noção” no espaço público tinha consequências significativas. E por quê? Porque as pessoas que transitam pela Rua Helvetia, a maior parte usuários de drogas e usuários de serviços da região, estão acostumadas com algumas conversas protocolares: “*Em qual centro de acolhida você vai hoje?*”, “*O que vai ser necessário articular para a vaga?*”, “*Qual exame está pendente?*”, “*Quais documentos precisam ser entregues para a equipe do trabalho, para dar direito a uma vaga no hotel do Programa De Braços Abertos?*”. O diferencial do nosso projeto é que havia uma disponibilidade para falar sobre qualquer coisa, ir para qualquer lugar da cidade junto com alguém, se esse fosse o caso. Ficar no espaço público “de bobeira” para ver no que dava, fazer o corpo presente ali, conhecendo as pessoas e fazendo conhecer. Permanecer no espaço público era um desafio.

Isso gerou grande infelicidade para os interlocutores-financiadores deste projeto. Como já dissemos, estes queriam muito saber dos produtos, das consequências das intervenções, e diziam: “*Vocês não estão fazendo nada, assim prejudica a imagem dos direitos humanos, que precisamos desconstruir e positivar*”. A resposta era: “*é tipo um nada, mas calma que a gente ainda tá tentando entender onde isso pode dar*”.

Procurando insistir na permanência do corpo nesse território, nesse momento com cadeiras, mesas e, algumas poucas vezes, água e café, a equipe ficava sentada, disposta como se estivesse numa mesa de bar, perto do fluxo, aberta para o que viesse e quem quisesse sentar e conversar, sentar e não conversar, estar de passagem. Ficávamos “fazendo nada” e convidando quem passasse para fazer “nada juntos”. Um nada que poderia ser qualquer coisa.

A permanência do nosso corpo ali permitia escutar outras versões dos trabalhadores, quando relatavam seus cansaços e angústias. Também nos permitiu escutar a Maria,²³ que dizia “*Vocês dos direitos humanos são uma merda*” e voltava na semana seguinte para dizer a mesma coisa. Pareceu-nos importante continuar ouvindo isso dela. Um sentava e contava uma história, às vezes a história era tão triste, tão urgente, que dava vontade de levantar e resolver na hora. No entanto, foi sendo necessário levar a sério esse “fazer nada”, porque parecia importante escutar a história até o fim.

Muitos estranhavam nossa presença, perguntavam como era possível estar ali, com um crachá da prefeitura e ficar dando risada, “*é assim que o governo funciona mesmo, ao invés de trabalhar, ceis ficam aqui só de papinho*”; sentavam-se, diziam isso, e se levantavam descontentes. No entanto, nossa permanência fazia esse sujeito voltar, brigar com a gente, falar mal do governo, do PT, falar mal da gente. Mas eles voltavam toda semana.

Uma vez sentados à mesa, os usuários não sabiam ao certo o que esperar dessa equipe. Talvez, por isso, tenha havido a chance de escutar Pedro²⁴ (um usuário dos serviços da região da Luz) sobre as brigas com sua filha, as histórias de pesca, seu trabalho no interior e seus amores. Parecia que Pedro estava cansado de falar sobre suas histórias de rua. Parecia também que os trabalhadores estavam cansados de perguntar para Pedro se ele ia para o albergue mesmo naquele dia, se ele ainda possuía o papel do encaminhamento para a cirurgia de seu olho etc.

Uma das oficinairas do nosso projeto, sensivelmente, passou a levar um cadernão em branco. Criou alguma materialidade, uma materialidade como um certo gesto. Chegava alguém na mesa, contando qualquer coisa e ela ia anotando, ou deixava o caderno disponível para que as pessoas fizessem algo, se quisessem. Muitos tinham vontade de escrever ou desenhar, muitas vezes símbolos do comando (PCC); outros faziam aviãozinho e iam embora. Em nossa perspectiva, brincavam com as folhas em branco e, quando a pessoa estava para ir embora, essa oficinaira dizia, sempre que possível: “*Olha, eu escrevi umas coisas do que você disse, quer levar pra você? Quer ler? Quer jogar fora?*”. Certa vez, teve de Jéssica a seguinte resposta: “*Eu disse isso? Nossa, do jeito que você escreveu ficou bonito o que eu falei, quero levar pra casa sim, vou levar pra galera de casa ler*”.

Passando a operar com essa dinâmica por algumas semanas, escrevendo histórias, lendo, devolvendo, fazendo circular as histórias de cada um, foram produzidos zines que foram

²³ Nome fictício.

²⁴ Nome fictício.

distribuídos na região; esses jornais-zines ganharam o título de *Para mim não passar em branco*, e podem ser acessados e lidos livremente.²⁵

Interessante foi constatar que o tão esperado encontro entre trabalhadores e usuários foi acontecendo bem ali – e “fazendo nada” é que foi possível ver isso acontecer. Mais interessante ainda, foi perceber que existiam conversas, trocas que supúnhamos não haver. Havia a possibilidade de escutar, por exemplo, habilidades musicais, no meio do barulho da rua. Quem imagina que essas coisas acontecem nas ruas da “Cracolândia” ?

²⁵ Os zines do Projeto Oficinas estavam disponíveis em: https://issuu.com/projetooficinas/docs/pra_mim_nao_passar_em_branco_3. Acesso em: 18 ago. 2020. No entanto, até o fechamento desta tese, o site do CEDECA Interlagos está passando por reformulações e o conteúdo está fora do ar.

4. EXPERIÊNCIAS CLÍNICAS E POLÍTICAS NA CIDADE: POR UM TECIDO INTERSTICIAL

“Às vezes é difícil manter um percurso equilibrado entre o não fazer nada e o fazer alguma coisa.”

**Winnicott, mensagem 101, à Sylvia Paine,
26 de maio de 1966²⁶**

4.1 PREÂMBULO NECESSÁRIO: SUSTENTAR A VIDA

Ela sempre esteve lá. Pra muita gente, ela é útil, visível, vital. Para outro bocado de gente, ela passa despercebida, atrapalha o trânsito, os carros, as pessoas, atrapalha a vista. Só de ela existir, mesmo sem chegar perto dela, sem conhecê-la, conhecer sua utilidade, muita gente quer seu fim.

Ela não pode entrar em muitos lugares. Na verdade, conheço apenas um lugar em São Paulo que a aceita, e faz isso aceitando os cachorros, que muitas vezes a acompanham. Não tem lugar para guardá-la e muita gente sente medo de perdê-la, de que a roubem. Realmente, ela é muito preciosa.

Quando eu conheci esse lugar que a aceitava, eu também conheci o que os funcionários desse lugar falavam: falta espaço, falta gente pra organizar, falta investimento público, falta grana pro básico: “já temos muitas demandas e tememos não termos mais vagas para acolher pessoas que estão com ela”. Esse espaço contava muito com doações, e com as doações vinham discursos: “mas são eles, os moradores de rua que deveriam aceitar um lugar melhor”. O lugar melhor que eles imaginavam era o albergue, por exemplo... mas as coisas que acontecem dentro de um albergue, pouca gente fica sabendo. Não vou me estender sobre isso, mas concordo com Bobby (convivente do complexo Zaki Narchi) quando diz: “aqui é veneno, cê nem tá ligada”. O que importa dizer agora é que, na maior parte dos albergues, ela não é aceita. Em algumas ruas, foi proibida de aparecer.

Ela tem muitas formas e funções. Muitas vezes, vem acompanhada de um rádio com música alta e cachorros. Às vezes, é mais simples, servindo pra fazer alguns carretos, alguns

²⁶ RODMAN, R. (1990) *O gesto espontâneo – cartas selecionadas de D. W. Winnicott*. Trad. de L. Borges, São Paulo, SP: Martins Fontes.

transportes de coisas que os braços não aguentam sozinhos. Já vi apostarem corrida com ela. Eu mesma apostei corrida uma vez. E perdi, claro!

Mas, a meu ver, a principal função dela é possibilitar guardar material para levar para a reciclagem e tirar uma graninha. Conheci algumas pessoas que acordam pelo menos às 5 da manhã e atravessam São Paulo inteira com ela, que vai ficando mais pesada conforme vai se colhendo mais material para a reciclagem. Depois, dizem por aí, em algumas mídias, que moradores de rua são TODOS uns vagabundos e blá blá blá, que nem vale a pena comentar mais do já sabido, e que quem a possui não presta também. Já ouvi ensinarem crianças a ter medo dela, porque podem levá-las embora pra sempre.

Outra função que ela tem, que é muito importante, é que muitas vezes ela serve de casa, abrigo, descanso, privacidade.

Já pararam pra pensar onde as pessoas que vivem nas ruas se masturbam, por exemplo? Lembro isso porque escutei essa pergunta numa aula que dei uma vez.

A moça da pergunta: “Ai que horror fazer isso, uma vez eu estava no parque e vi um morador de rua se masturbando, eu estava com a minha filha, foi traumático, eu gostaria que você falasse disso”.

Sinceramente, senti raiva quando escutei essa pergunta que era sobre as condições das pessoas que vivem/transitam/moram na rua. Minha resposta foi mais ou menos assim:

“Olha, eu compreendo o susto, sobretudo porque você estava com a sua filha. Mas me parece oportuno pensar o que nós fazemos em privacidade, por exemplo, ir ao banheiro, ter um tempo pra evacuar ou até mesmo se masturbar, pode ser qualquer outra coisa íntima: chorar pra ninguém ver, gritar, rasgar cartas escritas, e por aí vai. Pensem em quantas coisas as paredes de uma casa podem proteger. Quando não se tem uma casa, um barraco, uma lona, qualquer coisa que cubra tudo o que eu disse acima, no espaço público, vira um choque ver um morador de rua fazendo cocô, o ver gritando, chorando, rasgando papel na rua e também se masturbado... Fica gritante e escandalosa a cena, mas ficam escondidas as condições que levaram alguém a estar nessa cena”.

Notaram que faltam banheiros públicos na nossa cidade?

A primeira vez que a gente, do Projeto Oficinas, pensou nela, foi quando pensamos que ela poderia nos ajudar a entregar os zines feitos com os usuários do Programa de Braços Abertos e os usuários do fluxo. Ela chama atenção e a gente também queria chamar atenção. Mas não deu. Já havia muitas delas naquele espaço aonde íamos e mais uma poderia atrapalhar.

A gente também levou uma bronca do pessoal do fluxo com esse lance de querer chamar atenção com ela: “tem que ter as manha, chega sempre no proceder aqui, respeito sempre”, diziam pra gente os conviventes da Rua Helvétia.

Passou um tempo e não pensamos mais nela. Um dia, bem do nada, no calor do momento, conversando com o Badarós que tinha duas, porque ele trocava, porque arrumava a dos outros... e decidimos comprar uma pra nossa equipe. Ele vendeu a que tinha colocado mais enfeites, tava lindona mesmo, tinha bandeira, fitas, coloridos mil, correntes, máscaras, adereços aos montes. A gente ficou insanamente feliz de comprar e ele até ficou emocionado por ver a gente dar tanto valor a ela.

Existem montes (montes!) de burocracias que impedem que a compra dela seja viável, porque precisa caracterizar, explicar, enumerar pra Prefeitura, nas mil prestações de contas, qual seria a eficácia de um bem durável na realização de um trabalho. (É mó “BO”, dá vontade de desistir de algumas vontades, porque elas ficam mais difíceis do que realmente precisariam). Mas como no calor do momento não se pensa em burocracias, fizemos um rateio com o dinheiro e chegamos a um valor justo. Digo justo porque Badarós nos disse que ninguém havia pagado esse preço antes, mas ele achava que valia, porque tinha caprichado nela.

Pronto! Tínhamos nossa própria **CARROÇA**, ela mesma! Vivinha, lindona. Nesse dia, andamos com ela pelo território, revezando quem carregava. Pediram pra tirar fotos nossas nas ruas, uma galera pediu pra subir e andar com a gente, brincaram que a gente fazia entrega, se tinha app... Acho que fomos respeitosos, ou talvez já estivessem mais acostumados com a gente ficar zanzando por ali, não sei dizer ao certo, todavia, caminhamos com muita tranquilidade com ela pelas ruas. De fato, um patrimônio foi adquirido, de muito valor. Sabíamos disso, no entanto, só mais tarde pudemos compreender mais sobre esse sentimento.

Sentimos um tanto na pele esse lance de não ter lugar pra guardar a carroça. Batemos em várias portas e nada. Pedimos abrigo para uma instituição parceira no território que foi o Museu da Energia. Demos muito trabalho pro nosso amigo Dênis.

Ele convenceu a direção de que se tratava de uma ação muito importante. Que poderia ser a função de um museu (também) a de estar em sintonia com o que acontece ao seu redor. Parecia brincadeira, era divertido, mas no fundo o assunto é bem sério. E não foi migué do Dênis falar isso com a direção do Museu. Ainda bem pra gente que ele pôde ser escutado. Tivemos nossa carroça abrigada por todo o tempo de execução do nosso trabalho.

Bom, daí imaginem vocês que a gente queria usar a carroça pra tudo também, né?. Qualquer coisinha era falada e a equipe: “Nossa! vamos levar a nossa carroça.”.

Numa ação junto com o Projeto Casa Rodante, nosso parceiro em direitos humanos no território, levamos a carroça e eles, um ônibus-biblioteca. Nessa ação, tinha também microfone aberto, teatro e músicas, músicos e dançarinos. Esse era um espaço bem potente, com várias dinâmicas acontecendo e muita vizinhança. Essa ambiência faz toda a diferença.

Mas deu trabalho também, viu? No dia dessa ação conjunta, por exemplo, as crianças piraram e queriam brincar de subir e descer da carroça, mas pelos nossos braços, e daí parecia que a brincadeira era cansar a gente!

Uma das crianças dizia que queria estar no melhor lugar da carroça porque o cabelo dela era “bom”, diferente das outras meninas. Pudemos conversar com elas sobre racismo, sobre se pôr no lugar do outro... Foi uma longa e boa conversa junto com a brincadeira. Quem imagina que isso pode acontecer dentro de uma carroça?

Nas saídas do nosso Bloco de Carnaval (fotos desse evento no Ensaio Fotográfico, item 6,1), ela teve uma pá de função. As águas ficavam ali, alguns pertences dos carnavalescos também. O ofício que permitia que uma trajetória fosse feita, caso os policiais nos parassem para perguntar o que estávamos fazendo (e blá blá blá) estava guardado ali também. As pessoas podiam subir nela, dançar e cantar no microfone, e sempre tava todo mundo trocando de lugar, uns segurando e puxando, outros em cima, outros cantando ao lado, outros dançando... tudo muito dinâmico e todos perguntando: “tá cansado aí, brother? Só avisar que nós reveza”.

Como nem tudo é festa, uma vez, a Prefeitura fez uma avaliação sobre a periculosidade do território da Luz e concluíram que as carroças poderiam transportar drogas e decidiram tirar todas do território. De um dia para outro.

A Prefeitura ainda pediu nossa ajuda para realizar essa ação (como braço dos direitos humanos no Programa de Braços Abertos). Na boa, a gente ficou bem putado mesmo.

Essa era a parte que era difícil trabalhar com a gente, diziam sempre que era uma coisa que “vinha de cima”. Quem pedia pra gente fazer isso também via as contradições desse pedido. Mas pra não perder o emprego ou por qualquer outro motivo, isso aconteceu.

Obedecemos, pero no mucho.

O melhor que pudemos fazer foi cadastrar todos os nomes das pessoas e a descrição das carroças porque a gente ia falar com a galera da Defensoria e Ministério Público, a contragosto da Prefeitura; falar com quem estava tão indignado quanto a gente. Fizemos um pequeno ato, no

dia desse cadastramento, e uma boa reunião com as pessoas indignadas - podemos chamar isso de articulação em rede. Levar adiante essa indignação com alguns nos levou para lugares potentes.

Aí rolou muita reunião, muitas articulações, muita conversa de bastidor... e passado um tempo, muito mais tempo do que planejado, as mesmas pessoas que pediram pra gente ajudar a tirar as carroças dos usuários providenciaram um ônibus pra levar todos os cadastrados para recuperar as carroças em um galpão gigante, lá na Zona Norte, perto do Shopping D.

Nesse dia chamamos uns amigos (daqueles que fazem de tudo um pouco) e oferecemos conserto para as carroças: encher os pneus e coisas que eles sabiam fazer e eu nem sei explicar. Mas as carroças saíram melhores do que entraram. As pessoas todas ali ficaram bem alegres. E ainda fizemos um samba pra comemorar.

A nossa carroça ainda acompanhou algumas manifestações, a criação do movimento A Craco Resiste, a dissertação da Rô²⁷, atos e vários rolês.

Quando acabou o projeto, devolvemos a carroça pro Badarós. Nosso projeto teve a duração de dois anos, e se a memória não me falha, ficamos um pouco mais de tempo com ela produzindo ações culturais. Mas como o Projeto Oficinas tinha acabado, não tínhamos muitos bons argumentos para dar pro Dênis convencer a diretoria de que a carroça merecia um canto pra ela.

Com segurança posso dizer que ela, a Carroça, esse personagem criado e que consiste nas realidades das ruas, nos possibilitou saber como “ter as manha, chegar no sapato, como proceder”. Ela funcionou como um conector, possibilitando vínculos. Pudemos inventar outros conectores, sim, mas a carroça foi muito zica.

Após essa abertura, do item seguinte constam três experiências que permitem pensar no lugar de (in)visibilidade e de pertencimento de populações consideradas vulneráveis, bem como discutir a função do grupo na clínica-política exercida nos territórios percorridos e aqui apresentados.

As três experiências, então narrativizadas, são consideradas desde a função da criação coletiva, no sentido de se ponderar sobre como a experiência de construção conjunta contribuiu para o estabelecimento de lugares de pertencimento e identidade grupal, levando-se em conta

²⁷ Trata-se da dissertação de mestrado de Roberta Marcondes Costa, intitulada *Mil Fitas na Cracolândia: Amanhã é Domingo e a Craco Resiste*, defendida em 2017 na Universidade de São Paulo.

aspectos históricos, políticos e culturais. Um algo que ali se deu, por exemplo, quando um lúdico ato de “fantasiar-se de nóia” separou um sujeito de uma identificação total com a posição de “drogado”, tão corrente e segregante, possibilitando a formulação e a expressão de outras identidades sociais, como a do “letrista”, a do “cara do pandeiro” etc. Ou quando um também lúdico ato de “fantasiar-se de mulher” viabiliza um vislumbre do outro e de si, relativizando uma recusa e abrindo espaços.

Vale destacar que, em tais narrativas, compareceu persistentemente o ódio ao outro – como narcisismo de pequenas diferenças ou de acentuadas questões identitárias – entre as dificuldades e contingências do fazer grupal. Entretanto, num primeiro momento, “não tentarei insistir em minha ideia; darei, porém, alguns exemplos, a fim de que a ideia que estou apresentando possa ser elaborada pelo leitor” (WINNICOTT, 1975, p. 156); ou, tal como ‘propõe’ Radmila Zygouris (1995, p. 216), confia-se “na sagacidade do leitor para efetuar as permutações necessárias, sem lhe infligir as costumeiras excursões teóricas que têm o dom de envelhecer mais depressa do que as histórias que pretendem esclarecer”, para só depois, em retomada, realizar reflexões mais conceituais de cunho investigativo para uma tese.

Finalmente, também é minha intenção descrever minimamente a função do profissional que lá estava como organizador nos territórios, “fazendo nada” – ao menos “nada” do que era mais imediatamente pré-estipulado ou demandado como ação eficaz ao Projeto Oficinas por diferentes agentes sociais –, num trabalho que ora se dava de forma horizontal, ora vertical, produzindo efeitos no laço social, especialmente na modificação do olhar da cidade sobre os “nóias” e como eles se viram na cidade. Existe todo um esforço para sustentar a vida, bem como a carroça, que fica apagado. Espero mostrar a vida presente nesses lugares e nas contingências em que ela esteve presente - um tentativa de romper a invisibilidade e de publicizar e dar dignidade a modos de existência.

4.2 CONSTRUÇÃO DO COLETIVO SEM-TERNOS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO “ABRE-ALAS”: A ESCUTA COMO MÉTODO

Sempre foi nítido, no território da Luz, na região conhecida como Cracolândia, o sofrimento e a angústia dos profissionais das diversas instituições que ali trabalhavam; sentimentos especialmente derivados da atuação nesse território, numa dinâmica que implicava muitas vezes solidão e desamparo – algo que, para nós (Projeto Oficinas), poderia ser tratado a

partir de uma lógica coletivizante e que não se resumisse a um puro procedimento burocrático e individualizado. De fato, desde a nossa visão, era possível vislumbrar e escutar que os sofrimentos em jogo eram muito mais comuns do que se podia imaginar, e que os alinhamentos institucionais e políticos repercutiam na interação dos agentes “na ponta”.

Não era nada incomum que o trabalho institucional “emperrasse” em decorrência das inúmeras disputas e tensões de cunho econômico, ideológico e narcísico. E a principal consequência disso era que muitos dos profissionais que atuavam “na ponta”, possíveis parceiros e aliados no tratamento dos usuários, se viam como nossos inimigos incrementando o fato de que a dinâmica árida desses contextos comumente incitava à hostilidade, potencializando as dificuldades. Esses profissionais constantemente narravam a experiência de articulação em rede como algo que ameaçava o trabalho individual, ou mesmo como um espaço sem potência e infrutífero (“*as pessoas se reuniam e nada acontecia*”).

Não obstante, muitas das redes ou reuniões promovidas pelo poder público de fato eram criadas sem que se consultassem as pessoas que estavam “na ponta”, configurando-se como espaços inócuos às necessidades apresentadas por essas pessoas, acontecendo simplesmente por exigência de instâncias superiores preocupadas com análises numéricas, planilhas, direcionamentos protocolares, ou mesmo resultados imediatos. Vale ressaltar que os gestores – que seriam uma primeira instância superior – também eram cobrados por outros superiores no sentido de “resolver o problema da Cracolândia”, fazendo comparecer ciclos de obediência que só ampliam o rol de vulnerabilidades (uma delas, nesse caso, marcadamente, era a falta de espaços onde se poderiam questionar ordens estabelecidas – um profissional sobrecarregado adere com facilidade a um certo fatalismo de “nada se pode fazer”, o que não só garante a manutenção de uma dinâmica estéril, como também viabiliza a deterioração das condições gerais de atuação e mesmo da situação como um todo: os profissionais ficam tão doentes quanto aqueles a quem se propõe a atender.

Em suma, os profissionais “na ponta” relatavam um sentimento de cansaço, uma sensação de não serem escutados no planejamento ou na avaliação, num marcante estado de entorpecimento. Se para as gestões era urgente apresentar uma ação efetiva, para os trabalhadores era urgente conversar sobre os casos e sobre as dificuldades que eles sentiam com esse tipo de trabalho. De um modo exemplar: Fulano (trabalhador de um dos equipamentos da região) ao passar pela mesa improvisada por nós (Projeto Oficinas) no meio da Rua Helvetia, chegava, sentava e aos poucos começava a comentar sobre a vontade que tinha de fazer outras atividades

com os usuários que não aquelas impostas a ele em sua respectiva instituição, falava da sua insatisfação, de não se sentir realizado profissionalmente, que não acreditava em seu trabalho da forma como era convocado a atuar.

Cicrano (trabalhador de outro equipamento da região) trazia tais problemáticas também e, sem nem saber, chegava inclusive a usar as mesmas palavras de Fulano. Fulano não sabia de Cicrano. Cicrano não sabia de Fulano.

Eles – Fulano e Cicrano –, de diferentes perspectivas, estavam dizendo e vivendo coisas muito semelhantes. Mas eles achavam que não. Aliás, eles sequer consideravam que era possível ter um canal de diálogo mútuo. “*Não dá pra conversar com gente que pensa assim e assado*”, dizia um funcionário da antiga Tenda De Braços Abertos.

Fulano trabalhava no Redenção e “*É impossível falar com eles*”, “*Eles acham que a gente, por trabalhar com internação, não sabe o que é redução de danos*”. Cicrano trabalhava na Tenda De Braços Abertos e dizia “*Já tentamos conversar com essa galera e realmente não dá...*”, “*Teve um dia, numa reunião que pelo amor de Deus, só falam de internação, não param de falar, não escutam ninguém*”. “*Mas será que tem a ver com o espaço da reunião? Imagina se vocês conversassem num bar? Você não acha que seria diferente?* – indagou um dos integrantes do Projeto Oficinas à Cicrano. Essa pergunta foi acompanhada de risadas de todas as partes. Fulano contava que era muita coisa para fazer. Além de atender as crises dos usuários, tinha que lidar com a ansiedade de juízes e promotores que queriam tudo para ontem; autoridades cujos pareceres e respostas podiam demorar anos, enquanto as dele, nem cinco minutos

Cicrano temia que as ações que ele realizava com a sua equipe não fossem acolhidas e refletidas pelos seus gestores, de modo que a invisibilidade de discussões, a seu ver, cruciais, sempre vinha acompanhada pela preocupação oposta da hipervisibilidade midiática, de câmeras e outras mídias sociais, na soma significativa de matérias de jornais a respeito da famigerada “Cracolândia”.

Ouvir Fulano e Cicrano nessa mesa do Projeto Oficinas nos permitiu refletir. Abriu-se para nós a possibilidade de ver os dramas, entender o que estava acontecendo e perceber que as vivências dali não eram tão solitárias – ainda que não fossem circunstancialmente solidárias. Para nós, diferentemente desses trabalhadores, o desamparo decorrente daquele trabalho não era arrasador, justamente porque tínhamos outro espaço, um espaço que criamos e que mantinha uma independência em relação aos postulados do edital de trabalho; pensamos e desenvolvemos um espaço para partilharmos as afetações e as angústias, estudos e questões de casos, incluindo

momentos de debates e supervisões onde realmente se escutava o que se tinha para dizer (as supervisões não estavam previstas no edital do piloto do Projeto Oficinas – foi algo conquistado e estabelecido *a posteriori*, algo que diagnosticamos como fundamental a partir da prática, algo sem o qual não poderíamos trabalhar).

Não falo de horas extras que abríamos em nossa agenda, mas, sim, de flexibilidade de horários e apoio da gestão do Cedeca que, justamente pela grande abertura para interlocução, acolhia importantes demandas que levávamos e nos permitia construir “dispositivos” que nos servissem e não o contrário (não éramos nós que servíamos aos dispositivos). Nesses “espaços”, que eram também de tempo, elencávamos nós mesmos as pautas e a prioridade das questões a serem discutidas em nossas reuniões de equipe. Com efeito, era a combinação desses elementos – flexibilidade de horários, coletividade, autonomia para definir prioridades e supervisões –, oriundos do apoio da gestão, que fazia toda a diferença, muito embora seja preciso considerar que tudo isso não seria nada sem a nossa séria e dedicada vontade de trabalhar (se nossas demandas não fossem genuínas e nossa insistência em demandar tampouco fosse consistente, certamente os “produtos” que tento descrever aqui não estariam presentes – sendo este um ponto a ser retomado na discussão mais à frente).

Para nós, a conversa/escuta fazia parte do nosso trabalho. Tínhamos como discutir as relações e até textos. Textos como os do psicanalista Antonio Lancetti (2015), que participou ativamente da iniciativa do Programa De Braços abertos e trabalhou muito para nos transmitir o que ele nomeou em um livro de “Contrafissura e plasticidade psíquica”, e que, dentre tantas contribuições, se refere também a análise das tentativas desesperadas de tantos – governos, políticos, igrejas, apoiados por uma mídia sensacionalista - de buscar resolver de modo simplificado problemas complexos, voltados, todos, para as drogas e não para as pessoas. (LANCETTI, 2015). E se trata exatamente disso, quanto mais olhamos para as drogas, menos olhamos e escutamos as pessoas e suas relações com as drogas.

No interior de seus equipamentos, Fulano e Cicrano se sentiam verdadeiramente enclacrados e impotentes, com suas ideias não sendo acolhidas, de modo que suas discordâncias, pontos de vista, esforços, ficavam invisibilizados (uma vez mais, fica evidente que os profissionais sofrem daquilo que se propõem a tratar: se se propõem a tratar de invisibilizações das questões relacionadas às drogas, em retorno duplicam-se as invisibilizações, e então as questões dos próprios profissionais que precisariam trabalhar as invisibilizações ficam invisibilizadas).

Nossa experiência em escutá-los, a princípio “despropositadamente” (se tínhamos, sim, o objetivo de realizar articulações em rede, nada era determinado quanto a como ela deveria se dar), nos ofereceu a oportunidade de apreciar o quanto havia a possibilidade de eles se escutarem mutuamente, compartilhando conscientemente o que já compartilhavam sem saber (razões, emoções, comoções), e mesmo de vislumbrar o quanto aquele espaço que oferecíamos poderia servir para trocas; mais que isso, percebíamos o quanto nos cabia viabilizar tais oportunidades, para além da escuta que já oferecíamos a eles em separado. É certo que podíamos ouvir algo do que seus respectivos equipamentos não podiam, e que isso já tinha algum efeito, mas o que nos ocorria então era a própria construção de um “método”.

Percebíamos que, realizando as ações, fazíamos comparecer os elementos para uma ambiência. Era uma mesa simples, mas parecia uma mesa de bar (embora só tivesse água) e ela se tornou um método de trabalhar realizando uma ‘tessitura social’. O que estava em jogo ali era a própria possibilidade de encontro de pessoas que não se reuniam em outras circunstâncias. Elas podiam se escutar entre si tal como as escutávamos. Ali dava para mandar o outro “tomar no cu” e rir, mas dizer, falar, discordar e não recalcar, suprimir os dizeres como acontecia em muitas reuniões institucionais. O clima da mesa propiciava que espontaneidades e honestidades aparecessem, tanto da parte dos trabalhadores como dos usuários que estavam junto conosco.

O que nos passou: era preciso que o trabalho fosse feito não só por muitos, mas *entre* muitos: a grande quantidade e pluralidade de agentes não garantia qualquer integração entre eles, sendo que a integração era o passo fundamental que, por assim dizer, ‘faltava’. Integração em termos de interstícios, e não feita por decreto. Trata-se de redes que incluam dimensões afetivas.

Para atuar numa ‘situação problema’, a fragmentação em diferentes pastas só servia para cada profissional virar e dizer “*eu cuido disso e não daquilo*”, ou mesmo “*a minha estratégia para abordar isso é melhor que a sua*”, sem contar os efeitos dessa fragmentação num ‘nóia’²⁸ em atendimento (saúde mental tem que vir aqui; saúde primária tem que ser acolá; saúde primária não pode incluir saúde mental).

O que quero dizer aqui é que um sujeito humano não é fragmentado em pastas. Quando ele conta sua história, ela atravessa todas as “pastas”: saúde mental, saúde coletiva, serviço social, populações em situação de rua, mulheres, crianças, etc. Exemplos não faltam e acredito que podem me acompanhar no que estou procurando partilhar.

²⁸ Termo corriqueiro utilizado na região para se referir a alguém que usa drogas de forma intensa.

As repartições governamentais, mesmo na intenção de organizar, sufocavam as próprias agendas e, conseqüentemente, as pessoas. Atuar de modo integrado e intersticial (com espaços de livre circulação de palavras e humanidades; onde o peso do que é falado é relativizado, mas não invisibilizado ou apagado; onde a coisa pode ser sentida e não atuada) é algo crucial para a realização de uma tarefa de tamanho porte. Aliás, não atuar de modo integrado e intersticial é precisamente não atuar, tal como nos ocorreu. Enfim, o que começamos a construir, em meio às tensões e disrupções – inclusive em ‘despropósitos’ –, foi mesmo uma dinâmica de trabalho conjugante e relacionante, isto é, capaz de conjugar e relacionar pessoas e ideias num tecido mais comum.

Cada território convoca uma construção de um método de trabalho e nesta tese procuro descrever o método de trabalho com a clínica-política. Nesse sentido, por meio desta pesquisa, retomando e analisando o dispositivo da mesa, penso que ela significou um “espaço intersticial” – tal como conceitualizado por Roussillon (1991) –, fundamental para chegar junto com os usuários. Quero dizer que, para chegar aos usuários desses territórios, foi primário e essencial trabalhar com os trabalhadores da região, porque, caso contrário, esses trabalhadores adoecerão, não conseguindo atender ou escutar os usuários. Não é nada fácil ver a miséria de frente, tampouco é fácil compreender como ela vai se montando e se estruturando bem ali, na nossa frente. Testemunhar acontecimentos dessa ordem exigem dispositivos para ajudar a elaborar algo que não parece fazer sentido algum: pobreza, criminalização, preconceitos etc. Penso que é nessa esfera que a dimensão educacional se faz presente: aprender, praticar, errar, tentar de novo, errar melhor. E se responsabilizar: “a educação é o ponto onde decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos responsabilidade por ele [...]” (ARENDRT, 2011, p.247).

Trocando em miúdos, no espaço intersticial que era “a mesa”, por meio das brincadeiras e das conversas que não precisavam ter finalidade e encaminhamentos oficiais, revelavam-se aspectos de significativa importância sobre como as pessoas se sentiam trabalhando, surgindo realmente ideias de como as coisas poderiam ser diferentes. Eram ricos conteúdos que não apareciam nas reuniões oficiais, mas sim nas oficiosas, apareciam ali: no meio da rua. E falo seriamente das condições para brincar, como a isso se refere Winnicott (1975) – sem brincar nem mesmo daria para trabalhar –, o que, em nosso caso e em termos práticos, quer dizer que quanto mais os profissionais do território se sentavam conosco, mais relatavam as invenções, os esforços e as vontades de cada um, naquilo que verdadeiramente poderia promover, aos que cuidam e escutam, as condições para cuidar e escutar.

É preciso, ao mesmo tempo, pouco e muito para criar condições de cuidado e escuta. A “mesa”, como dispositivo, ofereceu materialidade a um propósito da equipe, porque estruturou um desejo real e intenso de escuta, cuidado e relação presente nos corpos dos profissionais que estavam buscando uma maneira de atuar neste território. A partir deste e de outros dispositivos, como a “carroça”, ganhou vida naquele lugar uma intenção. Somados, a intenção, o desejo, o propósito e os dispositivos criaram um ambiente propício à invenção de alegrias e vínculos como contraponto ao sofrimento e a solidão da miséria.

A partir da mesa e das brincadeiras, comparecia, nos afetos e nos discursos de Fulano e Cicrano, aquilo que Lancetti (2015) nomeia como “plasticidade psíquica”: Fulano e Cicrano não recrudesciam diante das situações de horror tornadas habituais ou banalizadas, de modo que puderam sustentar outro olhar, tentar muitas ações e ter diversas reflexões, mesmo se frustrando também. Conseguiram sentir as dores e as frustrações, ao invés de apenas se defenderem delas, já não era pouco.

A escuta dos trabalhadores na mesa contribuiu profundamente para a criação de um coletivo de trabalhadores da região da Luz, o Coletivo Sem-Ternos (As Figuras 9 e 10 são flyers/artes produzidas por esse coletivo). Entre nós (Equipe Projeto Oficinas), houve muita tensão e muitas conversas a respeito do que fazer com aquilo que escutávamos. Fomos conversando com todos os trabalhadores, visitando-os em seus equipamentos, procurando saber o que faziam e como faziam. Em seguida, fomos construindo a possibilidade de ter um espaço somente para os “trabalhadores da ponta”, a fim de propor atividades coletivas no território: aquilo que cada um sentia vontade de fazer, mas que não podia realizar no interior do respectivo equipamento – seja por impeditivo direto ou mesmo por medo de represálias –, seria realizado em nome desse coletivo. Agentes de diferentes equipamentos eram, assim, convidados para estar nesse espaço de promoção e elaboração de ações conjuntas.

O nome do coletivo veio por meio de uma brincadeira enquanto caminhávamos para o Museu da Energia Nessa caminhada peripatética (LANCETTI, 2011), notamos que eram perceptíveis pelo menos dois tipos de vestimentas mais marcantes entre as pessoas que circulavam por aquelas ruas. Por um lado, havia as pessoas em situação de rua, chamados “nóias”, às vezes sem camiseta e com roupas, digamos, diferenciadas. Por outro, havia a vestimenta notável das pessoas que usavam ternos, majoritariamente por conta de haver uma sede da seguradora Porto Seguro na região e seus funcionários trajarem roupas mais formais, especialmente ternos. Olhamos para nós e percebemos que estávamos sem ternos e com

vestimentas “diferenciadas”, “*a gente aqui é a galera do sem ternos, né?*”. Simples assim foi como esse coletivo ganhou a sua nomeação. Brincando na rua, estando na rua, despontando na nomeação desse coletivo alguma semelhança que tínhamos com os usuários (sem que isso apagasse as diferenças).

Os objetivos que foram sendo definidos para o coletivo incluíam a troca entre os trabalhadores e os usuários, visando a tal articulação em rede, um tecido para ação conjunta no território. Tratava-se de um grupo que formulava e executava suas ações de forma horizontal e pôde contar com as participações dos usuários da região, representantes do Projeto Oficinas, do Projeto Vocacional, da Casa Rodante, do SEAS Santa Cecília, de trabalhadores, estagiários e voluntários do Programa De Braços Abertos (Instituto CECAP Plantarte e Missão Urbana Brasil), CAPS-AD Prates, CAPS-AD Sé, Projeto Recomeço - Unidade Helvetia, ONG Centro de Convivência É de Lei, Ação Educativa, Cia Mugunzá de Teatro, Museu da Energia de São Paulo e estudiosos e pesquisadores da região. Eventos em espaços públicos puderam agregar ainda mais usuários e incluir outros trabalhadores, para além dos supracitados, e muitas vezes contou-se, também, com a participação dos moradores do bairro e até de artistas convidados. Não à toa, nos últimos anos, essa região recebeu um enorme e variado número de equipes de abordagem, com voluntários, trabalhadores da prefeitura e do Estado, estudantes, pesquisadores, cineastas e mesmo instituições religiosas, debruçando-se, ainda que de diferentes formas, sobre a inquietante vulnerabilidade do local – em algo que, nunca será demais frisar, possibilitava constatar que a multiplicidade de agentes não necessariamente garantiria um trabalho conjunto. Esse era de fato o diagnóstico realizado pelo Projeto Oficinas em 2014: muitos profissionais e pouco ou nenhum trabalho conjugado.

Dessa forma, o coletivo Sem-Ternos passava de fato a mobilizar agentes variados do território – fossem eles/elas de Projetos da Prefeitura ou do Estado, estudantes ou voluntários(as) –, num processo que se revelou muito potente, não só por possibilitar a articulação de rede, no sentido de os trabalhadores se conhecerem e saberem de suas respectivas atuações, mas também na proposição de intervenções desde saberes diversificados. Muitas ações festivas, por exemplo, foram realizadas a partir desse coletivo, tais como: “Arraiá na Craco”(Figura 9), festas tradicionais, apresentações musicais e o Bloco de Carnaval “Blocolândia” (Figuras 10 e 11).

Figura 9 - Flyer de divulgação do Arraiá produzido pelo coletivo Sem-Ternos, evento exemplar das ações culturais construídas nesse território.



Fonte: Coletivo Sem-Ternos

Figura 10 - Flyer de divulgação pelo coletivo Sem-Ternos do bloco de carnaval BlocoLândia



Fonte: Projeto Oficinas

Figura 11 - Flyer de divulgação do bloco de carnaval Blocolândia (2) produzido pelo coletivo Sem-Ternos



Fonte: Projeto Oficinas

Figura 12 - Flyer de divulgação de aula aberta realizada em parceria pelo Núcleo de Psicanálise, Sociedade e Política da USP/Coletivo Sem-Ternos e pela Cia Mugunzá de Teatro



Fonte: Projeto Oficinas

Com o tempo e muitos debates, foi criado, como um desdobramento do coletivo Sem-Ternos, o Fórum Intersectorial sobre Drogas e Direitos Humanos (FIDDH), que tinha um propósito semelhante de articulação, ainda que se voltasse mais à perspectiva de formação para

os trabalhadores e usuários. Ambos os espaços (Sem-Ternos e FIDDH) se mantêm ativos até o momento atual (início de 2021), e é por meio deles que são pensadas coletivamente ações públicas naquela região.

Destaquei aqui a criação do coletivo Sem-Ternos também porque esse foi o grupo abre-alas do que viria a se constituir como a experiência carnavalesca na “Cracolândia”: o Blocolândia.

Por fim, Fulano e Cicrano não apenas se conheceram, como ficaram amigos e dessa amizade – que incluía discordâncias significativas – surgiu a narrativa de uma experiência comum, sendo ela mesma parte da tessitura social essencial e intersticial que viabilizou e visibilizou todo o trabalho, possibilitando e fortalecendo o grito de que na “Cracolândia” há mil outras coisas para além do crack. E foi na sequência de toda essa história (resumo curto de longos meses) que chegou Beltrano, com a bateria e os instrumentos, apitando energicamente e arrastando Fulano e Cicrano para as ruas - de onde, em coro com mais parceiros, gritaram: **ALÔ FAMÍLIA!**

4.3 EU QUERO É BOTAR MEU BLOCO NA RUA: BLOCOLÂNDIA

A proximidade da data de carnaval foi considerada uma boa oportunidade para se colocar em prática o que vinha sendo discutido no Coletivo Sem-Ternos: misturar quem usualmente não se mistura, fazer circular com outras cores quem tradicionalmente saía na rua fantasiado apenas de “nóia”.

Por meio de oficinas improvisadas, foram produzidas máscaras e fantasias com as pessoas que moravam e circulavam na região. Conforme as oficinas iam sendo realizadas, com várias mãos de atrizes e atores do território, grupos de pessoas foram se misturando e convivendo nesse processo: usuários, trabalhadores do estado, do município e transeuntes. O nome foi decidido a partir das vozes de trabalhadores e usuários que gritavam na rua enquanto eram elencadas as sugestões - ou seja, de forma bem improvisada, porém quase unânime: “Blocolândia”. O bloco tinha cor, fantasia, samba-enredo e muita, muita gente diferente. Agradou até os trabalhadores da seguradora Porto Seguro, que acenavam e também compartilhavam o espaço da rua com os “nóias”, supostamente portadores de um grande perigo que os faziam nem se aproximar: “*Caramba, eles cantam e dançam bem, né?*”, diziam os trabalhadores da seguradora, se misturando conosco.

A letra de uma música foi criada a partir do Projeto Oficinas no meio da rua, com participação ampla que incluiu trabalhadores e usuários num laço de cooperação. No bloco e na pequena marcha pelo território, cantamos juntos:

ALÔ FAMÍLIA

O bloco da pedra tá na rua
 A rua é minha, a rua é sua
 Ninguém nunca tá só nessa vida nua e crua
 No sol, na lua
 O bloco da pedra tá na rua
 Eu viro pedra, eu viro pó
 Eu já sou crack pra desenrolar os nós.

A minha vida é uma bagagem
 Que eu carrego, levo e puxo
 Puxo, puxo
 E vou andando a minha vida nesse fluxo
 Fluxo, fluxo
 A pobreza é uma beleza que eu não troco pelo luxo

A marcha do bloco de carnaval, cantando a possibilidade de não estar “só nessa vida nua e crua”, ressignificou a condição que era ‘particular’, mostrando-a como uma condição de todos e não apenas da população considerada marginalizada, permitindo uma inscrição e um tratamento simbólico para o horror. A possibilidade de falar e cantar sobre a vida nua e crua, sobre nosso lado não humano, demasiadamente humano? implicava uma condição de mudança subjetiva, mesmo que as condições concretas não tivessem mudado significativamente. Ser “craque” em desatar os nós era já efeito de um deslocamento que possibilitou brincar e criar outros significados onde só havia pedra, pó e crack. Foi mesmo a partir do aproveitamento de uma contingência – a aproximação das festividades de carnaval – que foi produzida uma ação incorporadora do desejo dos participantes do coletivo, “deixando-se levar pelo espírito do carnaval e pelas próprias produções desse grupo, que não podiam ser previstas de antemão, mas que puderam ser acolhidas ao longo do trabalho realizado” (SATO et al., 2017, p. 495).

O efeito dessa experiência – que partia da possibilidade de uma reunião de pessoas em torno de um objetivo comum, tal como considerado na noção de ‘tarefa’ pensada por Pichon-Rivière (2005) – seguia na direção do trabalho de des-individualizar e de (des)construir certo lugar social: metas importantes nesses tipos de contexto e a partir das quais poderiam emergir e instaurar-se singularizações que incluíssem as diferenças; isto é, da criação de um bloco de

carnaval composto de pessoas de diferentes posições sociais resultavam novas aproximações entre os participantes, incorrendo-se numa transformação da “condição fática da realidade”, num relançamento dela em sua “dimensão desejanete” (BROIDE, 2014, p. 95) – com abertura para novos modos de acomodação e realização. Na singularização, na contramão da generalização, fica-se atento às variações e exceções às regras, coisa corriqueira no tratamento via políticas públicas: se se costuma prever uma medida comum de amplo impacto, logo se notam pontos e casos nos quais tal medida não se aplica. Haverá singularização caso se consiga incluir a exceção, de modo a “implementá-la”, realizá-la: na singularização, há o reconhecimento da pluralidade e da diferença, de sorte que as regras acabam sempre tendo que ser revistas, num processo contínuo. O próprio carnaval-blocolândia era já uma singularização, uma medida não prevista inicialmente pelas políticas públicas, mas que produzia efeitos previstos e esperados por tais políticas. Pontualmente, para “moradores de rua” e “nóias”, as oficinas possibilitaram uma circulação social para além do estigma de marginais, bandidos e drogados.

Ressalto que, dentro dessa contingência, foi possível escutar os sujeitos e seus sofrimentos para além das urgências sociais que se apresentavam, agindo-se a partir do que pode fazer laço e não tão somente a partir das necessidades concretas e resoluções diretas. Relações mais simples e diretas, e outras questões objetivas, não se alteram prontamente, nem a fome, nem a miséria, angústias, entre outras manifestações, ainda que neste caso mudanças singulares e em singularidades justamente tenham permitido que, desde então, nada fosse só como era antes; as duras concretudes permaneciam, mas vislumbrar algo para além delas foi uma possibilidade. Afinal, a aposta se dá nas possibilidades e nas condições para isso.

Por conseguinte, enfatiza-se que foi justamente “fazendo nada” no espaço público, ocupando-o, movimentando-nos nele, que se escutaram outras versões, outras histórias, outras marcas desses sujeitos, aqui incluídos todos os envolvidos: sambistas, letristas, dançarinos, artistas, visionários. Mais ainda, o bloco de carnaval criou condições para que cada um pudesse sentir-se parte de algo maior que si mesmo, encontrando-se caminhos para agir com a espontaneidade que, muitas vezes, fica represada nas direções institucionais. E, em correspondência com a história do carnaval, cada um que sambava, independentemente de qual fosse sua categoria social, cantava sua chance de escapar de seus estigmas²⁹, opressores, mostrando seus descontentamentos, mas, ao mesmo tempo, *celebrando juntos*, em conjunções.

²⁹ Cf. EHRENREICH, Barbara. **Dançando nas ruas**: uma história do êxtase coletivo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Fulano, Cicrano e Beltrano – agentes contratados, mas que certamente nisso representavam as vozes de usuários e muitos mais – comemoraram na rua e disseram a partir da letra que ajudaram a produzir: “tá vendo a força que surge do pó, mano? É tipo aquela música do Racionais, tá ligado? *Até do lixão nasce flor!*”

4.4 ”TU AMAS, SOFRES E SENTES. DANÇA!”: GRUPO VALÉRIA³⁰

Como descrito anteriormente na sistematização de conhecimento produzida pelo Projeto Oficinas, o Complexo de Acolhimento Zaki Narchi possuía a marca de acolhimento para o público LGBTIQ+. Contudo, vale dizer que, apesar da existência dessa demanda, por muito tempo o Centro de Acolhida II não abriu o quarto LGBTIQ+ do equipamento, e mesmo com avanços em ações afirmativas, o Complexo de uma forma geral foi palco de intensa homofobia – questão para a qual boa parte do trabalho descrito a seguir se direcionou (não exclusivamente, pois o maior foco era sempre um tratamento da tessitura geral), em uma sequência de atividades. A própria Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMADS) violava os direitos das travestis e transexuais do local, quando as colocava em um Centro de Acolhida para homens – não obstante um Centro de Acolhida para mulheres, que recebesse a população LGBTIQ+, tampouco pudesse garantir a extinção das violências. Mas sigamos para algumas experiências ali passadas.

Grosso modo, as rodas (organização também já descrita no Capítulo 2) que aconteciam no pátio do Complexo Zaki Narchi, local usualmente chamado pelos conviventes de ‘galpão’, pareciam caminhar bem, se bem que o público frequente dessas rodas fosse predominantemente masculino. A não participação das mulheres em atividades propostas era um fenômeno no mínimo curioso para um centro de acolhida tido como referência na rede por acolher a “população trans”. Se nossas oficinas eram destinadas a “qualquer um que passasse pelo pátio”, onde estavam as mulheres? Que invisibilização e falta de ação para com as violências anunciadas nesse ambiente estaríamos reproduzindo?

Em dado contexto, certa vez uma mulher trans, bastante crítica e firme em seus posicionamentos, tornou-se porta-voz de parte do mal-estar que até aquele momento não fora escutado com a merecida sensibilidade, salientando algumas contradições em relação àquilo que um Centro de Acolhida não podia acolher. Ela se aproximou de uma das rodas (uma roda de

³⁰ O grupo se chama Valéria em homenagem a uma mulher que foi assassinada dentro do centro de acolhida.

samba, na ocasião) e disse: “*Ah sim, vocês são dos direitos humanos, não é mesmo? Vocês vêm aqui pra gente conviver com a diferença, não é mesmo? Parece muito legal na teoria, mas eu sou estuprada aqui e ninguém faz nada. O cara come o meu cu e eu preciso conviver com ele por que mesmo?*” Foi com esse solavanco que paramos para olhar, ouvir e refletir – com a vantagem que tínhamos de não estarmos presos às necessidades de resoluções diretas de problemas como separar brigas, preencher e organizar formulários, cuidar dos pertences dos usuários, cuidar de rivalidades, em uma carga horária de trabalho exaustiva.

Ela e outras nos contaram que andar pelo pátio do galpão era aterrorizante para elas. Se elas não se vestissem como homens, homens jogavam pedras nelas. Caminhar sozinha não era seguro e, de fato, tampouco era seguro estar no quarto destinado a elas.

Contaram também que eram proibidas de usar o banheiro, pois os homens diziam que elas iam ficar “flagrando” eles. “Flagrar” significava que esses homens supunham que elas estavam interessadas em seus corpos, em seus genitais, o tempo todo. De modo análogo, seus relatos de experiências nos centros de acolhida para mulheres narravam situações em que as outras mulheres do abrigo manifestavam desconforto com sua presença, por não gostarem de se despir diante de ‘homens’. Pelos homens elas eram vistas como “anomalias” que os ameaçavam (seja lá pelo motivo que for, como transformá-los em objetos sexuais, reduzidos a meros objetos de desejo, ou talvez por instigar desejo neles, tornando-se então objeto de desejo deles, quiçá os transformando em “viados”, quem sabe?); e pelas mulheres, em centros de acolhida femininos, também eram percebidas como ameaça (seriam uma afronta ao feminino por, no fundo, serem “homens”? Ou simplesmente continuavam a ser “homens” que as olhariam com desejo ou as colocariam em risco como muitos dos homens com quem costumavam conviver?). Eram encaradas como ‘bizarrices’ desconfortáveis em qualquer lugar (corpos desviantes de seres “outros”).

Em vista disso, um trabalho mais direcionado e específico com elas começou a se dar em seus quartos, por meio de conversas mais íntimas e cujo teor elas julgavam não poder ser aberto com um qualquer, justificando que falar sobre certas coisas já havia produzido mais problemas que soluções. Com efeito, ficar em silêncio lhes parecia mais seguro. O silenciamento tem essa violência de que a pessoa passa a nem desejar mais dizer, como uma espécie de censura prévia.

Tinham inclusive medo de falar abertamente de algumas questões com os técnicos do centro de acolhida, por acharem que poderiam perder a vaga nesse lugar (caso estivessem ‘dando muito trabalho’) e mesmo sofrer violências ou retaliações (havia ameaças de “se contar, vai

apanhar”, “vai morrer”), sem contar as suas suspeitas de inaptidão dos técnicos em receber e lidar com algo como uma denúncia de violência (o técnico poderia ficar sem saber o que fazer, ou mesmo achar que nada deveria ser feito, entre outras reações).

Sair do pátio e entrar no quarto com alguns membros da equipe do Projeto Oficinas possibilitava certa continência. Abria-se espaço para uma conversa não dirigida, um quase não fazer nada, mas compartilhado. Certamente, surgiam ali questões que não emergiam em outras ambiências. Assuntos difíceis tomavam parte e lugar. E mesmo não sendo nenhuma fortaleza, o quarto era já um tanto ‘mais seguro’ que o pátio, um tanto mais íntimo. Não se tratava de um esforço no sentido de um fazer psicológico-terapêutico – mesmo que isso pudesse se dar –, sendo mais simples do que isso, era realmente uma abertura de diálogo que tangencialmente, ainda que não ingenuamente, oferecia uma dimensão de visibilização e testemunho.

Foram conversas que duraram meses, das quais se pôde construir uma direção de cuidado, de enfrentamento e de luta contra a violência no interior desse Centro de Acolhida.

Para começar, incluíram-se combinados de cuidados básicos, diretivos simples para todos, como: não pode linchamento. Parece simples, e é claro que não era algo permitido, mas começar a espalhar essa ideia, decidindo-se e acordando-se, convencionando-se sua impossibilidade, já foi uma abertura – não simplesmente garantidora de não-linchamentos, mas certamente modificadora do clima e da insensível indiferença que existiam quanto à ‘normalidade’ disso. Soubemos, por exemplo, que certa vez o Centro de Acolhida recebera alguém cuja marca foi anunciada por uma equipe de outro equipamento, de forma que todos os conviventes já o esperavam com madeiras e pedras: “*para matar o jack, jack não tem vez aqui não*”³¹, bradavam.

Com palavras, já estávamos anunciando que linchamentos não eram toleráveis, momento em que fica evidente uma ação perante o que as mulheres do galpão relatavam. No entanto, não é apenas com palavras que é possível defender a vida e, desse modo, o corpo presente nos territórios faz significativa diferença.

Foram os corpos do Escobar (membro do Projeto Oficinas) e da Sabrina (Centro Pop) que tomaram a frente e fizeram a diferença. Numa ocasião, os dois se encarregaram de colocar o corpo à frente de quem estava liderando a mobilização para o linchamento. Parecia ser uma conversa de dois com quinhentos, uma dura conversa com seus devidos suores que possibilitaram uma pactuação mínima em que o linchamento não aconteceu. Não houve nenhuma técnica ali, no

³¹ Jack é um termo utilizado pelos conviventes para designar pessoas que estupraram crianças.

entanto, ressalto que evitar um linchamento não é um trabalho qualquer, e para realizá-lo é preciso ter um vínculo muito verdadeiro.

Na sequência, e em consequência, viria a conquista do pátio, a conquista de um lugar no pátio, conquista de um espaço próprio, mas também de alguma interação. Se, num primeiro momento, valia um ‘recolhimento’ ao quarto, é certo que o passo seguinte seria uma saída para recolocação e comparecimento, num estar lá de outro modo. E foi neste âmbito que um dos oficinairos do Projeto Oficinas inventou uma aula de dança.

Figura 13 - Pátio do Complexo de Acolhimento Zaki Narchi durante as atividades do Projeto Oficinas



Fonte: Projeto Oficinas: Arquivo pessoal.

Poderia ser qualquer dança, qualquer estilo. Inicialmente, foram aulas de forró, de que apenas as mulheres dali participavam, num espaço pequeno, mas sem maiores infortúnios – o que não era pouco (comumente se faziam atividades desse porte nas proximidades das portas dos quartos).

“Por que a gente não pode continuar fazendo só roda de samba?”; “Tá bom assim, eu não vou dançar com essas bizarrices não” - diziam alguns conviventes à equipe quando esta se colocava a convidar novos participantes (nesta época, as rodas de samba eram atividades de ‘não-fazer-nada’ comuns nos pátios dali). *“O samba continua e a dança também; venha quando e se quiser”*, respondia a equipe.

Tímida e vagarosamente, alguns conviventes foram se aproximando e começando a participar das atividades de dança. Participavam como podiam – por vezes, era coisa de sentar ali por um tempinho, assistir e sair, ou fazer uma dança e sair. Para nós, era já uma participação. Vale destacar que simplesmente fazer uma atividade para um público que não recebia maior atenção já era um objetivo por si só (seria um ‘sucesso’, por assim dizer, oferecer e conquistar um espaço no pátio, possibilitando trânsito sem maiores danos morais), de modo que a participação de pessoas para além do público-alvo daquelas mulheres vinha quase como um bônus (era algo desejável, mas não necessariamente objetivado – ao menos não era o objetivo primeiro).

Outra atividade promovida com o intuito desse avanço no pátio foi o jogo de vôlei. Diziam lá aquelas mulheres: *“Ué, na quadra só tem futebol e as redes de futebol. Se a gente quiser jogar vôlei, não rola. A gente é mó excluída desse espaço.”* E lá fomos na ‘batalha’ da quadra, com até alguns embates (mesmo que não mais tão violentos), seja no sentido de arranjar material esportivo, seja no sentido de marcar um horário para a realização do vôlei (às quintas de manhã). Alguns outros conviventes apenas ficavam tirando sarro, ou ameaçando se afastar de nós e das atividades propostas, por estarmos andando com as ‘bizarrices’ (importa ressaltar que os técnicos do Centro não participavam, até este momento, das atividades que desenvolvíamos, embora posteriormente isso tenha se modificado, com maiores integrações).

Ir conquistando outros espaços não foi harmônico, mas foi possível. Houve dificuldades e, de fato, muitos passaram a não frequentar mais as rodas do Projeto Oficinas, porque *“pegava mal se misturar”*, segundo o relato de alguns conviventes. Houve problemas burocráticos também; por causa daquela história de comprar bens duráveis, mencionada acima, não podíamos oficialmente comprar bolas de vôlei. Assim como a carroça, rateamos entre nós as despesas. Isso não é pouco. É a realidade presente na vida de muitos funcionários públicos e autônomos. Os funcionários sempre contavam histórias de quando tinham que comprar papel higiênico do bolso, folha sulfite, etc. A quantidade de investimento financeiro que trabalhadores fazem em benefício da prática pedagógica (um exemplo, entre muitos) é incalculável.

Isso apenas para ressaltar, novamente, as condições para sustentar a vida nesses espaços espremidos, para além das burocracias governamentais, mas também como resistência a elas.

O trabalho seguiu. E logo foi se aproximando a data de carnaval, com todos demonstrando animação pelas festividades e atividades por vir. Se por um lado os participantes do samba não queriam abrir mão da autoria do samba-enredo criado por eles para as comemorações, por outro,

a condição imposta pela nossa equipe foi a de que não haveria carnaval se as mulheres não pudessem participar.

Visava-se mesmo mais avanços nessa questão de integração maior dos públicos, além do básico de respeito e cuidado. Para tanto, nesse momento, a estratégia utilizada foi bastante lúdica, inspirada em uma ideia inventada pela equipe do Projeto Oficinas denominada *resistência brincante* (superficialmente falando, era algo como fazer frente a certas opressões através de ‘brincadeiras’): nos ensaios para o carnaval, os homens da equipe do Projeto Oficinas iriam vestidos com roupa de mulher. E foi o que se deu, mesmo que alguns dos homens tenham topado um tanto a contragosto – entendíamos que um efeito de mudança de perspectiva não haveria de ser somente “para eles”, mas também “para nós” (é mesmo o caso de dizer que a suposta distância entre ‘eles’ e ‘nós’ precisa ser encurtada em amplo espectro, se quisermos tratar a fundo de uma questão que não é só de gênero, mas de tessitura social e integração).

Se apenas ‘brincadeira’ ou se estratégia ‘mais elaborada’ (termos nos quais a questão foi pensada na época e que serão revisitados na discussão que se seguirá adiante), certo é que teve impactos. Vendo que alguns homens topavam timidamente se “fantasiar” e dançar, outros, talvez pelo humor, talvez pelo vínculo, também foram aos poucos expressando maiores aberturas, pedindo para experimentar um batom aqui, vestindo uma saia ali e rindo ao se verem fazer isso. Pediam para que os fotografássemos para que pudessem se “zuar” depois: “*Vai sair vários meme disso aqui,*”, diziam os e as conviventes, rindo.

O humor pode ser uma aproximação de uma condição, a materialização de algo que é muito distante... mas pode ser também opressão e humilhação. Reforço, que o fazer junto tem função protetora do que poderia ser deboche da identidade do outro.

Sem embargo, o carnaval não parava por aí – e nem o ‘humor’ –, cabendo destacar o aspecto de dinâmica conjunta. Como mencionado, a letra da música carnavalesca foi pensada, elaborada, cantada e musicada no chão desse pátio, entre-todos do Bloco autointitulado pelos conviventes Unidos do Galpão:

Hoje é um grande dia, o nosso bloco tamo junto na avenida,
mostrando a tradição, do sambista que vem lá do galpão
Hoje eu vou cantar a nossa história de tristeza e alegria,
da nossa mocidade que quer viver na emoção do dia a dia
Remando contra a maré, eu não desisto, aqui eu vou na fé
Desenrolando, me virando eu vou que vou
Com humildade e proceder aqui estou, vam'bora!
Vam'bora da quebrada pra estrada, eu vou fundo!
Somos um bloco? Somos um grupo?
Uns maloqueiro se trombando nesse mundo.

‘Maloqueiros’ que poderíamos ser todos nós, então, se trombando e fazendo coisas, ou ‘nada’, mas juntos e suficientemente misturados.

Certamente tínhamos em mente que essas festas tradicionais e comemorativas são momentos importantes, porque incluem uma apropriação e um sentimento de cidadania. O sujeito se vê como um cidadão também à medida que participa das festas da cidade. E uma integração mais elevada poderia mesmo redundar em algo, tal como quando eles “tiravam uma com a cara da equipe”: “*ceis não manjam nada mesmo de samba, né? Passa o pandeiro pra cá*”. Quer dizer, marcava-se uma diferença, mas não a impossibilidade de uma relação - uma relação na diferença, portanto. Estar junto, nesse tipo de festividade, implicava estar sujeito a endereçamentos que poderiam ser respondidos com flexibilidade e humor – o que, por essência, seria a evidência de uma liberdade, oposta à rigidez. Ferramentas úteis às escutas clínicas, políticas e sociais, cruciais para respectivas integrações.

Para mais, na sequência dessas atividades, foram também idealizados encontros com alguns ativistas que trabalhavam diretamente com o tema LGBTQ+, – com o intuito de sensibilizar, promover reflexões e mesmo aprender, já que era algo para todos – tal como o importante encontro com Lianna Pereira, mais conhecida como Linn da Quebrada. MC Linn é também atriz, compositora de funk carioca e pop, e ativista social brasileira. Ela, juntamente com outros ativistas convidados, foi trinchando as rodas de conversas que incluíam as histórias de vida dos partícipes, o que culminou na produção de um vídeo que significou, para aquelas mulheres, a possibilidade de se expressar livremente³². Trata-se de uma produção e de uma elaboração de várias dimensões, mas o que quero ressaltar é que, com esse vídeo e essa experiência, tais mulheres, inclusive, foram convidadas a oferecer cursos de formação em outros centros de acolhida.

Por meio da letra produzida e transcrita a seguir, é possível conhecer o trabalho realizado diante da interpelação das mulheres trans no Complexo Zaki Narchi, evidenciando o teor do trabalho. Lina Pereira, atualmente Linn da Quebrada, ativista social, cantora e compositora trans, participou dos documentários Bixa Travesti (vários prêmios), Meu corpo é político e Corpo elétrico, e lançou quatro álbuns. O convite foi realizado a partir das sugestões elencadas por esse grupo e nossa possibilidade de articulação.

³² O vídeo está disponível no youtube e também pode ser acessado nessa página: <https://www.portalitpop.com/2016/08/o-clipe-de-talento-da-mc-linn-da-quebrada.html>. Acesso em: 10 Out.2020

[...] Não adianta pedir que eu não vou te chupar escondida no banheiro;
 Você sabe, eu sou muito gulosa, não quero só pica, quero o corpo inteiro;
 Nem vem com esse papo, feminina tu não come?
 Quem disse que linda assim vou querer dar meu cu pra homem?

Ainda mais da sua laia, de raça tão específica,
 que acha que pode tudo na glória de Deus e na glória da pica
 Já tava na cara que dava pra ser extinto que não adiantava nada
 bancar o machão se valendo de pinto;

Se achou o gostosão, pensou que eu ia engolir?
Ser bicha não é só dar o cu é também poder resistir!
 Vou te confessar que às vezes nem eu me aguento,
 Pra ser tão viado assim precisa ter muito,
 mas muito talento (DA QUEBRADA, 2018).

Afinal, por meio de tudo isso, fazia-se caber na experiência a diversidade, algo que não se transformaria apenas por meio de um ‘falar sobre’. Era algo de fazer-com-junto, incluindo-se a diferença e não apenas apesar dela. Pudemos viver algo disso juntos, numa experiência compartilhada. À dura chamada: “*Vocês não fazem nada para barrar a violência que sofreremos*”, pudemos responder com certo reconhecimento e proteção. Tratava-se de escutar de modo não descolado do contexto de onde surgiam as violências, e ir galgando degraus de inserção e vinculação.

4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE TESSITURA INTERSTICIAL: LUGARES DOS BRINCARES E DOS ÓDIOS

Procurei transmitir até aqui, por meio da narração de algumas histórias, elementos básicos que permitissem vislumbrar como um projeto – ocorrido em determinado espaço-tempo, que se ocupou de viver no espaço público com alguns, por algumas horas, meses e até anos, uma relação abarcadora das diferenças que alguém que andarilhava pelas ruas trazia, com suas variantes e temperamentos – nos ajuda a pensar na clínica em extensão, ou mesmo, mais simplesmente, a pensar numa clínica que se aventa, em releitura, ter sido a sustentada neste trabalho. Também, relembrando um dos objetivos desta tese, importava-nos tornar visíveis histórias e travessias de pessoas que muitas vezes sobrevivem em situação de urgências sociais (BROIDE; BROIDE, 2016), o que cremos ter oferecido em certa medida.

Do mesmo modo, dedico-me agora a tecer reflexões teóricas acerca do que antes se descreveu, além de almejar evocar mais criteriosamente algo da dimensão conceitual que

tamanho conjunto de experiências, denominado Projeto Oficinas, explorou por sua condição ética mobilizadora de desejos dos sujeitos, capaz de produzir movimentações na cidade e em seus ocupantes. A própria ideia de um “fazer nada” que implicou a criação de um bloco de carnaval nos põe a pensar: a pensar no que seria da ordem desse “fazer nada”. Ou mesmo no que seria da ordem de uma itinerância brincante, injeções de vida, possibilidades, apostas. Elementos diversos que foram capazes de produzir nos territórios em que atuamos uma resistência ou mesmo uma diferença com relação a um discurso social que costuma se fazer hegemônico, aquele da produtividade e eficácia.

É mesmo parte central desta tese a concepção de que a não realização compulsória de obrigatoriedades possibilita a realização de um sem número de atividades necessárias – muitas vezes, não vistas como tais. Quer dizer, agendas rígidas e fixas, inseridas numa lógica de excessiva dedicação à comprovação de resultados (como produtos e dados estatísticos de eficácia dos projetos), facilmente inviabilizam e invisibilizam dimensões humanas e institucionais, pessoais e sociais, cruciais para empreendimentos do cunho deste aqui relatado. A tessitura social, regenerada, criada ou desenvolvida, é mesmo eficaz em si.

Vejamos desde onde caberia iniciar esta reflexão. De saída, parece mesmo valiosa a consideração do texto psicanalítico-institucional de René Roussillon (1991), intitulado *Espaços e práticas institucionais: quarto de despejo e o interstício*. De fato, já mencionamos que a ideia do interstício nos era cara, e agora vale apresentar razões para isso. Sigamos, a princípio, pelos caminhos que o autor aponta, para já se ver onde as coisas vão se conectando.

Roussillon (1991) parte da ideia de que, em qualquer dinâmica grupal-institucional, existem os funcionamentos oficiais e os oficiosos – “a vida institucional é então dupla, uma parte ‘oficial’, uma parte ‘oculta’” (ROUSSILLON, 1991, p. 144) – já que, da mesma forma que haveria a dimensão do instituído, do pensado para tal, também existiria algo do não ‘planejado’, quem sabe até do ‘não-desejado’, seguindo paralelamente mas com igual relevância ou ‘determinância’ sobre o funcionamento geral (algo sobredeterminante, ou mutuamente determinante). Assim,

Aquilo que não pode se oficializar na estrutura institucional, fazer-se reconhecer, encontrar forma coletivamente aceitável, deve encontrar um modo de existência [...]. Ao lado da instituição estruturada, organizam-se, portanto, funcionamentos institucionais atípicos (atópicos – utópicos?) – intersticiais –, nos quais se localiza aquilo que não pode se inscrever em outra parte. Esses processos grupais podem intensificar processos estruturados, apoiando-se ou contrapoiando-se sobre esses, ou ao contrário, insinuar-se entre os espaços-tempos institucionais estruturados (ROUSSILLON, 1991, p. 134-135).

As expressões ‘quarto de despejo’ e ‘interstício’ foram escolhidas pelo autor para as ‘locações’ que considerou. Se o primeiro seria mais um espaço para ‘depósito do lixo’ (com as implicações psicológicas da importância de se haver algo do tipo – talvez as pessoas apenas precisem desafogar, descarregar raivas ou angústias) –, o segundo diria respeito mais a tudo o que se passa no ‘entre’.

Considerado em termos de espaço, o interstício designa os lugares institucionais que são comuns a todos, como: corredores, cantina, secretaria, pátio, salas dos enfermeiros, dos professores, entradas de gabinetes etc. São lugares de passagem, ainda que aí se possa demorar, são então lugares de encontro, dos momentos de folga entre duas atividades institucionais definidas, estruturadas e vividas como tais. Pode acontecer que esses lugares se deem fora dos muros da instituição – “bar da esquina”, restaurante, pausa para o cigarrinho, onde se encontram todos ou parte dos membros da instituição [...]. Definido em termos de tempo, o interstício é o que separa a duração do trabalho considerado em termos jurídico-econômicos (“quarenta horas de trabalho”, por exemplo), do tempo efetivamente gasto na realização de um trabalho vivido subjetivamente como tal, ocupado nas atividades estruturadas no seio da instituição. Esse tempo pode ir de alguns minutos a algumas horas, de acordo com as instituições e o seu grau de rigidez organizacional. O interstício: “se dá como um tempo de extraterritorialidade em que todos são tentados a diminuir a vigilância profissional, a ‘diminuir a vigilância’: o caráter amigável, convival, das atividades que aí se desenrolam convidam a isso” (ROUSSILLON, 1991, p. 147).

De fato, Roussillon (1991) se dedica à descrição das qualidades desses espaços – dependendo de suas qualidades, os funcionamentos institucionais podem ficar comprometidos, ou mesmo podem ser o justo coapoio desde o qual a instituição estruturada se sustenta. Por exemplo, se o interstício mantém a sua função transicional, impedindo a ruptura da rede de identificação interindividual, haverá mesmo uma vinculação entre os indivíduos, resultando em comportamentos que “estabelecem pontes, confortam narcisicamente, permitem arranjos contrafóbicos, evitam um sentimento muito doloroso de solidão” (ROUSSILLON, 1991, p. 144), entre outros.

Se o leitor segue atento, acompanha-me sem dificuldades em pontos de convergência destes pensamentos para aquilo que foi se dando nas experiências antes descritas. Muito do ‘fazer nada’ pode ser lido como criação ou desenvolvimento de espaços intersticiais, tão caros a um bom funcionamento de uma estrutura (ou até mesmo ao seu não funcionamento, quando isso for mais

útil, como no caso de uma estrutura cujos objetivos de funcionamento são perversos ou estão equivocados).

Roussillon (1991) percebe a importância daquilo que não é o estruturado, o instituinte. Daquilo que é não obrigado, não obrigatório; que foge das hierarquizações mais óbvias e drásticas: “a posição ‘à margem da hierarquia’ que muitos psicólogos ocupam [...]” é de grande valia, de modo que possam ter “a sua presença em determinados lugares institucionais que eles escolhem [...]” (ROUSSILLON, 1991, p. 140), mas mesmo quando certos lugares lhes são impostos, se houver espaço ético, ali poderá se dar o interstício.

Muito do trabalho realizado no Projeto Oficinas tinha seu inicial impacto simplesmente num ‘fazer nada’ conjugado, seja na instalação de uma roda de samba, ou de uma mesa com cadeiras para se sentar, num pátio ou no meio da rua, num corre na carroça – mas era ali que começava o contato das pessoas com as pessoas, dos funcionários com os funcionários. Contatos de qualidades diversas, ora difíceis, ora mais amigáveis, mas, acima de tudo, contato. Pessoas que não se tocavam, ali poderiam se tocar. (Nós, do Projeto Oficinas) Tínhamos liberdade de poder convocá-las para isto. Tínhamos liberdade de ‘fazer nada’, coisa que, no geral, os funcionários ali envolvidos não tinham – sobrecarregados que estavam com seus afazeres e deveres diretos.

O clima de cobrança simplesmente conseguia, por vezes, inibir e inviabilizar a execução da própria tarefa para a qual aqueles profissionais eram contratados. E se (nós, do Projeto Oficinas) tínhamos também a função de fazer funcionar os atendimentos aos usuários, pudemos ir vendo a importância crucial da integração maior dos próprios profissionais com os usuários. Garantir que tais pessoas (nós inclusos) se relacionassem entre si não só em uma dinâmica contratual ou hierárquica era algo que fluidificava relações e funcionamentos, por vezes como um lubrificante social que permitia trocas outras, em resgate de um tecido social. Poder-se-ia partir de uma brincadeira, de carnaval, quem sabe?

O que nos faz lembrar as palavras de Winnicott (1975):

Ao enunciar minha tese, como muitas vezes aconteceu, descobro que ela é muito simples e poucas palavras se tornam necessárias para abranger o assunto. A psicoterapia se efetua na sobreposição de duas áreas do brincar, a do paciente e do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em consequência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é. (WINNICOTT, 1975, p. 59).

Talvez muito de um “fazer nada” se dê precisamente nisso: no efeito terapêutico presente na sobreposição das áreas de brincar. E é mesmo muito drástico o ponto final do autor: é preciso realmente dirigir os esforços para a criação dessa condição de brincar, sem o que o trabalho, seja lá de que ordem for, não se dará.

Esforçar-se pela criação de espaços intersticiais funcionais parece-me condição *sine qua non* para a execução de qualquer outra coisa fora do instituído. Um espaço intersticial não é meramente planejado e executado; não é um local de atendimento de deveres estruturais ou institucionais; é, sim, algo como um extralugar, no qual cabem justamente os elementos que uma estrutura institucional tende a deixar de fora, tende a desconsiderar, talvez julgando que seja um “fazer nada”.

Um interstício pode ser não só ‘já’ um trabalho, como ser ‘o’ trabalho propriamente dito. Dar espaço e voz a ódios ou angústias é já grande coisa. Poder ler algo do que fizemos lá em nome do Projeto Oficinas, tal como Ratti e Estevão (2015) frisaram – em seu artigo intitulado *Instituição e o ato do psicanalista em sua extimidade* –, é o justo exercício de extimidade na instituição que viabiliza a “mobilidade para agir e deslocar a(s) questões(s) para algo construtivo”, lembrando que “a posição de analista enquanto êtimo não é algo exclusivo do *setting* analítico (o consultório)”, já que justamente “o discurso psicanalítico tem efeitos para além desse *setting*, se houver alguém que o suporte como agente do discurso (RATTI; ESTEVÃO, 2015, p. 7). Usamos o termo ‘Êtimo’ no sentido de exterioridade íntima, que é ao mesmo tempo íntimo e exterior, posição do analista por excelência: ao mesmo tempo em que o psicanalista é tão íntimo do sujeito, “escuta e participa de conjecturas jamais ditas a familiares e a amigos próximos, também preserva uma distância, um vazio para que o sujeito possa surgir, criar e construir algo novo” (D’AGORD ETRISKA³³ apud RATTI; ESTEVÃO, 2015, p. 3). Mais importante nas considerações do lugar de brincar e ódios é “a posição de êtimo do analista possibilita atos que dissolvem a paranoia, propiciando que o sujeito possa dirigir seu olhar para o seu desejo” (RATTI; ESTEVÃO, 2015, p. 3).

Note-se: não é que se buscava a posição de analista ali (enquanto profissionais do Projeto Oficinas, sem considerar as variações pessoais de cada profissional), mas sim que a ideia de estarmos ali, próximos, porém preservando um vazio para surgimento de algo... bem, essa ideia é potente. É, de fato, algo do que se pode pensar que operava, deixando que sujeitos dirigissem

³³ D’AGORD M. R. L; TRISKA V. H. C “**A Topológica da verdade**”. Asephallus Revista Eletrônica do Núcleo Sephora, v. 4, nº 7, p. 12–22, 2008.

seus olhares ao desejo, o que se apresentava nas criações de letras de músicas e tantas coisas mais. Algo que não é simplesmente instituído, já que há posição ética nessa extimidade que se poderia dizer que ocupávamos, o que implica poder escolher mais que abaixar a cabeça e seguir regras ou cumprir deveres.

Para Roussillon (1991, p. 149), “A intervenção no seio do interstício deve assumir a forma de uma certa implicação pessoal, ela só será ‘profissional’, este é seu paradoxo, na medida em que não se formular como tal” (a prática intersticial não poderia se definir como uma prática profissional, ainda que seja uma prática de profissional, ou deixaria de sê-lo). E essa era uma parte das nossas conversas, entre os integrantes do Projeto Oficinas: Estamos trabalhando ou fazendo militância? Estamos fazendo clínica? O que estamos fazendo? Que nomes dar para essas ações, no calor da pele de uma intervenção?

É claro que pudemos contar com apoio de supervisões institucionais, coisa que outros profissionais do nosso campo não tiveram. Mas é também claro que, se houve tais supervisões, foi por nossa insistência em tê-las. O que traz à tona algo da flexibilidade institucional. Tínhamos que cumprir por vezes funções de cunho direto e oficial: articular vagas, encaminhamentos para redes de saúde e assistência. Mas não tínhamos, por exemplo, uma carga horária abusiva nos forçando a ficar mais horas em caso de alguma intercorrência, de modo a sermos penalizados por isso. Mesmo assim, vários horários eram extrapolados. Daniel (integrante do Projeto Oficinas) levava Guerrinha (convivente da “Cracolândia”) para umas aulas na USP, Escobar ficava tomando cerveja com o Fábio depois do trabalho, eu ia para os centros de macumba que o Pescador insistia que era eu quem tinha que ir... então fui. Mas como tudo tem um preço, esse é um trabalho em que não se assina o ponto e vai embora e pronto: não se pensa mais nele. Ao contrário disso, os sonhos, pesadelos atravessavam..., e quem iria pagar por essas horas extras?

Militantes e outros trabalhadores técnicos facilmente negligenciam a saúde mental, o cuidado de si como condição para trabalhar; facilmente as questões são lidas como problemas pessoais, de modo que talvez se indique a esses sujeitos que, no nível pessoal, busquem terapia, quando talvez seja mesmo o caso de a instituição arcar com tais custos, e talvez implique que os profissionais não se resignem às condições inviáveis de trabalho e lutem pelas aberturas. Porém, como mostrar, para quem está na lógica do “empreendedorismo” neoliberal, que promete fazer aquilo que nem tem como fazer, que seria necessário incluir outras coisas para se atingir o objetivo intentado?

O fato é que “sempre que um grupo ultrapassa um certo número de participantes, um mínimo de regras de trabalho se torna necessário e, inevitavelmente, a instituição se perfila[...]”, de modo que “o instituído tende sempre a reprimir o instituinte. Mas é o instituinte que impulsiona a criatividade necessária à vitalidade” (ZYGOURIS, 2020, n.p). Ou, como reflete Bion (2017):

Instituições, organizações – dá no mesmo – estão mortas. Permita-me colocar desse modo. Uma instituição comporta-se de acordo com algumas leis e regras – tem que fazer assim – e todas as leis organizacionais tornam-se rígidas e definitivas, como se fossem leis da física. Uma organização torna-se dura e inanimada, como esta mesa. [...] mas quem está dentro da instituição não está morto, pessoas se desenvolvem; algo vai ocorrer. Geralmente ocorre que as instituições (sociedades, nações, estados e assim por diante) fazem leis. A lei original constitui-se como casca, e então novas leis expandem a casca. Se fosse uma prisão material, poderia se esperar alguma elasticidade nas paredes. Caso organizações não sejam elásticas, desenvolverão uma casca dura; nenhuma expansão poderá ocorrer, pois a organização trancou-se a si mesma. [...] Quando uma organização não responde às necessidades humanas, há duas possibilidades: ou essa organização será destruída, ou o indivíduo será destruído (BION, 2017 p. 153-154).

Odiar a casca, mas tê-la como necessária, é uma contradição inerente às configurações coletivas em geral. Não se deixar sufocar ou esmagar é parte de um esforço ético de um instituinte ou institucionalizado. Interessa o indivíduo, a luta que empreende contra a pressão das cascas construídas ao redor de si.

Em contrapartida, com relação ao reconhecimento pelo Estado, é certo que ele se faz de maneira cada vez mais coercitiva. “O Estado demanda garantias. Seriedade, seriedade burguesa, dessexualizada forçosamente, o Estado demanda garantias de um trabalho concluído, mas ainda mais, e, sobretudo, o Estado pede uma garantia de normalidade!” (ZYGOURIS, 2020, n.p.). Trata-se aqui de um problema ético-político. Parece que a única coisa que podemos considerar aqui são os critérios de um *corpus* visível de conhecimento. “O Estado só pode pedir garantia sobre o que é objetivável. [mas] Onde está então a ética da relação singular?” – coisas como “as melhoras sensíveis da vida das pessoas que fizeram uma análise [...] isso não se mede” (ZYGOURIS, 2020, n.p.), novamente, não é objetivável.

E, no que diz respeito ao polo daquele que é ou deveria ser atendido pelo serviço institucional-estatal, vale considerar que “a medicina e mais particularmente a psiquiatria” facilmente tornam-se “instrumentos de controle e de normatização”, de modo que existem “cada

vez menos cidadãos em fúria e cada vez mais vítimas e deprimidos”. Isto é, “as vítimas”, que “não devem se revoltar, são reduzidas ao estado de doentes”.

A sociedade em si torna-se pouco a pouco um grande lugar de tratamento. Estamos mais próximos de um grande hospital do que de uma ágora de cidadãos” (ZYGOURIS, 2020, n.p.).

Sabemos da existência de certas autoridades em alguns lugares que não medem esforços para calar pessoas, enfiando-as em locais onde podem causar pouco dano – os hospícios. É um futuro que se coloca igualmente diante da psicanálise: ela facilmente também poderia servir a tais autoridades “e ajudá-las no aprisionamento da mente humana para mantê-la em condição inofensiva” (BION, 2017, p. 18).

Por outro lado, o que me “parece primordial é a capacidade de estar em uma proximidade ao outro humano, qualquer que seja ele”, mas, acima de tudo, na linha daquilo que “alguns, mais do que outros, têm [...]: um desejo e um poder de proximidade com o humano estrangeiro. Estar próximo mantendo o respeito à diferença, trabalhar no sentido de uma transformação sem tomar o poder sobre ele.” (ZYGOURIS, 2020, n.p.). É preciso escutar o indivíduo inserido nos dispositivos, de modo a levar em consideração o que ele traz, a verdade que pode trazer (seja ele instituinte, institucionalizado, profissional ou usuário).

4.6 A DIMENSÃO DAS SENSIBILIDADES HUMANAS

De fato, há aqui algo que caberia mencionar, levando-se em conta o que traz um sujeito, inclusive, e talvez especialmente, se o que traz e como traz chega mediado por ódio.

Na prática nos territórios havia ódio de modo generalizado: ódio entre as instituições (por rivalidades relacionadas a apoios e recursos financeiros), ódio dos trabalhadores para com as instituições (por exemplo, com relação às insalubridades das condições de trabalho), ódio entre as equipes e entre os trabalhadores (por diversas questões pessoais ou que se tornavam pessoais), ódio dos trabalhadores para com os usuários e vice-versa (por todas as diferenças e semelhanças possíveis aqui), e mesmo ódio entre usuários.

Um funcionário poderia dizer:

“Porra, acordei cedo, peguei busão às quatro horas da manhã, pra chegar aqui e ser maltratado por X, pra Y faltar no atendimento, Z cuspir na minha cara – o cara não dá valor, eu tentando ajudar e o cara não coopera: aí não tem jeito”; “essa bomba dessa empresa faz eu exceder meu horário de trabalho, e quando eu peço um dia de folga, ainda

sofro punição e perseguição”; “os funcionários daquela instituição são todos vagabundos, não fazem nada aqui no território”; “fulano faz o que quer, faz merda e não acontece nada com ele porque tem costa quente”; “por que que aquela empresa sempre ganha mais financiamento e isso nunca tem uma reverberação para nós funcionários que trabalhamos nela”.

Um usuário poderia dizer:

“Esse bando de playboy acha que sabe de tudo da vida”; “vocês se preocupam mais com nóia que com trabalhador”; “eu vou ter que usar droga, então, pra ter prioridade: eles ganham vaga nas consultas, nos hotéis, e eu fico sem?!”; “cês não tão ligado de nenhum veneno que a gente passa”, “cês vem aqui, fingem que fazem coisas legais, mas depois vão dormir na casa de vocês”, “não são vocês que apanham todos os dias da polícia”.

Em uma reunião de uma instituição:

“A gente não tem dinheiro para comprar papel higiênico, temos que pôr do nosso bolso, enquanto que lá naquela outra tem até funcionário pra servir o cafezinho”; “quem tem reconhecimento nas matérias de jornal? Que instituição que o prefeito vai visitar? Por que aquela instituição tem mais reconhecimento governamental e tudo o que a gente faz é lixo e boicotado, sendo que na prática nossas ações são semelhantes”.

Todas as frases acima foram escutadas no cotidiano nesse campo de trabalho.

E é preciso mesmo reconhecer “o ódio como manifestação autêntica do sujeito em sua particularidade” (DIAS, 2012, p. 100), tal como explora Mauro Mendes Dias em seu trabalho sobre *Os ódios: clínica e política do psicanalista*:

Qual é o problema que vivemos na nossa civilização, particularmente com relação aos ideais cristãos? É que não pode haver comparecimento do ódio. Aliás, Freud deixa isso claro no texto sobre o antissemitismo. O que havia de ser esperado de uma civilização cristã é justamente o que não se encontra nela. Porque é como se toda manifestação de ódio tivesse de ser transformada em amor (DIAS, 2012, p. 100).

Pois é bem por aí: muito se quer transformar ódios e agressividades em amor ou coisas boas; quer-se evitar manifestações hostis a todo o custo. É porque são custosas? Desprazerosas? Seria porque não é bom? Ou do bem? Bem, como diz Winnicott (2017), “A minha ideia é que qualquer tipo de sentimentalismo é pior que inútil. [...] Uma ideia sentimental é aquela que não deixa espaço algum para ódio ou, pelo menos, para a agressividade” (WINNICOTT, 2017, p. XXVIII). É preciso entender que o ódio não surge apenas em momentos específicos no

tratamento de certos pacientes, mas que ele é parte cotidiana do trabalho; que “[...] o ódio do trabalhador está contido na estrutura da relação profissional. De sua natureza finita, do fato de ser pago, etc.” (WINNICOTT, 2017, p. 170).

Considero que as células de instituições que se propõem a trabalhar publicamente precisam atentar para não evitar ‘os ódios’ a qualquer custo. Que isso precisa ter vez. Talvez como o proposto por Roussillon (1991), no ‘quarto de despejo’. Efeitos odiosos são efeitos habituais da vida grupal e social: o encontro humano não pode ser totalmente encerrado numa racionalidade programada. Mas pode acontecer que essas “extrapolações”, que esses “desvios”, assumam na vida institucional uma dimensão completamente diferente: é o caso da reunião “quarto de despejo.” (ROUSSILLON, 1991, p. 136).

O ‘quarto de despejo’ (ou “galpão”) é esse espaço deveras psíquico onde angústias e ódios recebem voz e lugar, tomam vez, não podem ser ignorados. Sua importância reside no fato de que enquanto os “resíduos não simbolizados” puderem ser “localizados” num “quarto de despejo”, “o resto do funcionamento institucional” poderá ser “relativamente preservado” (ROUSSILLON, 1991, p. 137). Que seja um espaço, uma reunião, um ambiente em que se escutam as dores e vivências difíceis; que seja um desabafo, um momento de desabafo e ‘despejo’; que uma agressividade apareça, uma raiva surja e seja reconhecida; não precisa ser mais do que acolhida; tampouco precisa ser simplesmente aceita – há espaço para limites: e os limites existem. Mas o ponto é que tais coisas possam de alguma forma aparecer, considerando que – segundo a experiência do autor – a supressão de espaços como esses pode levar às mais danosas atuações.

Roussillon (1991) descreve como tanto funcionários quanto atendidos por uma instituição, após a supressão de um espaço como esse, começaram a se agredir mutuamente: educadores cometendo atos violentos em relação às crianças (socos, gestos ou palavras sádicas, etc.), brigas entre as crianças; e que, quando tal espaço retorna, impressionantemente os atos violentos e delituosos regridem – não que desapareçam, já que fazem parte. No caso descrito, o ‘quarto de despejo’ era simplesmente uma reunião dita ‘de síntese’, que ocorria semanalmente no seio de uma determinada instituição educacional. Uma reunião em que os funcionários se propunham a colocar em comum as informações necessárias relativas às crianças, mas que na prática tornava-se o lugar onde “não acontecia absolutamente nada”, “onde as pessoas se aborreciam”, onde tensões agressivas e apatias, desconfianças e controvérsias infundas apareciam. Uma reunião que se mostrava “improdutiva”, já que nela só se falava mal de tudo e de todos – ou não se falava, e a

tensão prevalecia. É claro que volta aqui a questão da qualidade desse espaço (que pode bem ser intersticial).

Num plano ideal, tais elementos agressivos, tendo vez, poderiam ser elaborados mais adiante – mesmo que bastasse existirem num primeiro momento. Só se poderia fazer algo com eles a partir da sua ‘existência’, de alguma manifestação disso. E é claro que quando essa “localização” é muito problematizada, quando a rivalidade invejosa extrapola as capacidades de negociação intra e intergrupais, é o conjunto da vida institucional que se vê invadido por uma violência atuada e interpretada, envenenada internamente por resíduos não mentalizados do seu próprio funcionamento. [De modo que] Para explicar o fracasso grupal em manter um “galpão”, é preciso apelar para vários fatores (ROUSSILLON, 1991, p. 137).

Que seja ideal a reciclagem do material ali presente, e que não haja garantias de que suas funções sejam mantidas, é ainda assim crucial que seu valor potencial de contenção e elaboração tenham reconhecimento – sua mera existência pode ser significativa.

É importante frisar que muitos profissionais que trabalhavam nos projetos e regiões descritos saíram adoecidos, especialmente por se esforçarem em fazer as coisas com “boa vontade” e “boas intenções”, no sentido de “ter que fazer o bem sem dar lugar às dores e hostilidades”, ultrapassando as próprias possibilidades e não respeitando as frustrações inerentes aos processos. Se paixões poderiam servir para mobilizações iniciais, elas não poderiam ser tomadas como o puro e simples trabalho: houve profissionais que realmente passaram a tirar dos próprios bolsos para oferecer a usuários; ou que se dedicavam a uma tolerância completa de tudo o que vinha, no sentido “cristão” de dar a outra face.

Na verdade, o amor não “cura”, no sentido da assistência social ou da psicanálise. [...] Na assistência social (como na psicanálise), certos fatores, como confiabilidade, a segurança, [...] proporcionam um ambiente especializado, ao lado de um período de tempo, no qual fatores internos altamente complexos no indivíduo e entre vários indivíduos do grupo de clientes podem se reordenar. O clima “bom” (ou, eu diria, “satisfatório”) capacita um cliente a rever sua com climas que não eram, ou não pareciam ser, bons (ou satisfatórios). Além disso, em casos complexos, [...] desenvolvem-se períodos ruins na situação de assistência social [...]. Os assistentes sociais precisam ser capazes de suportar essas ocasiões ruins. (WINNICOTT, 2017, p. 171).

Não se pode esquecer que satisfatório ou suficientemente bom é, em Winnicott, algo que inclui as falhas, faltas e erros; e que suportar ocasiões ruins não é o mesmo que dar a outra face. É inclusive perceber que isso tem um custo, que será necessário cuidar disso e não somente “ser

gigante” para aguentar (não é mesmo o caso de só se entregar, ou de “amar”). Não é realmente um sentimentalismo que pode servir de suporte. E o ruim deve advir, nem como fetichizado, nem como recusado. “Deve ser evidente a capacidade de identificar-se com o paciente sem perder a identidade pessoal” (WINNICOTT, 1984, p. 10), sendo um agente capaz de conter os conflitos dos pacientes sem esperar por sua resolatividade ou procurar ansiosamente a cura.

Assoma-se a isso a ideia de que o “senso de humor é evidência de uma liberdade, o oposto da rigidez das defesas, que caracteriza a doença”, que “o senso de humor é o aliado do terapeuta, que retira daí um sentimento de confiança e senso de liberdade para manobras” (WINNICOTT, 1984, p. 41) – e teremos algo mais da importância da configuração intersticial, sem a qual não se constituirá mais trabalho.

Não se trata de considerar tudo isso em termos de “transferência”, mas algo dela que toca em especial o tecidual: “A transferência não é um lugar de encenação, mas sim de revivescência – o termo é de Freud, a ponto de tratá-la como sinônima de *playground*. Leia *A dinâmica da transferência*. Ele usa o termo *playground*” (DIAS, 2012, p. 97). É preciso que se instaure um *playground*, um fundamento intersticial, com as qualidades que lhe couberem. Há que se pensar nisso, e no que freudianamente seria uma ligação libidinal entre pessoas no interior de uma grupalidade, como algo que minimamente permitiria suportar a especificidade de um outro, enquanto um passo tático ou estratégico capaz de sustentar uma política de tratamento mais amplo ou global.

Sem frustração, as sensibilidades comentadas não permitem a possibilidade de construção de uma relação. Desejo que o(a) leitor(a) possa me acompanhar nesse conjunto teórico de autores que me autorizam a dizer o que escrevo. No entanto, é importante ressaltar que isso precisou ser vivido por mim e foram essas as interlocuções teóricas (dentre tantas outras) que me ajudaram a concluir, ainda que não totalmente, uma coisa bem simples e de grande valor prático: se pudermos todos ter condições para refletir sobre as nossas mais delicadas sensibilidades e fragilidades e, assim acontecendo, teremos mais condições de reconhecer as dos outros. Tem gente no fluxo que chama isso de “proceder” “*ter as manha*”. Particularmente, considero que, com respeito por aquilo que não se conhece, o trabalho pode desenrolar! Com essa abertura para o outro, para o não-visto, não-sabido, foi possível enxergar as sustentações da vida, as ancoragens que amarram o sujeito à vida, podendo ser uma ancoragem para a vida de alguém, por exemplo, uma carroça.

5. CASOS

Essas histórias são as histórias de pessoas que conheci, histórias de pessoas que me atravessaram, histórias que me fazem ser a analista que sou hoje. Vou deixá-las falar por si mesmas. E falarei inevitavelmente de mim contando-as a vocês.

5.1 VOCÊS, “PLAYBOYS”, SABEM O QUE DA VIDA? A CONSTRUÇÃO DO LAÇO TRANSFERENCIAL: CASO BOBBY

Conforme as oficinas de samba iam acontecendo no pátio do galpão do Complexo Zaki Narchi, fui notando uma pessoa que ficava próxima dessa roda, mas mantinha uma distância para não ser visto. Quando chegava uma hora possível de contar para alguém da equipe que tinha uma pessoa ali, parecendo nos observar, ele já não estava mais. Essa dinâmica durou alguns meses, até que, um dia, saí da roda em que estávamos e me sentei ao lado dele, sem dizer uma palavra. Ele permaneceu ali também, sem dizer uma palavra.

Em seguida a esse encontro, aconteceram alguns outros parecidos, com algumas variações, ele se levantava para sair de onde estávamos ou mesmo ficávamos tanto tempo em silêncio que eu também me levantava, para ir ao banheiro ou algo assim, e quando voltava, ele já não estava mais. Em um encontro, arrisquei: *“você não curte essas rodas de samba?”*

B: *Não.*

Eu: *“Tem algo de que você gosta?”*

B: *“Você não entenderia.”*

Fui insistindo nesses encontros, e parecia que, quanto mais eu procurava me aproximar, mais ele se afastava; parecia estar com raiva, ou pelo menos era isso que eu sentia vindo dele. Conversei com a equipe para tentar um rodízio de aproximação, não deu certo. Alguns meses depois, um fragmento clínico foi ilustrativo:

B: *“Vocês são playboys, que vocês sabem da vida?”* – disse Bobby a mim.

Referindo-se a mim, Bobby colocou em cena meu corpo, implicando-me na relação, sobre nossa diferença de cor, de pele e de sexo nesse contexto. Para Bobby, eu era uma mulher branca, aparentemente de classe média, intelectualizada, e por esses motivos não haveria como eu sentir alguma empatia ou compreensão acerca do que ele estava vivendo.

A implicação dessa escuta marcou um modo particular de distanciação, implodindo, assim, as noções mais tradicionais de neutralidade, e por meio de uma certa proximidade, meu posicionamento foi marcado da seguinte forma:

Eu: *Mano, vamo na sua ideia então, pra você, eu sou “playboy”. Porque eu sou branca, fiz faculdade e depois de dar um trampo aqui, vou pra minha casa e é você quem divide um quarto com uma pá de cara que você nunca viu na vida... Você não gosta de samba, mas também não conta do que gosta. Dividimos alguns silêncios...*

B: *Dividimos silêncios? Você não sabe o que é silêncio, deve saber algo que aprendeu na sua faculdadezinha.*

Eu: *Acho que você pode ter razão.* (Ele riu muito, por muito mais tempo do que eu poderia esperar e eu realmente não sabia identificar esse riso. Depois de algum tempo, eu o interrompi, mesmo com ele não parando de rir):

Eu: *Mano, na moral, eu não sei do que você tá rindo não. É de mim? Parece patético pra você eu vir aqui falar com você?*

B: (rindo) *É meio patético sim.*

Eu: *Você pode ter razão de novo. Mas a razão às vezes falha, não acha?*

B: *Não faço ideia do que você tá falando, mas você deve ser psicóloga, né?*

Eu: *Sou sim, mas antes de ter me tornado psicóloga, eu sou mulher, sou branca, fiz uma “faculdadezinha” e você parece, com esse riso, me julgar, você me julga pela minha aparência.*

B: *É você quem tá falando, eu não disse nada. Talvez sou eu a te escutar, é isso que os psicólogos fazem né? Escutam e fazem laudos.* (disse isso de um jeito meio debochado).

Eu: (Primeiro senti raiva e permiti que essa raiva guiasse meu dizer) *Na moral mesmo, se você acha que é o dono da escuta, então escuta que me sinto puta da cara com você, com seu deboche. Eu te vejo sozinho aqui, te vejo observar movimentos, talvez você não queira ser visível, mas já era, já foi visto e pelos meus olhos, a ideia é que você não tá fazendo algo muito diferente do que fazem com você.*

B: (rindo) *Ah é?*

Eu: *É sim e tô te jogando a real: você tá sendo um puta cara arrogante e eu acho que você tá fazendo isso comigo porque tá puto da cara de fazerem isso contigo.*

Bobby para de rir.

Eu: *Então, se “pá” eu não sei mesmo do que você tá falando. A faculdade que eu fiz não serve pra explicar muita coisa não. Mas eu acho que o mundo acha que você, por estar nesse momento da vida num albergue, não sabe nada, a galera te julga pela sua cor, pela sua aparência, pelos seus dreads e isso é foda mesmo. Mas daí você também cola aqui, me julga pela minha cor e pela minha aparência. Você pode me escutar se quiser, mas pode ser escutado se quiser também, esse era o salve que eu queria te dar.*

B: *Vixi, você é azedinha, hein, branquela?*

Eu: *Sobre isso você não sabe nada!*

B: *Parece que você tá com vontade de brigar com alguém.*

Eu: *Eu penso o mesmo de você.*

Rimos e combinamos de “brigar” na semana seguinte, no mesmo horário.

Nas possibilidades de entender essa conversa, algo sobre o endereçamento da oferta de escuta se faz. Brigar com palavras. A posição que sustentei nessa intervenção se desdobrou em possibilidades de circular a palavra, sem o medo de que ele fosse punido, perdesse a vaga ou qualquer benefício. A escuta possibilitou a ampliação de seu repertório argumentativo.

Parece-me importante destacar que combinar de “brigar” implica tomar a questão pela via do humor e pensar que essa intervenção inclui as resistências dos sujeitos. Do sujeito que é escutado e também do sujeito que escuta. Isso é importante de ser considerado, pois, se pensamos nas dinâmicas totalizadoras que não cessam de reduzir os sujeitos a seus corpos, é por meio de seus corpos que eles resistem e insistem com suas presenças.

A presença física dos atendimentos parece ter aqui uma função importante. Antes que uma demanda possa ser formulada, há uma oferta de escuta. Oferta que parte de diferentes dimensões: antes de tudo, escuta como presença de corpo, um corpo que sustenta e que suporta ouvir, um corpo que não cede diante do horror, e que, pela insistência, dá condições de reconhecimento do sofrimento em vias de se endereçar. Esse é o corpo do analista.

Na possibilidade do endereçamento – próprio da dinâmica da transferência –, gostaria de pensar a noção de contratransferência como central, analisando as resistências do sujeito junto ao sujeito. Do ponto de vista da contratransferência, não há como pensar em uma escuta do outro que não interpele diretamente à singularidade do analista. No entanto, é justamente do reconhecimento desse lugar que é possível responder com a oferta de endereçamento de um trabalho, digamos “plástico”. Ser uma mulher, naquele espaço predominantemente masculino, me deixava numa posição vulnerável, sentimento conhecido por Bobby.

Em seu artigo *Elasticidade da técnica analítica*, Ferenczi (1996) propõe, entre outros elementos, o tato, como uma aptidão do analista de *sentir com*. Por tato, entende a capacidade do analista de, empaticamente, sentir e imaginar o sofrimento do sujeito, sem com isso padecer das mesmas questões. Do *sentir com* – uma atitude empática que vise restituir confiança e laço ao sujeito.

Assim, até o ponto em que me foi possível olhar para essa cena, considerar o elemento do lugar de onde falo pôde servir de instrumento para uma intervenção clínica.

Meses depois, Bobby, mesmo quando eu não compunha mais a equipe do Projeto Oficinas, indo trabalhar na assessoria de drogas da SMDHC, me telefonava no gabinete com o recado: “avise a branquela que quero trocar uma ideia com ela”. Aqui, recuperamos Laurent (2000), quando ele menciona a importante lição de nos guiarmos por uma distinção entre o orientar-se pelas regras da instituição e o “saber fazer com elas” (Laurent, 2000, p. 31, *tradução nossa*).

Para além de transferência e contratransferência, destaco capacidade de se tornar um ponto de referência para alguém. Uma âncora, ancoragem, pouso, memória e/ou afeto, um vínculo que, para se construir de forma franca, verdadeira, não obedece a protocolos. Logo, um “fazer nada” possibilitou uma aproximação espontânea e singular, como cada encontro é ou deveria ser.

Estou dizendo de uma análise que não se limite à transferência e às interpretações da transferência. Existe a transferência e o enquadre. As regras fazem parte do enquadre, mas ele não se reduz às regras. A teoria faz parte do enquadre e, como propôs Michel Neyraut, a teoria do analista faz parte de sua contratransferência (MACEDO, 2012). Nesse sentido, também faz parte do enquadre a biografia do analista, ou seja, tudo que formou seu pensamento e sua sensibilidade.

É presente na prática psicanalítica atentar para aquilo que afeta a escuta do analista em sua atenção flutuante. Nesse caso, fazemos referência a sensações e manifestações corporais como um efeito particular: é o corpo do analista inserido nas dinâmicas que afetam a pessoa escutada e também quem o escuta.

O corpo do analista – na poltrona, nas ruas, nos territórios – não passa despercebido. O dispositivo do divã pode trazer muitos benefícios e possibilidades de manejo ao analista; no entanto, como acolher e o que faz o próprio analista do que se manifesta em seu corpo? Como escutar o corpo que escuta?

Um analista habita um corpo que faz parte da situação analítica. Assim, ele conta também com esse dispositivo; na poltrona, com vozes, gestos, bocejos, por exemplo. Nas ruas, parece-nos

oportuno considerar a ampliação dos horizontes da clínica, para uma nova definição do espaço clínico. Kristeva (2002, p. 15-16) acrescenta: “De várias maneiras, o analista se vê hoje solicitado a restaurar, a fazer renascer este espaço, o que o convoca a se engajar, como ocorreu com Freud, em um projeto de redescoberta do psíquico”.

Nessa direção, retomo Ferenczi, que procurou investigar os processos em jogo do lado do analista, e, com ele, reflito e problematizo como investigar mais de perto os afetos do corpo e como ele se inscreve na situação clínica, tomando parte no desenrolar de uma análise ou no processo de acompanhamento de escutar alguém.

Considero importante mencionar essa problematização, pois a psicanálise teve que se implicar com o corpo desde seu nascimento, já que, afinal, foi por meio dele que as históricas puderam denunciar a moral vitoriana. Nesse momento, pode-se perguntar o que nossos corpos denunciam a respeito do contexto em que estamos. Serão estas novas demandas no mundo contemporâneo?

5.2 “PROMETO ME COMPORTAR SE VOCÊ SE COMPORTAR TAMBÉM” -

VULNERABILIDADES DESCUIDADAS E SEUS RISCOS PERVERSOS: CASO CAUÃ

Quando trabalhei no Projeto Quixote³⁴, conheci Cauã. Nesse momento, ainda havia uma sede menor na Praça da República. Leia-se: menor com suas qualidades manifestas: “*Tem o Quixote da Vila Mariana, dos grandes senhores, e tem a senzala, que é nós*” – fala dos educadores dessa sede. Conheci Cauã na “senzala” do Projeto Quixote. Os educadores já nos advertiam sobre as regras, a necessidade de pôr limites, o objetivo de aquele ser um lugar que não representasse uma extensão da rua — desse modo, havia regras, horários que, se bem combinados, daria tudo certo. Mas, na prática, acontecem coisas diferentes.

Esse trabalho, eu podia realizá-lo nas ruas, nas senzalas, na casa grande. Essa elasticidade trouxe muitas marcas para minha clínica. O fato de eu transitar pelas diferentes dinâmicas, caminhante por elas, me fez escutar como um lugar produz um discurso, e outro, outro. Mas vou deixar isso para mais adiante. Agora contarei do Cauã, que é quem importa. Cauã gostava de brincar pelas ruas. Diversas vezes queria mostrar onde brincava e com o que brincava em vários

³⁴ Projeto Quixote: Ativa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) sem fins lucrativos que visa transformar a história de crianças, jovens e famílias que se encontram em difíceis situações de risco, provendo atendimentos clínico, pedagógico e social, gerando e disseminando conhecimento.

cantos da cidade. Com orgulho, mostrou uma espaçonave construída por ele com papelão; era o lugar onde dormia na Praça da República. Circulávamos muito, explorando seus esconderijos. Era divertido. Era divertido na rua, mas na sede-senzala não era nem um pouco. Ele ficava agitado, brigava com os educadores, que estavam cansados de tantas explosões dele; ao mesmo tempo em que tentavam insistir no cuidado e ele fingia parecer não precisar de nada. Lá se tornava um rei chato. Ao contrário de sua postura na rua e de quando havia a possibilidade de circular pela casa grande. Aqui, estou demonstrando que o deslocamento geográfico produz deslocamentos nas relações: nesse momento, na rua, *“ele ficava super de boa”*.

Foi um começo fácil, claro, para um menino tão curioso.

Nas andanças, ele passava debaixo da catraca, mesmo tendo o vale transporte para ele, ao mesmo tempo em que nos questionava por ser mais visto pelas pessoas na rua quando estávamos com ele - sozinho ele relatava uma sensação de invisibilidade.

Passamos a levá-lo para a sede da Vila Mariana, e lá, sim, ele também “causou” muito. Combinávamos uma atividade, ele ficava nervoso — não sei dizer por que — e abria as salas dos coordenadores, desarrumando coisas, prendendo-se dentro de uma das salas, ameaçando se machucar.

Uma vez, Cauã pegou um clips, abrindo-o e usando a ponta aguda em seu braço ameaçando se machucar caso a educadora não brincasse com ele naquele momento. Ele disse: *“se você não brincar comigo agora, eu vou contar pra sua coordenadora que você me machucou com esse clips”*, e, depois disso, com a negativa da educadora, saiu chorando pela instituição, nervoso, chutando e derrubando as coisas que via pela frente. A cena era assistida pelos três andares do Projeto Quixote, todos paravam para ver até onde ele ia e comentavam aos montes, até que os educadores “mais fortes” iam conversar com ele, falar das regras, dizendo para ele voltar lá, que não podia fazer isso. Foram várias as vezes em que ele não pôde frequentar a sede da Vila Mariana, e tantas outras a sede da República. Pablo e eu (referências dele) não íamos muito atrás de Cauã. A equipe técnica pedia para ajudarmos a acalmá-lo, mas isso dependia também dele. Às vezes, ele queria e, às vezes, não.

Uma vez rolou quando percebi seu corpo de criança cansado e o chamei para brincar de cabeleireiro. Ele saiu imediatamente da sala dizendo que ia chamar mais gente. Eu só fiquei ali e disse que ia esperá-lo ali quando ele quisesse vir. Quase duas horas depois ele voltou com alguém que “o conteve” e o trouxe para sua “referência” – eu –, relatando os estragos que tinha feito pelo Quixote e me indagando onde eu estava nesse momento. Respondi: *“Cauã e eu fizemos um*

combinado, ele disse que saiu para chamar mais pessoas e estou esperando por ele aqui desde então. Vem aqui, coxa branca, que preparei uma história para você". O educador saiu achando e dizendo que eu "*passava a mão na cabeça do menino*".

Disse a Cauã que, quando ele quisesse me contar a "causada" que ele deu, eu estava bem interessada nisso, mas agora era hora da história. Era cabeleireiro, mas virou história porque era nítido o cansaço dele, a vermelhidão em seu rosto. A história começou com sopros falando de ventos e terminou com ele dormindo no meu colo. Era nítido que, antes de qualquer "limite", "diagnóstico", era uma criança que precisava dormir.

No entanto, de tantas vezes que cenas como esta se repetiram, houve um momento que o psiquiatra, que também era psicanalista, soube do acontecido com o clips e um bocado de outras coisas, e convocou a equipe de referência para dizer que a situação estava muito grave e que seria necessária uma intervenção medicamentosa. Ao discordar do psiquiatra, eu disse algo como: "*Acho que, enquanto um CAPS ADIJ, poderíamos pensar em outras intervenções antes dessa... Afinal, ele nem experimentou maconha ainda. Sério que vai ser a gente os primeiros a drogá-lo?*".

Talvez eu pudesse ter dito de outro modo, mais elegante, mas esse foi o tom que eu usei – meio debochado. Diante do meu deboche e da resposta a ele, senti-me como Cauã, sofrendo um limite vindo de um outro a mim. Foi mais ou menos assim: "*Raonna, você é jovem e ainda não entendeu muita coisa, faz pouco tempo que está nessa instituição. Eu a fundei e conheci muitos meninos como esse. Estamos lidando com um caso de perversão e a intervenção medicamentosa é necessária.*" Ele teimou de um lado e eu de outro. No fim, passei a ser uma espécie de escudo de Cauã. Era assim que eu me sentia, o que também era muito desgastante para mim, porque, de fato, às vezes ele ficava muito chato mesmo.

A única diferença é que, no meu caso, eu transitava muito pela cidade com ele, então essa elasticidade passou a me dar condições de intervenção que não eram possíveis dentro das instituições.

Houve um abrigo que ficou com ele por mais tempo que os demais (eu o conheci com 9 anos e ele já tinha passado por 42 abrigos). Os educadores diziam que ele estava mais "organizado", mas que tinham que investir muita energia para que ele se comprometesse com algo, a escola, por exemplo. Fizemos um bom time com esse abrigo, que parecia estar mais receptivo a ele. E, no dia combinado para que eu o visitasse, descobrimos que havia fugido.

Dirigi-me ao local que havíamos marcado de ir, que era uma apresentação de Circo na Galeria Olido. E lá estava ele com a Guarda Civil Metropolitana, que estava ligando para o conselho tutelar. Ele me olhou meio envergonhado, meio achando engraçado eu falando com os policiais; não me olhava no olho, mas segurava minha mão como quem vai levar uma bronca. Fiquei em silêncio com esse menino, dessa vez, vestido de menino de rua e, na minha perspectiva, me testando em algo que eu não entendia o que era, mas sentia que era um teste.

Depois da Galeria Olido, pegamos o metrô para voltar para o abrigo. Ele soltou minha mão no percurso de volta, e quando foi pegar minha mão novamente, eu disse: *“Sua mão tá com fedô hoje, cansei de ficar de mão dada com você.”* Ele literalmente “emburrou”. Passadas algumas estações de metrô, ele puxou o assunto: *“Você não quer segurar minha mão porque eu sou de rua, né? Você tem vergonha de mim porque eu sou da rua, né?!”*

Pensei: descobri qual era o teste! Ele quer ser amado como qualquer um, mas faz isso de um jeito chato para quem o acompanha, requer a sustentação de muita paciência e silêncios mil. Acho que ele mesmo não percebia isso, não via que esses endereçamentos de agressividade o prejudicavam, mas, ao mesmo tempo, se uma criança não puder testar um adulto, como ela cresce?

Minha intervenção foi levantar do banco no metrô e dizer em voz alta: *“Então você acha que eu tenho vergonha de você? Vem aqui cantar comigo! Vamos dançar, o que você acha? Mas de longe, viu? Cê tá com um fedozinho hoje”* e fiz isso dando cambalhotas bem espalhafatasas (quem me conhece, certamente já me viu fazendo isso em algum lugar, em algum momento).

Nunca vi uma pessoa mudar de ares tão rapidamente. Quando olhei para ele, Cauã estava absolutamente vermelho de vergonha, olhando para o chão e me chamando pelo dedinho, o outro dedinho pedindo silêncio.

Ainda agradei o respeitável público, sentei ao lado dele e, antes que eu falasse qualquer coisa, ele pediu para eu parar de chamar atenção das pessoas, que estava com muita vergonha porque passava sempre por ali. Em seguida, prometeu que ia se comportar se eu me comportasse também.

Cauã e eu nos conhecemos quando ele tinha dez anos; hoje ele está com 19 e, quando nos encontramos, ele me apresenta para seus amigos: *“Essa é a tia que fazia eu passar vergonha”*. Ou, como em uma de nossas últimas saídas em 2020 - naquele dia, estávamos Livia, ele e eu no metrô. Vi uma moça fazendo uma performance e comecei a interagir com ela, quando Cauã

segurou minha mão e disse para Livia: “A *Raonna continua louca, não vai lá dançar com ela, não. Livia, não deixa a Raonna dançar com aquela moça, não*”. Caímos na risada.

Percebam que esses nomes: “fujão”; “desobediente”; “malcriado”; “mimado”, vão marcando uma pessoa, uma subjetividade. Ao mesmo tempo em que as palavras, bem escutadas, podem ser traduzidas. O excesso patologizante de diagnósticos sobre Cauã demonstra também uma oportunidade de escutar além do dito, além do comportamento, do fenômeno. Ele diz também que se sentia invisível andando pela cidade, o que evidencia alguns (muitos) modos de vida que, em determinados territórios, não conseguem levar adiante, sozinhos, o questionamento que as figuras da exclusão (os desvalidos, pobres, sem domicílio, sem projetos claros de vida) podem servir como interpelantes de nosso tempo.

Ao refletir sobre Cauã, penso que sua experiência de ser expulso da cidade onde vive, sem a minha presença, era como se ele não existisse. Parece constrangedor olhar para uma criança que vive na rua. Desvia-se o olhar.

Quando desejo pensar nas vulnerabilidades, sem supor fraqueza ou deficiência dos sujeitos, parece-me que também é necessário considerar um sofrimento produzido discursivamente que os colocam numa posição de desamparo. Desamparo este que requer anteparos e discursos de reconhecimento no corpo social, seja pela participação na construção de políticas públicas, processos de supervisão e formação, ações comunitárias, seja em outros lugares que um analista pode ocupar na cena política, em ações que sejam capazes de proteger essas crianças, por exemplo, visibilizando-as. Saflate (2012) conclui: “Talvez essa seja a experiência fundamental da linguagem: a experiência de jogar um jogo no interior do qual, a partir de um certo momento, não temos mais clareza de suas regras. (p.7) [...] Nesta circunstância, vemos que é imprescindível repensar os modos de subjetivação disponíveis à clínica” (p. 12).

E, nesse caso, foi possível que Cauã reconhecesse sua própria visibilidade. Caminhando com ele, sustentando silêncios para que algo ali pudesse fazer alguma questão para ele, mas também, e principalmente, topando suas brincadeiras na rua, topando estar com ele, e me permitindo fazê-lo passar vergonha comigo também. Foi muito engraçado, muito mais do que conseguiria escrever aqui. As palavras, aqui, faltam para explicar nossas risadas, que geraram muitas possibilidades de intervenções clínicas: o humor, manejo interessante e disponível para os analistas. E para a vida.

5.3 “ME AJUDA A CURAR AS CAPAS?” - CURANDO CASPAS E FALANDO DE AMOR: CASO SANDRO

Sandro morava debaixo do Viaduto do Chá. Com ele, uma meninada de 10 a 16 anos mais ou menos. Sandro era irmão de Tainá, e Tainá meio que ocupava uma posição de liderança neste grupo. Na minha dissertação de mestrado, conto um pouco dela, que aqui já mudou de nome de novo, mas a situação foi a mesma: diante de vários agentes no território, uma oferta que parece ampla, mas, nos bastidores, educadores competiam entre si para “fazer valer” a eficácia de cada estratégia institucional. Essa história teve um desfecho interessante³⁵.

Estou, aqui, contando de Sandro, de sua irmã que meio que mandava no grupo, pois tinha mais experiência, já tinha sido presa várias vezes, já conhecia policiais que podiam ajudá-la em troca de sexo, dentre outras ofertas.

Sandro fazia uso recorrente de thinner. Uma das consequências mais visíveis no uso dessa substância para as crianças é o não desenvolvimento integral de seu corpo. Assim, Sandro estava com 16 anos, mas aparentava ter 12 anos. Moleque ligeiro, das “tias” que davam colo, ele se sentava numa posição confortável o suficiente para não ser apenas um menino. E se divertia com seus amigos contando vantagens de como sabia ganhar o carinho das mulheres facilmente. Ao mesmo tempo, seus olhos eram de menino. Não sei muito como explicar isso, a não ser comentando o filme *Pixote*.

Numa discussão em rede (PIVALE)³⁶ entre os trabalhadores daquele território, assumimos uma estratégia conjunta que foi adotada: procurar Sandro para que ele tomasse um coquetel medicamentoso com substâncias específicas com o propósito de favorecer seu crescimento corporal.

Sandro fugia da gente como o diabo foge da cruz. E assim foi a interação com ele durante meses. Quando o víamos, ele ficava quieto, reservado, logo encontrava uma forma eficiente de passar despercebido. Quando começamos a vê-lo circular pela Luz, ele vinha brincando, fazia um movimento de cócegas e ia embora, sem palavra alguma, sem tempo para escutar nada também.

Os meses viraram anos e quem já trabalhou no centro certamente já teve notícias desse grupo de meninada bem “safa”, que sabia se proteger tanto quanto aprontar.

³⁵ Ver: Martins, 2016.

³⁶ Uma rede que existiu para discussão de casos de crianças e adolescentes em situação de rua no centro de São Paulo. Mais sobre a Rede Pivale (Projetos Integrados do Vale do Anhangabaú), cf. A escuta ético política na rua (MARTINS, 2016).

Certa vez, ele procurou uma agente de saúde na UBS República, a Mel, e disse que queria falar apenas com ela e com mais ninguém. Contou que estava a fim de uma menina e achava que ela não queria ficar com ele porque estava com muita caspa, então pediu ajuda da agente comunitária de saúde para “*curar as caspas*”.

Diferentemente do que todos esperavam, ele acessou um serviço de saúde não em sua oferta tradicional, mas para falar de amor. Sensivelmente, a agente de saúde o acolheu e o encontrou, semanalmente, para dar tratamento às caspas e ao amor. A nosso ver, essa agente de saúde ocupou um lugar de analista, não sendo propriamente uma analista. Ela pôde escutar e isso me parece mais valioso, indicando, para mim, que a função da escuta não é restrita aos psicanalistas.

Para além de tecer uma discussão sobre a noção de saúde ampliada e cuidados alternativos, notamos também que não é por acaso que, nos abrigos, as crianças muitas vezes criam um vínculo mais significativo com as cozinheiras e, em muitas outras, com as mulheres que ocupam o lugar de agente operacional nessas instituições. Resta a questão: a escuta ou a função de analista é privilégio dos psicanalistas?

Em todos os casos mencionados até aqui, algo sobre a elasticidade de quem escuta está presente nos vários lugares nos quais somos colocados por alguém e por nós mesmos.

Citamos Zimmerman (2008) para movimentar uma das questões que podemos pensar a respeito do caso de Sandro:

Creio que existe um consenso geral entre os psicanalistas mais veteranos no sentido de que, quanto mais avançamos na experiência de nossa prática clínica, quanto mais perdemos o medo de nossos pacientes – e, conseqüentemente, mais gostamos deles – independentemente da forma de como eles se apresentam na análise, tornamo-nos mais flexíveis e tolerantes, de sorte que nos permitimos incluir alguns “parâmetros” técnicos, pois temos convicção de que a situação analítica está sob controle, que a condição básica de preservação dos respectivos lugares da relação assimétrica que deve existir entre paciente e analista está assegurada e que não permitiremos qualquer desvirtuamento da função básica de promover ao paciente verdadeiros resultados analíticos. Uma maior flexibilidade do analista não deve ser confundida com negligência, descaso, resistência, indiferença ou qualquer outra forma de ataque à psicanálise; pelo contrário, deve corresponder a um estado mental de maior segurança e credibilidade nos princípios essenciais do ato analítico (ZIMERMAN, 2008, p. 83).

Jorge Broide (2019), no livro *Corpos que sofrem*, chama a atenção para as *ancoragens*, quando começamos a escutar as ancoragens, em vez nos fixarmos numa ideia já ultrapassada de família, por exemplo, a escuta muda. “Nós passamos a querer saber do sujeito, onde estão os fios

que o amarram à vida: é a partir deles que podemos verdadeiramente trabalhar” (BROIDE, 2019, p. 131). Continua,

se, em um atendimento, digo para fulano “me conta da sua vida, como é?” conseguimos estabelecer uma relação de confiança em que ele percebe que eu não sou o Estado, tampouco sua família. Quando conseguimos descobrir o que o fulano está colocando em mim, como ele me vê, podemos falar, trocar, conversar, ouvir. Não precisa ser psicanalista, psicólogo ou ter faculdade para entender isso e pensar desse jeito. [...] A cada situação que temos é preciso escutar, escutar o que está ocorrendo ali, para só depois decidir o que fazer. (BROIDE, 2019, p.131-132).

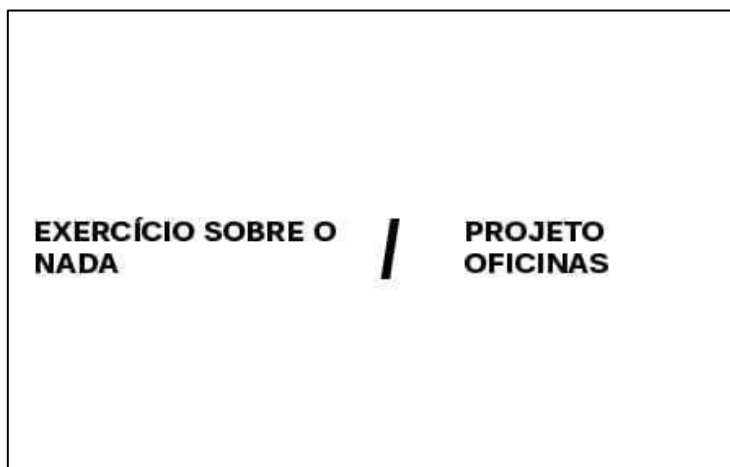
Parece-nos que escutar alguém é, antes de tudo, se valer da arte do encontro e das distâncias, do bate-papo despretenso que nada precisa necessariamente encaminhar. A arte que reside em chegar perto de alguém o suficiente para que seja possível escutar, ao mesmo tempo não se deixando tomar por completo.

A primeira constatação do psicanalista é a de que seu objeto de trabalho é o inconsciente. Freud inventou o inconsciente e as ferramentas que permitem apreendê-lo; outros psicanalistas vieram, as aperfeiçoaram e propuseram outras. Alinhados com Macedo (2012), parece-nos que o mais apaixonante no trabalho realizado pelos psicanalistas concerne à sua maneira pessoal de manejar essas ferramentas para ajudar os pacientes a lidar com a angústia, para criar a boa distância que permita ouvi-los. Dito de outro modo, o mais apaixonante é sempre a maneira como um psicanalista reinventa a psicanálise para a pessoa singular que vem encontrá-lo.

6. PERSONAL PARÇAS

“Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou suas razões. Ambos tinham razão. Não era que eu via uma coisa e outro outra, ou que via um lado das coisas e outro lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso nessa dupla existência de verdade”. (Fernando Pessoa)³⁷

Figura 14 - Foto de uma aula sobre educação para jovens



Fonte: Foto cedida pelo artista plástico, educador e redutor de danos Raphael Escobar.

A forma como cada instituição nasce, com seus princípios, missões, valores, objetivos, etc., transmite aos usuários uma forma de agir, por exemplo, as pessoas em situação de rua já se acostumaram e sabem onde são as bocas de rango, onde podem cortar o cabelo, como conseguir pernoitar num albergue. A consequência mais prática e direta desses exemplos e dessa

³⁷ Extraído do **Livro do Desassossego**, de Bernardo Soares (heterônimo de Fernando Pessoa). São Paulo: Editora Folha de São Paulo, 2016.

argumentação é que cada ação vai transmitindo um jeito de fazer, vai construindo um repertório para a sociedade.

Não foi um privilégio das instituições questionar nossa forma de trabalhar, os usuários do complexo ZN e os usuários da Luz também não a entendiam, e, a bem da verdade, nós também não sabíamos o que fazer, quem éramos ou o que representávamos, tampouco sabíamos o que estávamos fazendo quando começamos os trabalhos. Talvez, na verdade, sabíamos o que *não* fazer; afinal, essa equipe foi escolhida, de certa forma, a partir de algumas diretrizes que estabelecemos e que foram estabelecidas.

Assim sendo, a impressão que passávamos para todos esses nossos interlocutores era de que não fazíamos nada. Se passássemos mais de três horas conversando com alguém no pátio do Complexo ZN, nosso questionamento era: como fazer isso com 900 pessoas? Pois bem, não se faz a mesma coisa com 900 pessoas e é preciso tempo para “perder” para ir descobrindo um “como fazer” específico e endereçado.

O que estou chamando de “perder tempo” tem a ver com o fato de a gente não saber o que estava fazendo e com isso ter deixado as relações mais abertas e intensas. As mil conversas em reunião, no cafezinho, o fôlego que precisávamos para discutir, discordar, nomear, tomava um tempo que não cabia nos espaços das reuniões dispostas. E isso é importante de ser dito porque conversar, discutir, concordar exige disposição, no sentido de estar disposto a algo.

A psicanalista, minha amiga e cocordenadora desse projeto, Laura, ajuda a pensar nisso na seguinte citação do seu mestrado a propósito de nossa relação:

Apesar de todo o alinhamento ideológico e do inquestionável afeto que temos uma pela outra, costumávamos discordar bastante. Discutíamos abertamente na reunião de equipe, ou seja, em público — ao contrário do que pregavam as recomendações tradicionais por coesão. Entre discussões mais ou menos calorosas, nossa parceria seguia preservada. A esse respeito uma vez um oficineiro nos falou: ‘com vocês eu aprendi que tudo bem discordar.’ É possível discordar sem romper, ele quis dizer. Surpresa! O básico não é óbvio. Para que haja política, a sustentação do antagonismo precisa acontecer em grande e pequena escala, ou seja, nas políticas públicas e também nas relações interpessoais (SHDAIOR, 2019, p. 83).

A partir desse relato, ela conclui, junto com Duarte (2015), que “uma política aberta à novidade, como pensada por Arendt, é aquela que se origina do livre agir coletivo, que se exerce por meio da capacidade de discordar, de dizer não e de agir para interromper um determinado estado de coisas” (DUARTE, 2015, p. 28).

Não chegávamos a um acordo tomando atalhos e isso envolvia outra relação com o tempo, com as estruturas, com as demandas de nossos interlocutores e com as pessoas que atendíamos.

Assim, qual seria a forma de nomear o que estávamos fazendo, justamente quando estávamos tateando, descobrindo, chegando perto, colhendo pistas?

Dentre as muitas definições experimentadas por esse grupo, uma chamou bem a atenção. Era um dia de calor. Levávamos copos de água para distribuir às pessoas no fluxo. Ação simples de cuidado que gerava agradecimentos emocionados. Causava estranhamento o fato de alguns levarem a carteira de identidade (RG) para ter acesso à água. Quando explicávamos que o documento não era necessário, que a água era grátis, e que podiam pegar quantos copos quisessem, era com emoção que recebiam nossas palavras.

Uma cena era constante: diariamente, usuários perguntavam se "levávamos pro albergue", se "internávamos", se "éramos da igreja", "voluntários ou estagiários". Após a nossa negativa a todas as alternativas repetidamente levantadas por eles, um dia um usuário respondeu a outro : "*eles são nossos personal parça*".

Dito de outro modo, o repertório que as instituições ofereciam se estabelecia naquela dinâmica como algo instituído. Os usuários já conheciam o fluxo de atendimentos e tantos estes, quantos os profissionais, diziam da exaustão das mesmas relações com os serviços da Prefeitura e do Estado. Certo protocolo de atendimento era exigido sem que houvesse condições para se estabelecer vínculos.

"Parça", prefixo de parceiro, sinônimo de "aquele que luta comigo", verbo de nossa ação. "Personal", adjetivo para "aquele que escuta a minha singularidade", que não é amigo, mas que também não se engessa dentro de um lugar profissional. (sistematização de conhecimento, Projeto Oficinas, 2016).

Definição de *parceiro* no dicionário Houaiss (2009 n.p.): 1. que não apresenta, ou quase não apresenta diferença em relação a outro; igual, semelhante, par; 2. o que está em parceria; sócio, cúmplice, companheiro de dupla, esp. no jogo, na dança, nos esportes, em espetáculos; 3. pessoa que usa de esperteza; finório.

Ganhamos um nome, escutamos um nome, criamos um nome: Personal Parças! Parte do trabalho que estávamos fazendo ressoou assim e ficamos felizes por a partir de então ter um nome justo - no sentido de apropriada, no sentido de servir, caber, não sobrar, nem faltar-, e que carregava com ele algum reconhecimento de que algo avançava de forma instituinte, não protocolar e, sobretudo, única — muito embora pudéssemos nos perguntar: de que adianta ter um

nome, se não se sabe explicar o que ele é/significa? As questões nunca terminavam e a cada resposta, tínhamos pelo menos mais cinco perguntas. Nessa dinâmica de perguntar-se, um nome que gera novas perguntas pode apontar novos passos.

Muito bem, o que o “fazer nada” tem a ver com as discussões da equipe citadas acima no texto? E ainda, de que forma isso, essa nomeação, poderia ter ressonância nas nossas relações com os usuários dos territórios que acompanhávamos? Ser o “personal parça” de alguém pode ter uma ressonância significativa para alguém?

6.1 PARÇA, PARCERIA, AMIZADE

Para que nossa convivência fluísse, ainda que nem sempre harmoniosa, foi necessário introjetar a potência do significante “parceiro”, como disse Laura anteriormente no texto. Outro aspecto é conseguirmos criar uma forma de interagir onde a palavra circulava; logo, se convido alguém à fala, preciso ter condições de escutar, seja lá o que vier. Viver essa condição de trabalho em equipe é ter condições de transmitir algo dessa lógica/ordem para nossos mais diferentes interlocutores.

Em minha experiência com pessoas que moram/vivem/circulam/habitam (n)as ruas e que fazem uso de substâncias psicoativas, pude notar que os sujeitos se apresentam, na maioria dos casos, divididos, ou com desejo de saber sobre o “mal” que os assola. Que doença é essa? Qual o tratamento? Ou “*que porra é essa que acontece comigo? Fico na fissura, tento parar e não rola*”. Em outras falas³⁸, os usuários se veem no pagamento de uma pena, por sentirem que são fora da curva, não conseguindo corresponder às expectativas próprias, tampouco às alheias.

Em sua maioria, as falas dos usuários que escutei revelam uma compreensão sobre si mesmos como “*sou todo errado mesmo, tem jeito, não*”. Parecia que eles se sentiam como o próprio mal encarnado e que precisam de redenção e não de compreensão, por exemplo.

Foucault possivelmente leria esse fenômeno como algo que explicita relações de poder, nomeadas por ele de governabilidade, em que “em um sentido muito amplo, governo refere-se a ‘conduzir condutas’” (LEMKE, 2017, p. 127).

³⁸ Refiro-me às falas registradas no artigo intitulado *Em busca da luz: a encruzilhada entre a fé e as drogas na Cracolândia de São Paulo*, escrito por Marcos Antonio de Moraes, Carlos Comunidade, Roberta Costa Marcondes, Thiago Calil, Marcelo Ryngelblum; Francisco Glauber; Raonna Martins. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1017284>. Acesso em: 15 mai 2020.

Sendo assim, não há espaço para flexibilizar essa culpa, esse mal-estar. Os usuários perguntam para os especialistas algo que nem chega a ser uma dúvida. Ele está doente e ponto. E os especialistas, não raro, confirmam. Não estou afirmando que nada se passa, que tudo está bem. Estou procurando inverter um tanto esse quadro.

O “mal” é uma suposição sobre quem?

O sofrimento, ou a patologia, é uma suposição necessária? Óbvia?

A escuta não pode produzir um campo de experimentação ética que vise à transformação subjetiva? De quem?

Assim, quando nossa abordagem era não supor isso que já era tão suposto, outras respostas e outras perguntas circularam; vivíamos isso em grupo e também na relação com os usuários: relações inéditas e únicas.

Receber a nomeação “personal parças” indica que se pode avançar para aquilo que marca cada um, e não seguir na costumeira direção da cristalização da posição do sujeito numa relação de exclusividade com a droga e/ou com a rua. Nesse sentido, junto com Torossian (2014), pensamos que a aposta se manifesta numa mudança de posição subjetiva, na qual a recomendação é a escuta e o que pode se desdobrar a partir desta.

Em nosso caso, os desdobramentos dessas escutas nos levaram a compreender e a questionar a ideia de que, se pessoas estão nas ruas, é porque algo está errado com elas.

Usualmente são preconizadas ações “eficientes” para tirar as pessoas da rua ou para fazê-las parar de usar drogas, sem perguntar para esses sujeitos o que eles verdadeiramente acham que está errado.

Vejamos que, quando um trabalhador procura caminhar em outras direções que não a da “eficiência” esperada pela instituição, existe o risco de ele perder o emprego, ficar “queimado” e não conseguir trabalho em outros lugares. Ou seja, a eficiência está na contramão do *exercício do nada* e um dos efeitos que procuro destacar *exercitando o nada* é a grande possibilidade de uma experiência de vinculação com os sujeitos, com a cidade e com os equipamentos públicos e culturais que possua outra qualidade relacional. Estar aberto a construir algo, sem obrigatoriedade, parece-me trazer mais viabilidade à escuta e à clínica do que a eficiência.

Estou procurando evidenciar as condições diferenciadas que nosso projeto tinha. A possibilidade de “fazer nada”, por exemplo, não existe ou raramente existe na conjuntura atual. E com “fazer nada” quero dizer da inclusão da possibilidade de “uma qualidade experiencial do estar com o outro” (DUNKER, 2018) e a amizade pode ser um elemento agregador nesse campo.

Pellizzaro (2015) desenvolve o conceito de amizade de Michel Foucault, em sua relação com o poder. No entanto, do ponto de vista ético, entendendo-se ética como sendo as relações em que cada um é convidado a cuidar de si e a incentivar o outro para que também o faça, pensamos que a amizade é capaz de suscitar mudanças significativas nas relações de poder, tornando as pessoas menos governadas, bem como de lançar desafios, abrindo caminhos para que novos modos de relacionamento possam surgir, além de novas formas de subjetividade e sociabilidade.

O que acontece quando se passa “para o lado de lá?”. Quando adentramos lugares que não eram para ser os nossos, talvez? O que acontece quando abrimos esta possibilidade de relação: ser cuidado por aquele de quem você se propôs a cuidar?

Seja por ser convidado a tomar um café dentro de uma casa improvisada com lona, porque “*você está com uma cara péssima hoje para ir numa reunião importante, vem aqui que eu vou pentear o seu cabelo*”; seja numa truculência policial, quando somos surpreendidos pelo zelo e cuidado que recebemos dos usuários, que colocaram seus corpos em frente aos nossos, diante de bombas de gás lacrimogêneo, assegurando nossa proteção.

Quando me refiro a “uma qualidade experiencial do estar com o outro” penso que a amizade pode contribuir nesse laço. *Em Amizade e estética da existência em Foucault*, no livro: Para uma nova política da amizade, Ortega (2000) procura “questionar as práticas alternativas subjetivantes no nosso tempo, entendidas como experimentação de novas formas de sociabilidade.” (ORTEGA, 2000, p. 11).

Para mim, a principal contribuição dessa obra em meu texto é a ajuda para qualificar um dos elementos do que chamo de “fazer nada” e que se desdobrou na nomeação “personal parças”, pois foi assim, “fazendo nada, não supondo nada”, que nos deparamos com prisões imaginárias que determinam nossa forma de interagir afetivamente, e que ousamos abalar as paredes de tais prisões. Foi da possibilidade de criar alternativas, fugir dos inúmeros imaginários-prisão, que efetivamente se deu uma experimentação e a criação de algo novo (ORTEGA, 2000).

Com condições para constatar que a sociedade moderna foi convertida em um imenso aparelho burocrático, penso que a amizade pode representar um exercício político - e também um convite clínico - a experimentar formas de sociabilidade e comunidade, visando alternativas que possam se contrapor às formas tradicionais de relacionamento, como no exemplo simples de passar mais tempo atendendo alguém do que é esperado. Um novo “direito relacional” exprime esse apelo pela criação de novas formas de vida e de relações (ORTEGA, 2000, p. 96).

Afinal quem, nos tempos de hoje, quem marca um encontro para fazer nada?

6.2 PROTOCOLOS E CANSAÇO: QUESTIONAMENTOS E CONTRAPOSIÇÕES

Começo com um caso simples: certa vez, caminhando pela tumultuada Rua Helvetia, vejo um jovem rindo sozinho. paro para olhar e percebo que ele colou uma moeda no chão. A cada vez que alguém tentava pegar a moeda, ele ria. Também tentei pegar a moeda e ele me convidou para ficar cinco minutos para ver o que acontecia. Depois desses cinco, que viraram pelo menos quarenta minutos, caminhamos juntos até o seu destino, que era a Cristolândia. Cruzávamo-nos com frequência; passado algum tempo, ele foi se encontrando nas oficinas que realizávamos e, mais tarde, foi linha de frente do bloco de carnaval “Blocolândia”.

Só foi possível que eu me vinculasse e me deixasse vincular nessa brincadeira de fazer nada que era rir da moeda grudada no chão, minha presença ali partia de um ponto de vista específico, um propósito específico, uma lógica de trabalho específica no projeto de que participava - um conjunto que permitiu uma postura mais aberta e disponível, e produziu uma realidade estranha ao emaranhado de cumprimentos protocolares institucionais que preveem sempre um encaminhamento.

Os trabalhadores que atuam no *front* de execução das políticas públicas, trabalhadores da “ponta” como são frequentemente chamados, são convocados a atuar na urgência em contextos limites e seguem praticando, praticando, até que se deparam com uma espécie de “afogamento”, “cansaço”, “exaustão” que os faz adoecer e gera outros desdobramentos, inclusive no que toca à escuta. Após alguns anos, muitos deles não aguentam e saem dos serviços, cansados (HAN, 2015).

Quero deixar destacada aqui a importância do processo de respiro, de um espaço de cuidado aos cuidadores, de escutas a quem escuta, algo dessa ordem nesses contextos — novamente, um tempo. Tal cuidado permite a abertura de um tempo para refletir, tempo que precisa ser criado para não adoecer. Nas instituições como CREAS, CAPS, Centros de convivência e serviços de acolhimento, SAICAS, abrigos, Unidades de acolhimento, UBS, entre tantas outras, raramente há tempo para isso.

No Projeto Oficinas pudemos nos beneficiar dessa lógica de ter o tempo como aliado, algo muito raro nas dinâmicas dos equipamentos citados acima.

6.3 COMO A GENTE DESCOBRIU O QUE ESTAVA FAZENDO?

Além da possibilidade “perder tempo”, a resposta mais imediata que encontro para minha pergunta é: descobrimos o que estávamos fazendo peripateticamente. Esse caminhar (processo) começou com o mero detalhe de uma moeda colada ao chão. Constituiu-se um vínculo onde menos se esperava. Claro, é de se perguntar, de quem é a sensibilidade desse encontro, se é mútua. Assimétrica, por certo, e foi ali, andando no meio das ruas que isso aconteceu.

Mas por que considero isso importante? Essa posição de circular livremente pelas ruas? Que alcance poderia ter esse caminhar livremente? Assumo a posição de que foi nesse caminhar que a equipe descobriu onde ficam as *bocas de rango*, onde é o lugar do descanso, lazer, onde é refúgio, as zonas de tráfico, comércios “ilegais” e ilegais e até mesmo onde são os lugares de prostituição de crianças e adolescentes, que é algo sempre muito difícil de descobrir e uma situação sobre a qual é sempre complicado intervir.

Até o lixo das ruas dá pistas de como as pessoas se movimentam, onde se localizam, como se deslocam. Por exemplo, na região da Luz existe o artista chamado Badarós da região da Luz. Esse artista contou-nos quais eram os lixos que ele procurava nos cantos da cidade para encontrar as molduras dos seus quadros — pegava quadros que eram descartados e criava a partir deles.

É interessante escutar o que alguém pode fazer com aquilo que a sociedade descarta. No caso dele, ele faz arte. Outras pessoas fazem reciclagem, por exemplo. Por mais que esses acontecimentos sejam muito presentes em São Paulo, parece-me que essas cenas ficam invisíveis.

Uma breve anedota: Badarós e BadaFlux criaram, juntos, obras muito interessantes. Badarós não sabe escrever, então Badaflux escreve seus poemas. Escolho comentar sobre isso porque imagino que, para muita gente, a rua significa um lugar onde esse tipo de criação e parceria não existe. Existe. Recuperamos aí a rua com alguma positividade, como lugar de passagem, de encontro, e não como é geralmente associada, portando sentidos estritamente negativos, de descarte, resto e fim.

Careri (2013) descreve a criação do movimento *Stalker*. Achei curioso, pois nunca havia pensado que esse movimento de “*stalker*”, de perseguir alguém, fez parte da minha prática nas ruas. Como disse anteriormente, não acredito em nenhum tipo de mudança *à fórceps*, então, perseguir alguém nas ruas ganhava contornos de brincadeira. Ninguém era forçado a brincar, mesmo havendo alguma insistência da minha parte.

Seguia crianças nas ruas, imitando-as como forma de aproximação. Inventamos mapas para nos descobrirem, mandamos bilhetes segurados por um fio até alcançarem suas cabeças debaixo do viaduto. Desenhamos jogos de amarelinha no chão e debochamos das crianças — mostrando-se tão adultas. Apostamos corridas, caçamos assuntos em terrenos baldios em um complexo de acolhimento e, a meu ver, sentar ali e fazer pipa tornavam o terreno menos baldio e a passagem possível. Apenas é preciso acrescentar que, para criar brincadeiras, é preciso estar nelas, divertindo-se com elas. Se o “associar livremente” é uma direção de tratamento no consultório, “brincar livremente” poderia ser uma direção de tratamento nas ruas e, muitas vezes, isso foi visto e nomeado como “fazer nada”. Justamente quando não existe a obrigatoriedade de eficácia de alguma ação, existem condições de possibilidade de criar, inventar e, para isso, brincar.

Sobre brincar de fazer nada, destaco apenas que os aspectos relativos ao lúdico foram significativos nas descobertas relacionais, na minha prática clínica e política nos territórios. Sem buscar o eficaz, o útil, deparei-me com situações absolutamente únicas como, por exemplo, a descrita no começo deste capítulo, sobre a moeda³⁹.

O mais estimulante em *Walkscapes*, de Careri (2013), talvez seja a descoberta que se revela na busca. O que Francesco Careri descobre é que é preciso atenção para se encontrar algo nas margens, nas sombras e na sobra. Segundo esse autor, o caminhar tem produzido arquitetura e paisagem, e essa prática, muito menosprezada pelos próprios arquitetos, tem sido reabilitada por artistas, poetas, filósofos, educadores sociais, agentes de saúde⁴⁰ (Anexo 1). Parece-me que esse caminhar desprezioso tem a potência de revelar novos espaços que podemos habitar e consequentemente, onde podemos criar novos tipos de sociabilidade.

Esses espaços vividos, em que os sujeitos se situam em seus ambientes - senhores tomando a “barrigudinha” na Praça Santa Cecília, crianças no chafariz de Sé — são a cidade percebida pelos caminhos que a perpassam, na medida em que enfatizam a dimensão da experiência sensível e afetiva do caminhar.

O único modo de haver uma cidade segura é haver gente caminhando nela; portanto, não por acaso insistimos tão veementemente na permanência, conforme possível, em territórios como os da “Cracolândia” e do Zaki Narchi, onde é possível instituir uma presença que insiste em algo que pode não dar em nada, que perde tempo. Todavia, quem perde tempo, ganha espaço; Segundo Careri, “É preciso aprender a perder o tempo, a não buscar o caminho mais curto, a

³⁹ Ver: Huizinga, J. (1999). *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Perspectiva: São Paulo.

⁴⁰ Ver Anexo 1: Cordel da Celma

deixar-se conduzir pelos eventos, a dirigir-se a estradas impraticáveis onde seja possível “topar”, talvez encalhar-se para falar com pessoas que se encontram ou saber deter-se, esquecendo-se que se deve agir. (CARERI, 2013, p.171)

Quem caminha hoje nas ruas de São Paulo? Vemos muitos exemplos de andarilhos, sem-tetos, mendigos, marginais. Parece-me aqui que comparece o fenômeno do antiperipatético e antiurbano: nunca sair de casa a pé, nunca expor o corpo sem uma cobertura, seja a casa, seja o automóvel, seja o anoitecer. Por que caminhar peripateticamente pela cidade, então, ajuda em algo?

Nesse caminhar pelas ruas, destaco esse personagem que “faz nada” como uma figura metodológica, na medida em que ele pode parecer estar de férias, passeando, deixando-se observar e observando as coisas julgadas menos importantes de um cotidiano, é um fuçador de detalhes, ou seja, sua produção é de mover o sistema fazendo nada, simplesmente movimentando-se nele.

7. PERCURSO FOTOGRÁFICO

Com a carta-manifesto contra o silenciamento, abaixo, encerrei meu mestrado em 2016, simbolizando a organização política daqueles que participaram de nosso trabalho que visava transformar uma triste realidade e estabelecer condições para o estabelecimento de uma prática de rua.

AO NÃO SILENCIAMENTO DE VIDAS E MORTES DE CRIANÇAS ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Quem cala sobre teu corpo; Consente na tua morte; Talhada a ferro e fogo; Nas profundezas do corte; Que a bala riscou no peito; Quem cala morre contigo; Mais morto que estás agora; Relógio no chão da praça; Batendo, avisando a hora; Que a raiva traçou; No incêndio repetindo; O brilho de teu cabelo; Quem grita vive contigo. Menino – Milton Nascimento

No início de janeiro de 2014 fomos notificados que um jovem de 19 anos, atendido pela rede, havia sido agredido brutalmente por outros jovens e adolescentes no centro de São Paulo, falecendo pouco tempo depois. Desde esse episódio, em pouco mais de um ano, vivenciamos pelo menos mais 7 mortes de crianças, adolescentes e jovens adultos em situação de rua. Todas essas envolvendo situações de violência física e/ou uso abusivo de drogas, em especial solventes, como “lança-perfume” e “thinner”. No caso das mortes relacionadas ao solvente a situação de vulnerabilidade em que os jovens se encontravam foi determinante para o desencadeamento da morte, visto que nas situações houvessem também cenas de abuso sexual, violência ou os mesmos estavam protagonizando furtos. Ou seja, não se tratou de casos isolados de abuso de substâncias psicoativas e sim de uma junção de fatores que a rua impõe como grande risco para esses adolescentes.

Essas mortes nos fazem refletir ainda mais sobre a invisibilidade dessas crianças que vivem e morrem nas ruas de São Paulo. Mesma invisibilidade que acoberta as chacinas nas periferias do país, a violência policial, os desaparecimentos e as torturas de tantas crianças, adolescentes e jovens cuja vida é considerada indesejável, intolerável, “menor”.

Diante disso, os serviços de atendimento à essa população se mobilizaram a fim de não silenciar essas vidas e mortes. A aposta é na consolidação de uma rede que se pautar pela solidariedade e cuidado com o outro, que seja capaz de estabelecer laços e ações políticas que possibilitem a transformação de uma realidade como a nossa. Realidade essa que permite que pessoas morram brutalmente todos os dias. Já começamos as ações. A próxima, no dia 13 de março às 15h00min, será um ato que partirá do Vale do Anhangabaú e percorrerá os locais onde essas crianças e adolescentes morreram. A ideia é poder vivenciar o luto com as demais crianças em situação de rua, realizando um cortejo simbólico, denunciando e evidenciando a frequente violação dos Direitos Humanos e o descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Lembrando que esse ano completa-se 25 anos de tal Estatuto.

“(…) para vivermos numa ilha de ficção dentro de uma sociedade segregadora e bélica, precisamos viver como sonsos essenciais, como diz Lispector (1971): mantenho o conforto e a sensação de ser do bem. Ficamos na inocência, na indiferença mortal, no alívio indigesto e escondido de nós mesmos, pois, afinal, alguém fez por mim, sujou as mãos por mim ou viveu por mim a raiva enquanto eu tive calma. O medo, a impotência frente a uma realidade tida como imutável e o desejo de que minha casa funcione do mesmo jeito de sempre são os modos de sustentar uma impossibilidade de mudança. Dizendo eles, nós nos salvamos. Mas eles somos nós, e essa constatação encobre o terror da semelhança. Inventamos uma diferença radical entre nós e os personagens do massacre para contornar o medo. Sem querer saber o que se passa, embalados pela culpa e pela compaixão, postergamos o ato ético-político. E, se alguém o faz, é nomeado como radical, fanático, deslocado do seu tempo(…) (Catroli, Debieux e Vicentin. Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 51-68, abr. 2009)

Essa carta é um convite a todos atores sociais que se mobilizam com as causas dos direitos humanos e da defesa das crianças e dos adolescentes, para participarem desse processo.

Participantes:

- | | | | |
|-------------------------|-----------------|------------------------------|-----------------------------|
| - Projeto Quixote | - UBS República | - Seas Sé | - Fórum de Direitos da |
| - Seas Santa Cecília | - É de lei | - Creas Sé | criança e do adolescente Sé |
| - Caps I Sé | - CEDECA Sé | - Projeto Oficinas - CEDECA | - Conselho Regional de |
| - Matilha Cultural | - Pivale | Interlagos | Psicologia SP - CRP 06 |
| - Casa Rodante | - Piluz | - Fundação Projeto Travessia | |
| - Coletivo Sem Ternos | - Casadalapa | - Consultório na Rua - SAE | |
| - Associação Compassiva | - Exú-Arte | Campos Elísios | |

Convido vocês agora para um passeio começando de onde “parei” (cronologicamente, na escrita), seguindo na vida. Essa carta foi o último anexo da minha dissertação, e as fotos a seguir foram as últimas utilizadas nesse processo (Figuras 15 a 18).

Desse modo, observo que insisto novamente em soluções novas para questões antigas.

Figura 15 - Um fim para um começo



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 16 - Ato contra o silenciamento de mortes de crianças e adolescentes na região central de São Paulo



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 17- Não foi fácil ler essa carta-manifesto



Fonte: Acervo pessoal

Figura 18 – Não foi fácil escutar sobre a morte dos amigos desses jovens



Fonte: Acervo pessoal – Projeto Oficinas

7.1 DA CARTA MANIFESTO AO RECOMEÇO

A última coisa que pensei sobre a minha dissertação, na época, foi eco de uma conversa com um jovem. Foi nesse dia da foto, com esse menino de boné branco, bem ao fundo. Houve um momento em que ele me olhou e disse: “*A gente perdeu nossos amigos aqui. Não é pra andar com pressa, vamos mais devagar, por favor.*”.

Como não houve tempo para que eu escrevesse sobre esse eco que essa conversa produziu em mim, com o fim desse processo, veio um começo. Um começo de me permitir uma prática de “perder tempo”, para deixar o tempo de lado, para deixar o tempo ir-se, escorrer, sem a intenção de aproveitá-lo. Um começo com passos mais lentos, no entanto, consistentes.

O começo desta tese de doutorado sobre “fazer nada” tem esses detalhes confessos que não poderiam ser ditos antes. Dentre tantos critérios que estabelecemos para a contratação da equipe, um foi dito internamente apenas entre a coordenação do Projeto Oficinas (Laura, Myro e eu). Para serem contratadas, as pessoas precisavam, de algum modo, ter atravessado algum tipo de inferno, porque iríamos visitar muitos deles em nosso trabalho e acompanhar a travessia de um inferno com alguém não é pouca coisa.

Então, apresento a vocês a equipe do Projeto Oficinas, escolhida com muito cuidado. Alguns participantes foram agregados mais tarde, mas aparecerão aqui também.

7.2. A ESCOLHA DE UMA EQUIPE

“Mas eu desconfio que a única pessoa realmente livre, realmente livre, é a que não tem medo do ridículo”.

Luiz Fernando Veríssimo

Figura 19 – Começo da equipe



Fonte: Acervo pessoal

Figura 20 – “Fazendo nada” com os desenhos das pessoas que acompanhamos, os nossos desenhos, os desenhos da geral, na Galeria Prestes Maia



Fonte: Acervo pessoal

Figura 21 – “Fazendo nada” com os passantes (e pose pra foto)



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 22 - Um dia frio de reunião na zona sul. Ir a campo: como?



Fonte: Projeto Oficinas: Acervo pessoal

7.3 COMO IR A CAMPO?

“Para quem curte o Latim, fica mais bonito assim: o Homo não é sapiens, nem faber, ele é ludens”.

Roberto Freire

As Figuras 23 e 24 são fotos tiradas numa ação conjunta entre Casa Rodante e Projeto Oficinas e, dada a ambiência — música, gente, microfone aberto —, um homem se aproxima dançando, danço junto. Muito tempo depois, quando nosso projeto já havia terminado, encontramos-nos na região da Luz e ele me diz: “*Vocês têm que voltar pra cá pra gente continuar dançando, aprendi passos novos*”.

Figura 23 - Dançando na rua



Fonte: Acervo pessoal

Figura 24 - Mesmo dia da foto acima: a dança contagia



Foto: Acervo pessoal – Projeto Oficinas

No “galpão da Zaki Narchi, quando essas fotos foram tiradas, a frase dita para mim foi: *“É assim, é assim que faz, ó, presta atenção branquela”* (Figuras 25 e 26).

Figura 25 - Deixar-se aprender (1)



Fonte: Acervo pessoal

Figura 26 - Deixar-se aprender. Vale pra todo mundo (2)



Fonte: Acervo pessoal

7.4 EXPLORANDO - UM TEMPO EM QUE, HOJE, ESSA CONFIGURAÇÃO, ESSA ARQUITETURA, NÃO EXISTE MAIS

Figura 27 - Região da Luz “Cracolândia”. Era um espaço aberto que virou prédio



Fonte: Acervo pessoal

Figura 28- O que você aprendeu consigo mesmo?



Fonte: Acervo pessoal

Nota: Não existe mais essa frase no muro, tampouco o espaço.

7.5 DESENHANDO, BRINCANDO E AMPLIANDO ESPAÇOS CLÍNICOS E TESSITURAS SOCIAIS

Figura 29- Interações, convergências. Pintando o Museu da Energia



Fonte: Acervo pessoal

Figura 30 - Zaki Narchi: Montando fantasias para o carnaval



Fonte: Acervo pessoal

Figura 31 - Ocupando a rua (1)



Fonte: Acervo pessoal

Figura 32- Ocupando a rua (2) + assembleia na rua



Fonte: Foto do Kiko (Casa Rodante)

Figura 33 - Ocupando o galpão Zaki Narchi



Fonte: Acervo pessoal

Figura 34 - Ocupando “brincante” o galpão Zaki Narchi



Fonte: Acervo pessoal

Figura 35 - Ocupando musicalmente o galpão Zaki Narchi



Fonte: Acervo pessoal – Projeto Oficinas

Figura 36 – Sorriso diz “Passa esses instrumentos pra cá, gente, e vem ver o samba da quebrada!”



Fonte: Acervo pessoal

7.6 CONVERSAS EM LUGARES IMPROVÁVEIS

Figura 37 - Criança não cansa, né?



Fonte: Projeto Oficinas. Acervo pessoal

Figura 38 - Mesmo dia. Volpi cansou, sentou, mas não parou



Fonte: Acervo pessoal

Figura 39 - Mesmo dia: criança não cansa (2)



Fonte: Projeto Oficinas. Acervo pessoal

Figura 40 - Zaki Narchi. As mesas



Fonte: Acervo pessoal

Figura 41- Mesa e pipa



Fonte: Acervo pessoal

Figura 42 – Ainda a mesa, com as pipas e as prosas



Fonte: Acervo pessoal – Projeto Oficinas

Figura 43 - A mesa e “os nadas”



Fonte: Acervo pessoal

Figura 44 – A mesa e balburdinhas



Fonte: Acervo pessoal

Figura 45 - No meio do fluxo



Fonte: Acervo pessoal- Projeto Oficinas

7.7 PLANEJANDO, PENSANDO, ELABORANDO CONHECIMENTOS

Figura 46- Os interstícios: As coisas mais sérias foram ditas em espaços como esse e dessa forma



Fonte: Acervo pessoal

Figura 47- As reuniões de equipe: discordâncias possíveis



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

7.8 ATÉ SONHAR COM TRABALHO ACONTECE, ACREDITA?

Agir pelo não agir.
Antes de grandes vôos ao céu,
Firme os pés na terra árida e áspera.

Lao Tsu

Figura 48 - A la Lao-tzu



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 49- Terra dura



Fonte: Acervo pessoal

Figura 50 - As discussões não correspondiam às horas que tínhamos de trabalho



Fonte: Acervo pessoal

Nota: Louco isso, né? “Fazendo nada” como eu digo no título deste trabalho, se desfaz nessa imagem, onde o trabalho é levado pra casa

7.9 PREPARANDO OS VÔOS E ADAPTANDO A AERONAVE À NOSSA REALIDADE

Figura 51 - “Não existe gente grande”. No Museu da energia. Foto capa de disco



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 52 - Sim, a gente tava muito feliz nesse dia. Fazendo pose e tudo o mais



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 53 - Confesso que não lembro sobre o que era o prêmio; ficaram pra mim as memórias da alegria desse dia



Fonte: acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 54 - Quem tiver olhos, que escute: Rogério se apresentando e a gente fazendo uma aposta, juntos, no Centro Cultural São Paulo, na Vergueiro



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 55 - Minutos antes de ir pro Blocolândia. Museu da Energia. Luz



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Nota: O Escobar atrasou porque quis pintar o cabelo pra fazer jus à balbúrdia.

Figura 56 - Dá pra ver quem gostou mais dessa brincadeira, não dá?



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Nota: Como na foto acima, aqui também aquele breve tempo antes que algo aconteça e você não faz ideia de como. É bem legal sentir uma vibração coletiva

Figura 57- Balbúrdia



Fonte: Acervo pessoal. Blocolândia.

Figura 58 - Alegria que chama



Fonte: Acervo pessoal. Blocolândia.

Figura 59 - Humor comparece



Fonte: Acervo pessoal. Blocolândia.

7.10 SOBRE VÍNCULOS

Figura 60 - Esse é o Pescador. Na antiga Tenda Braços Abertos



Fonte: Acervo pessoal

Figura 61 - Badarós e Badaflux no meio do fluxo



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 62 - Samba no Glicério



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 63 - Ato contra a retirada das carroças. Luz



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 64 - É um ato pelo vínculo, saca?



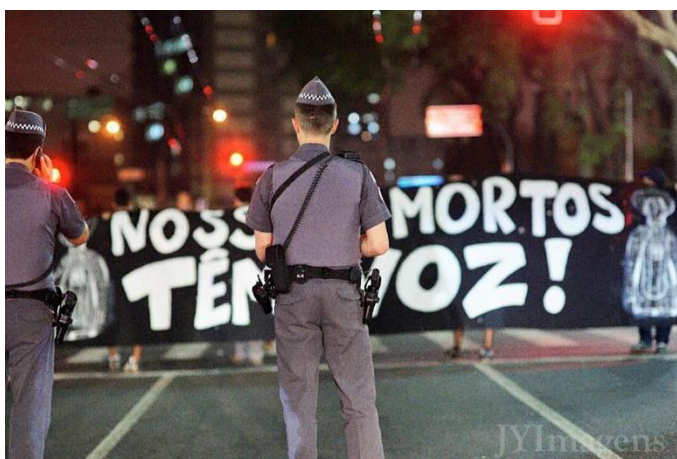
Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 65 - Ponto de encontro pro ato: Carroça



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

Figura 66 - No ato: Nossos mortos têm voz



Fonte: Foto da Adriana Eiko

Figura 67 - Acho que só dá pra fazer atos com afetos, com os vínculos. Penso assim...



Fonte: Acervo pessoal.

Nota: Pra traduzir em cartaz, é preciso ter escutado antes

Figura 68 - Vem pro Blocolândia 2020, vem!



Fonte: Acervo pessoal. Projeto Oficinas

7.11 SAÍDA DO BLOCO 2020

Figura 69 - Blocolândia 2020 (já tinha pandemia, mas a gente não sabia)



Fonte: Foto de mim do Paulo Pereira (ex- partícipe do Projeto Oficinas)

Figura 70 - Olha o Báda aqui!



Fonte: Acervo pessoal. Blocolândia.

Figura 71 - Olha o Báda ali!



Fonte: Acervo pessoal. Patrimônio público.

Figura 72 - Fulanos, Beltranos e Sicranos (1)



Fonte: Acervo pessoal. Blocolândia.

Figura 73 - Fulanos, Beltranos e Sicranos (2)



Fonte: Acervo pessoal. Blocolândia.

Figura 74- Fulanos, Beltranos e Sicranos (3)



Fonte: Acervo pessoal. Blocolândia.

Figura 75 - Ame e dê vexame!



Fonte: Click da Raquel

7.12 HOJE- PANDEMIA 2020/2021: AÇÕES QUE INSISTEM

Figura 76 - Colagem de lambes sobre cuidados contra o coronavírus na região da Luz



Fonte: Foto cedida pelo Michel Marques de seu acervo pessoal.

Figura 77 - Distribuição de insumos de cuidado em redução de danos: piteira de silicone para uso individual



Fonte: Foto cedida pelo acervo pessoal do Raphael Escobar

Figura 78 - Brincar de astronauta num tempo outro: distribuição de máscaras, álcool em gel e corotes produzidos para limpeza das mãos. Fazer outro uso da droga, fazer outro uso do corpo.



Fonte: Coletivo Tem sentimento⁴¹

⁴¹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/coletivotemsentimento/photos/a.266578780858118/423911461791515/?type=3&theater>. Acesso em: 15 maio2020

Figura 79 - Lambe produzido pelos redutores de danos que atuam na região da Luz



Fonte: desconhecida

Figura 80 - O ex-palco da @ciamungunza



Fonte: Cia Mugunzá de Teatro e coletivo Tem Sentimento⁴²

Fim do ensaio fotográfico. Esse ateliê de costura do Coletivo Tem Sentimento foi construído dentro do Teatro Contêiner Mugunzá para o início da nossa produção de máscaras que ajudarão a sustentar nosso projeto de geração de renda para mulheres no território da Luz.

⁴² Foto do documentarista Pedro Santi. @_pedrosanti @ Cracolândia. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivotemsentimento/>. Acessado em 15.05.19.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AQUILO QUE NÃO ACABA

“Deixa que daqui nós toca”

membro da Bateria Coração Valente

Acontecimentos recentes no ano de 2020 me ajudaram a compreender aquilo que estou procurando partilhar, fundamentalmente, nesta escrita, nesta tese. Procurarei “concluir” da forma mais simples possível, mas não menos rigorosa em conteúdo.

Contarei sobre o que acredito ter se tornado ressonância do Projeto Oficinas nos territórios onde atuamos e também sobre a saída do Blocolândia pelas ruas do Centro de São Paulo neste ano (2020), e nessa história procurarei demonstrar um *como fazer* ou talvez, mais propriamente, *como fizemos* a respeito dos elementos essenciais que ainda ressoam nos territórios percorridos e narrados por mim, sob o recorte de refletir sobre escuta, clínica e política.

Escrevo ainda afetada por alguns recentes acontecimentos. Então fica a advertência para o(a) leitor(a) de que esse texto é simplesmente uma tentativa de me valer de palavras; palavras simples para me tentar fazer entender; palavras para narrar algo complexo; palavras que, ainda que eu me esforce muito, não ajudam por completo; palavras que faltam e palavras que parece nem precisar constar.

Antes de ontem, no dia 21 de fevereiro de 2020, saímos, vários agregados citados, lembrados, alguns nomeados durante esse texto, com nosso bloco na rua – O Blocolândia – também já comentado e analisado no decorrer desta tese. Situarei o(a) leitor (a) em relação aos atravessamentos e acontecimentos desse dia.

A história que vou narrar é sobre *como* nosso bloco saiu na rua no ano de 2020. Esse “como” tem relação com aquilo que compreendo como ressonâncias iniciadas a partir do Projeto Oficinas e que repercutiu em nós mesmos e insiste nos territórios onde atuamos até o momento atual.

Primeiramente serão elencados alguns dos resquícios do que esse grupo – Projeto Oficinas – pôde plantar a respeito do que resiste, persiste. E, claro, apresentando minha própria leitura do que existiu, e que hoje consiste de formas outras. Em seguida, apresentarei a trajetória do bloco nesse ano.

Com relação ao território da Zaki Narchi, permanecem os vínculos no meio da rua, na luz, no metrô, pois ainda encontramos conviventes desse espaço. Alguns permanecem lá (que, aliás já

mudou de nome, agora é SIAT⁴³ – e nem sei explicar o que mudou de fato, além da gestão municipal e estadual e mais e mais descaracterizações dos serviços com relação às suas respectivas constituições originais).

Alguns foram para a região da Luz, estão aí circulando pela cidade. Os abraços são emocionados nos encontros nas ruas, comparecendo um gesto que, na minha leitura, sinto como um agradecimento mútuo⁴⁴, como se esse abraço fosse capaz de recuperar algum aspecto sobre renovação, algo sobre esperança, algo que lembra um testemunho um do outro. Nesse abraço, aparecem frases como: “*valeu por tudo, tamo junto*”, que valem por si só. Não sei achar outras palavras para justificá-las. Também não acredito serem necessárias quando se trabalha em frentes áridas e se troca um gesto como esse, um “*puta dum abraço*” que repercute nos respectivos abraçados.

Na rua, Sorriso (ex-convivente do Galpão da Zaki Narchi) me encontra cheia de livros que tinha ganhado da Nina (ex-oficineira do Projeto Oficinas). Ela tinha a coleção inteira de Freud e me ligou perguntando se eu gostaria de ganhá-los. Imediatamente fui a casa dela, perto da Luz, e depois de um longo café, saí com montes de sacolas cheias de livros. Caminhei pela Luz fazendo o trajeto habitual, pois também moro perto da região; explorei várias formas de chegar até lá, mas, dado o peso dos livros, escolhi ruas alternativas, atalhos, coisa que não costumo fazer.

Ele, o Sorriso, que “faz parte dos irmãos”, e é aquele tipo de sujeito que todos querem morto, aparece com uma bike, me olha e diz: “*Salve Rá, mana, deixa eu te ajudar a levar esse peso aí, parece que tá osso, hein?*” (risos) e me acompanha até minha casa, me ajudando com o peso dos livros e no aquecimento da alma na troca de ideias até meu ponto de destino. Dessa vez, é ele quem me acompanha.

Bobby me liga até hoje só para me contar como está. Nem sei se ele se preocupa com o que vou dizer a ele, mas parece importar muito a ele saber que tem para onde endereçar algo que venha dele, quase como uma carta que ele joga em garrafas no mar, nas travessias das tormentas que ele vai cruzando, passando e seguindo como pode, com o barco que tem.

⁴³ A Portaria Conjunta sgm/smads/sms nº 7, de 15 de agosto de 2019 estabeleceu o fluxo de atendimento ao munícipe no âmbito do serviço integrado de acolhida terapêutica - abordagem - siat do programa redenção e a Portaria Conjunta nº 04, de 25 de junho 2019 regulamentou esse serviço.

⁴⁴ Sobre mutuabilidade na clínica cf. a produção de L. Aron “**A meeting of minds: mutuality in Psychoanalysis.**”, New York: Routledge, 2001”.

Acompanhei o crescimento de Cauã, que hoje está aprendendo a ler com as revistas que ele acha na rua. Ele fez 19 anos. Um dia estava todo empolgado com o novo trabalho e nos contando disso em nosso grupo (para Livia e para mim no nosso grupinho de zap chamado MRL – Mika, Rá e Livis). A cada semana, uma novidade, um desabafo, perguntas sobre a vida. E como devem saber, as perguntas das crianças são as mais difíceis de responder (sei que ele fez 19 anos, mas me recuso ainda a aceitar numa boa que o tempo que voa). São 9 anos desde que Livia e eu deixamos de trabalhar no Quixote e algo aí insiste e persiste. Chamo isso de vínculo.

Mas não são só boas novas. Mais tarde ele ficou desempregado, desassistido, comentando: *“Eu vivi em abrigos desde muito pequeno, agora que estou virando adulto, é muito difícil saber pra onde ir pra tirar documentos para trabalhar, sempre fizeram isso por mim, mas eu era pequeno e não entendia porque brigavam comigo quando eu não fazia o que era pedido, será que era por causa disso?”* — relata com angústia. E com a angústia seguimos nas conversas, reinventando com ele as condições que tornam sua vida possível, fazendo a vida acontecer em mais um gesto: escutar e conversar. Entendo que isso só se faz possível por meio do vínculo.

O Pescador finalmente conseguiu fazer a cirurgia dos olhos, das “suas cataratas dos olhos”. Continua vendendo suas maçãs do amor, ali em Santa Cecília, e também conseguiu parar de tomar a “barrigudinha” porque sua netinha nasceu. Ele sempre manda fotos dela para mim, dizendo para eu reparar como ela é linda. Ele diz contente que sua filha Paula voltou a falar com ele. Toda vez que nos vemos, ele pergunta da Nina, da Laura, e diz: *“Eu já te contei que minha filha voltou a falar comigo?”*.

Sinceramente, nós não temos nada a ver com a interrupção do álcool na vida do Pescador; no entanto, noto que a alegria do reencontro com a filha e o nascimento da netinha foram elementos cruciais para isso.

O que fizemos foi escutá-lo alcoolizado na maior parte das vezes, sem desistir, sem achar desvalido o que ele tinha a dizer e, posteriormente, perceber o deslocamento que o álcool teve em sua vida.

O Fábio, outro convivente da região da Luz. Esse “deu trabalho”, me odiava, me xingava, usava sua boa ironia para dizer que esses “projetos aí” (tom de deboche) “servem para a manutenção da pobreza”. Hoje, rimos de como ele me xingava, mas amava a Laura. Tornou-se poeta (na verdade, sempre foi) e nomeou sua arte, sua poesia, de Parangas Poéticas. Faz parte do

movimento social *A Craco Resiste* que nessa época tornou-se um coletivo, que reivindica sua nomeação dessa forma⁴⁵, evento mais bem descrito no mestrado de Machado (2017).

A Cia Mugunzá de Teatro nos cedeu espaço, mãos e pernas, contribuindo em nossas ações culturais e comunitárias, principalmente na composição do carnaval. Nessa experiência conosco e no território, criaram um roteiro, uma peça chamada *Epidemia Prata*⁴⁶.

Além do movimento social *A Craco Resiste*, tem também o *Pagode da Lata*⁴⁷ produzindo ações culturais e comunitárias no território. Uma parte significativa de partícipes do nosso ex-Projeto Oficinas atua hoje nessas duas frentes.

O *Centro de Convivência É de Lei* adotou a estratégia de distribuição de água como uma estratégia de cuidado no território. É bom lembrar que, caso alguém esteja fazendo um uso problemático de drogas e não estiver sendo acompanhado por nenhum serviço da região, a única água disponível nesse território fica dentro da Praça Coração de Jesus, sede da GCM, que mantém o parque de portas fechadas, e, fruto de arbitrariedades, alguém que busque água no local pode ser alvo de spray de pimenta nos olhos. Testemunhei esse acontecimento milhares de vezes, e, na impossibilidade de diálogo, começamos a filmar e fotografar essas cenas cotidianas. Ali também sofremos a violência de ter nossos celulares confiscados e as fotos e vídeos apagados

⁴⁵ “A Craco Resiste é um coletivo antiproibicionista, abolicionista penal e, antes de tudo, antimoralista. Reivindicamos o nome Cracolândia primeiro por ser um termo usado pelos próprios frequentadores do fluxo desde a década de 1990, uma contraposição às outras ‘lândias’ negadas ou desprezadas por eles. Uma comunidade de pessoas que foram excluídas ou que de alguma forma optaram por estarem à margem da sociedade. Ali é o lugar de segurança destes que perambulam pela cidade, apelidado pelos frequentadores mais íntimos de Craco. Não se trata de um espaço físico, mas de um fluxo de pessoas unido por diversos fatores, sendo o crack o mais conhecido, talvez o mais evidente, porém, nem de longe o único. Com dois punhos fechados, segurando cachimbos, o logotipo da Craco Resiste traz na sua concepção esses significados da Cracolândia, o enfrentamento às agressões institucionais e a filosofia da redução de danos. Os cachimbos fazem parte de um longo processo de construção iniciado no começo deste século para evitar que o crack fosse fumado em latas - problemático pelos resíduos químicos e por queimar a boca. Para evitar esses problemas, foi incentivado o uso de cachimbos de madeira. O fluxo não aderiu completamente à proposta, desenvolvendo o seu próprio modelo que atende às preferências e se adapta à realidade dos usuários. As mãos com os cachimbos propõem a união dessas pessoas que juntas lutam por melhores condições de vida. Gritar “A Craco Resiste!” é dizer que este povo junto, existe e persiste em estar junto, porque só assim cuidarão uns dos outros” (A CRACO RESISTE, 2017).

⁴⁶ O roteiro da peça me foi cedido e constará no Anexo 2 desta tese para quem quiser acompanhar, expressas em outra linguagem, as movimentações na região da “Cracolândia”.

⁴⁷ O Pagode na Lata é um projeto formado por ex-trabalhadores do território conhecido como Cracolândia com a proposta de promover a redução de danos através da arte. Com o intuito de continuar o projeto de pagode e samba que existe na Cracolândia desde 2013, e vêm sendo refeito até a chegada do Pagode na Lata em 2017, o coletivo volta ao território acreditando no samba como um insumo, de criação de vínculo, e de afirmação de subjetividades. Na Cracolândia tem arte sim! e o Pagode na Lata vai mensalmente lá para que os usuários possam tocar, brincar e sorrir. E enquanto isso tudo acontece, o cachimbo é trocado pelo pandeiro, reco-reco e rebolo. Só a proposta de a partir do samba propiciar um momento sem o uso, para nós já é de grande validade, mas além disso acreditamos que a partir dos vínculos criados, podemos começar a pensar e construir juntos outras formas de viver com ou sem a droga (PAGODE NA LATA, 4 mar. 2020).

por esses policiais, por meio da força e do “*mão pra cima e encosta aí na parede, sua bostinha*”. Mas insistimos e conseguimos enviar um número significativo de violações de direitos para a Defensoria Pública, cujos agentes, muitas vezes, nos acompanharam no território com o objetivo de criar a materialidade necessária para enfrentar as violências cotidianas e invisíveis para muitos.

Quando comecei a escrever essa tese, ia falar sobre a “pandemia” das drogas, e vejam o que pode acontecer em quatro anos. Coronavírus é a bola da vez e quem está sendo prejudicado é quem não tem casa para fazer resguardo.

São muitos trabalhadores que me contam, hoje, também no consultório, que embora reconheçam a importância de atuar na Defensoria, ficam indignados com a forma como se dá a relação de benefícios entre defensores, promotores e técnicos. Nas supervisões que realizei em um Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS AD) também me foi relatada essa indignação, e ainda me mandam mensagens dizendo: “*Raonna, tá piorando tudo! Queria que a supervisão continuasse*”, com o desmonte anteriormente descrito se expressando em marcas ainda mais amargas.

O cansaço é visível e palpável para quem escuta em meio a tanto caos, em diferentes *fronts*. Também na escrita comparece a possibilidade de não ser indiferente ao que se passa no mundo - como expressou Ana Godoy, Cientista social independente, em uma postagem em seu perfil no Facebook: “não escrevo ‘apesar de tudo’; escrevo imersa no meio e com tudo que dele possa extrair” (Ana Godoy, 2020, trecho extraído de postagem no seu perfil do Facebook.).

Essa história pode ser contada por muitos, em outras versões e pontos de vista, a partir do recorte que for mais próprio da pessoa. Eu a conto a partir do que pude experienciar. Para mim, a história que começa com: “gente, aquele dia foi loko” é uma boa história para ser contada. Nesse dia, nessa temporalidade outra, começamos “fazendo nada” e fomos “sabotando Cronos e abrindo espaços nos espaços” (Ana Godoy, 2020, trecho extraído de postagem no seu perfil do Facebook) Abrindo tempo no espaço, espaço no tempo, abrindo o tempo e o espaço, colocamos uma mesa com cadeiras no meio do fluxo e permanecemos ali.

Os efeitos desse ato foram muitos: o surgimento dos Sem-ternos, os carnavais, as ações culturais, comunitárias, os textos, peças, poesias e a insistência naquilo que tinha sido dado, por muitos, como “causa perdida”.

Todavia, toco, retoco e reforço o ponto que diz respeito às *condições* dos trabalhadores que estão na ponta, que relatam cansaço, desgaste, denunciam as condições precárias, o que, a

meu ver, vulnerabiliza um território. Por isso os nomeio *territórios vulnerabilizados*, pois são vulnerabilidades que o governo insistem manter descuidadas; governo que, aliás, atualmente, é incapaz de gerir qualquer coisa. Ainda que apresentados muitos caminhos de possibilidade, os ouvidos são surdos⁴⁸ e permanecem assim até o fechamento de cada equipamento, um por um, com tratores, sprays de pimenta e nenhum diálogo. Diante dos desmontes, seguimos atuando na contramão, com as pernas que temos. As pernas e a teimosia.

21 de fevereiro de 2020: o dia que o bloco saiu

Leôncio (membro do Centro de Convivência É de Lei) e eu adiantamos a tarefa de inscrever o bloco porque sabíamos que esse primeiro passo burocrático ninguém ia se voluntariar a fazer. Leôncio tem seu sol em Virgem, então conseguimos oficializar nossa inscrição com o CNPJ do Centro de Convivência É de Lei e o meu CPF. Piadas aos montes ao imaginar que tudo poderia dar errado e pensar no que fazer, caso a gente fosse preso, ou algo do gênero.

O coletivo Sem-Ternos, o movimento A Craco Resiste, o Centro de Convivência É de lei e o Coletivo Tem Sentimento cuidaram de todos os procedimentos burocráticos e da confecção das roupas para os foliões, para que o Bloco tivesse uma saída institucional pactuada com os agentes do Município e do Estado, como de costume. Como de costume também, existem pessoas que não gostam desse bloco e mandam mensagens privadas para membros-organizadores. Pouparei os leitores dos comentários preconceituosos e que manifestam ódio, a fim de ressaltar por que uma ação cultural como essa teve sua importância política e subjetivante.

No dia da saída do Bloco, saiu no Diário Oficial: “PM proíbe a saída do bloco de carnaval Blocolândia” (Figura 76). Diante da súbita proibição, a indignação foi certa. Foram realizados trâmites de todas as ordens pelos organizadores-foliões, desde a articulação dos parceiros em direitos humanos, como a assessoria do Eduardo Suplicy (vereador pelo PT), da Bancada Ativista (movimento independente e pluripartidário dedicado a eleger ativistas em SP e apoiar a construção de seus mandatos, atualmente mandato coletivo na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo PSOL) e da Soninha Francine (vereadora pelo Cidadania), até a ativação dos nossos próprios meios de teimar, insistir pela saída do bloco. Anunciamos a proibição em todas as mídias particulares e também de amigos que sempre compuseram conosco - mais uma vez a

⁴⁸ Cf artigo “Política e voz”, desta autora e de Rose R. Miranda, *In: M. MENDES. (Org.) A voz na experiência psicanalítica*. São Paulo: Zagodoni, 2015.

estratégia é, no mínimo, visibilizar ações arbitrárias e violentas vindas do Estado para com uma população vulnerabilizada e que não tem inscrição nos jornais, TV, ou outros meios para mostrar o que se passa do nosso lado.

Figura 81 - Proibição do bloco

2020 em viagem para a cidade Tóquio no Japão, a fim de participar do programa de intercâmbio entre Japão, América Latina e Caribe.

O BLOCOLÂNDIA VAI SAIR

n.º 48.592/2007, Decreto 48.744/2007, Decreto n.º 23.639/1987, Portaria SF n.º 77/2019 e artigo 1º da Portaria SGM n.º 219/2018.

6010.2020/0000287 - Cancelamento de autorizações contidas nos documentos 60245571, **RERRATIFICO** o Despacho de 18/02/2020 constante no documento SEI n.º 026229170, pelo qual se determinou a autorização para o desfile de carnaval, com o valor das diárias é de R\$ 7.041,33 (sete mil quatrocentos e um reais e trinta e três centavos) e não como constou.

COMUNICADO

Cancelamento de autorização para desfile de CARNAVAL de RUA por determinação da Polícia Militar.

BLOCOLÂNDIA

Estilo: Marchinhas

Itinerário: Rua Helvétia, Rua Dino Bueno, Alameda Ribeiro da Silva, Alameda Cleveland e Rua Helvétia

Data: 21/02/2020

Horário: 13:00 às 18:00

Sé - Concentração: Rua Helvétia, 64

Dispersão: Rua Helvétia

ID do Bloco: 866

CONSEL

ESCALA D

gos e Feriados

1º TRIMES

Data / Escala

JANEIRO/2

10/01 a 16/01

17/01 a 23/01

24/01 até 30/01

FEVEREIRO/2

31/01 a 06/02

07/02 a 13/02

14/02 a 20/02

21/02 a 27/02

MARÇO/2

28/02 a 05/03

06/03 a 12/03

13/03 a 19/03

20/03 a 26/03

27/03 a 02/04

CONSEL

ESCALA D

gos e Feriados

1º TRIMES

Data / Escala

JANEIRO/2

01/01 a 05/01

06/01 a 12/01

13/01 a 19/01

20/01 a 26/01

SEGURANÇA URBANA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE

6029.2020/0001404-A - Secretaria Municipal Segurança

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

Se havíamos preenchido todos os requisitos legais para a saída do Bloco, por que a PM de São Paulo proibiu um único bloco, dentre tantos, no mesmo dia de sua saída na rua?

Os colaboradores que tinham vínculo institucional no território temiam por represálias, enquanto os usuários das ruas da “Cracolândia”, curiosamente, não apresentavam medo de qualquer ação da polícia - diziam que o que a gente tinha feito (as fantasias, os instrumentos a divulgação em lambes nos postes) era mais importante do que qualquer ação policial e foram os primeiros a conclamar: *“ah, mas é agora que esse bloco sai!”*

Dentre todas as literaturas e filmes que vi sobre esse tema de guerras e os respectivos dramas particulares, destaco novamente aspectos sobre a parceria e o companheirismo. Nas guerras entre Estados são concedidas medalhas, troféus e honrarias para quem retorna. Em “nossa guerra”, as honrarias, o reconhecimento público e as premiações em direitos humanos não alimentam, diferentemente do que muitos podem pensar.

Lembrando Erich Remarch, no livro *Nada de novo no front*, o que fica, marca e permanece são os vínculos, são os laços, a insistência, a teimosia pelo direito de celebrar algo, o reconhecimento de que o bloco não era apenas um bloco mas, particularmente a cada um, era algo em especial.

Desse modo, apoiados pela força dos usuários, lançamos a seguinte nota no FB por meio das diferentes plataformas digitais de coletivos ligados ao bloco: A Craco Resiste, Sem-Ternos, Coletivo Tem Sentimento e a Cia Mugunzá de Teatro:

AVISO

Acordamos hoje com a notícia que a Polícia Militar do Estado de São Paulo cancelou a nossa autorização. O Blocolândia é o único bloco proibido de andar entre os 900 blocos da cidade de São Paulo.

A alegação é de segurança, mas em nossos 5 anos nunca houve uma infração, diferente do que ocorre na vila Madalena ou no parque do Ibirapuera.

Qual é a real intenção desta proibição? Pode proibir um bloco no mesmo dia em que ele sai?

O Blocolândia é o espaço para mostrar a subjetividade daqueles que foram esquecidos, e não seremos apagados mais uma vez.

O Blocolândia vai sair. Venha com a gente!

Pouco tempo depois da nota, chegaram outros parceiros e, de parceiros em parceiros, o bloco teve sua saída na rua - filmada, noticiada e com um gostinho de vitória para todos nós (o que fica nítido no Ensaio Fotográfico do Capítulo 6).

Nada disso seria possível se esse território não fosse vivido por nós e tampouco seria possível se não estivéssemos com a necessária abertura para ver possibilidades, vida, encontros. Para perceber que a rua não é fim. Pode ser meio, pode produzir encontros, pode um bocadinho de coisas. O ponto principal parece-me ser reunir as condições para que histórias como cada uma das narradas aqui tenham a chance de acontecer. E isso só me parece possível chegando mais perto e estando disposto a mudar de opinião, se for o caso.

A saída da sexta edição do Blocolândia só foi possível por causa das pessoas que insistiram e resistiram juntas: Escobar e Laura sempre falam com os jornalistas, Leôncio cuida das *burocras*, eu sempre falo com a polícia, Sato e Alice aparecem na hora certa para registrar cada passo, e assim cada um vai ganhando um papel muito importante porque foi experimentado. Sem essas várias experiências compartilhadas, isso não seria possível.

Pode não existir a sétima edição do bloco, mas nesse revezamento de tarefas, experimentações e trocas, realmente foi possível ver que “até do lixo nasce flor” e é isso que importa agora: reinventar formas de estar num mundo como o nosso e, por meio dos vínculos criados, assumir um lado e lutar por ele.

Aquilo que não acaba...

“O laço com o outro,
reduzido ao dever,
É uma ação realizada
sem a paixão por uma verdade.”

Walter Benjamin

Nesse sentido, o que desejo é contribuir do lugar de reconhecimento social e singular dos sujeitos. Escutá-los e não confundi-los com a degradação que se impõe a eles no laço social, restituindo um campo mínimo de significantes. No livro *Intervenções psicanalíticas: a trama social* (2016) encontramos as primeiras cartografias de um campo de investigação em psicanálise ainda em consolidação.

Retomamos, a partir deste livro, a ideia de que, para a psicanálise, podemos pensar num amplo sentido de cidadão, incluindo todos aqueles que têm o direito e o acesso à palavra, e, por causa disso, podem criar dispositivos a fim de estabelecer diferentes transferências em instituições e na cidade. Lembro que Freud esteve interessado em saber quais as repercussões de seus textos para os não analistas. Ele queria libertar a psicanálise das especialidades, bem como perturbar o território das especialidades com a psicanálise.

Assim, parece que as coisas mudaram e continuam mudando a cada dia nos consultórios e nas instituições de cuidado. Mas o que mudou? Como é possível contar essas novidades que continuam acontecendo de maneira cotidiana na clínica?

Segundo Henry Krutzen,

Uma primeira observação seria dizer que esses acontecimentos, em alguns lugares, produzem mudanças, mas que essas mudanças não alcançam os lugares de teorizações onde o discurso mudou muito pouco e onde esses fatos permanecem meio escondidos como pequenas falhas inerentes a qualquer processo analítico ou terapêutico. o discurso é duplo, modulado entre os lugares “oficiais” de trocas institucionais e os lugares privativos do um a um, de encontros informais vinculados pela amizade ou a intervenção clínica. A separação entre teoria e prática não cessou de aumentar, na medida em que a clínica está apresentando situações que não cabem nas categorias existentes e operacionais pelas quais a análise é praticada. Segundo os padrões teóricos, várias adaptações são propostas para tentar juntar o saber da experiência e da prática, herdeiras do passado, e as novidades que o foco da contemporaneidade apresenta no cotidiano. Os pacientes de hoje não são mais os pacientes da Viena vitoriana de Freud, da Chicago do milagre econômico de Hartmann, ou da Paris contestária de Lacan. [...] Um novo paradigma surgiu e novos conceitos organizam um mundo que, na hora da cyber-cultura, da internet, da troca de energias elétricas, do aparecimento de alternativas econômicas com os comuns, de produções cada vez mais baratas de bens que aparecem como recicláveis (Rifkin, 2014), um mundo que tem pouco a ver com o de Freud, Winnicott Klein, Bion ou Lacan. Esses novos conceitos mudam, de maneira radical, a abordagem que temos da chamada realidade e produzem mudanças fundamentais que não permitem mais nenhum retorno para o estado anterior (KRUTZEN, 2018, p. 20-21).

Esse é um trabalho tipo *work in progress*, não apresenta nenhuma posição definitiva sobre as questões clínicas e teóricas que nossos pacientes nos trazem todos os dias.

O que faço ressaltar no diálogo com as políticas públicas é que as condições impostas aos trabalhadores impedem que o serviço seja executado. É nesse sentido que a liberdade que pudemos experimentar como Projeto Oficinas caminha na direção de dialogar com as políticas públicas já existentes. Sem essa liberdade, talvez não seja possível fazer um novo. Faz diferença o profissional poder circular pela cidade, poder “perder tempo” com alguém sem que isso gere

qualquer encaminhamento: um “personal parça” (acompanhante terapêutico, educador em direitos humanos, analista), com essa *plasticidade psíquica*, contribui nos interstícios, na consolidação de uma rede, conectando, injetando doses de humanidade, recompondo uma tessitura social absolutamente “contaminada”.

Teremos que improvisar a cada dia, e, a cada nova contingência, pensar o que pode servir para o que estamos vivendo, seja na clínica, seja na vida. Notem que, da mesma forma que nos territórios, vamos precisar tatear para compreender, nos inventar, perceber quais as condições de possibilidade de enfrentamentos políticos.

A partir da quarentena necessária como medida de cuidado em relação à SARS-Cov2, esse trabalho não cessa. Não podemos estar tanto nas ruas, mas podemos estar aquecidos nas discussões, coletivizando problemas, operando nos bastidores. Foi dessa forma que nasceu outro algo, de forma surpreendente para mim, no diálogo do whatsapp, pelo computador, cada um na sua casa: uma rede chamada EscutAto. Rede essa que nasceu a partir do Laboratório coordenado pela Prof.ª Dra. Miriam Debieux e que foi sendo construída de forma plural, buscando parceiros que estivessem alinhados com nossa proposta clínica e política.

Essa rede serve como reflexão sobre como administrar cada momento de urgência, atentos (ainda mais, espero) a algo que o coronavírus, o uso de drogas e a estadia na rua têm em comum: estamos todos sujeitos a viver isso. Pelo vínculo criado anteriormente com esse momento, procuramos – não importa muito como, importa inclusive não sabermos – pensar especificamente as circunstâncias que se colocam sabendo que, a cada situação, uma estratégia precisará ser pensada e possivelmente inventada.

Encerro esta parte apresentando nossos primeiros textos diretivos de uma coisa nova, nesse mundo outro. Não conseguirei me aprofundar sobre as ressonâncias disso neste momento, pois estamos apenas começando. Desse modo, eis o que pudemos avançar nas pactuações necessárias para esse grupo nascer:

Quando algo atravessa a realidade, somos convocados à ação. Foi isso que aconteceu conosco na emergência desta pandemia e, assim que possível, começamos a nos reunir com intuito de propor 'alguma coisa' que tinha a ver com escuta. Colocar a escuta em ato. É nosso possível, nossa colaboração.

Reunimos pessoas interessadas, começamos a desenhar as possibilidades, vimos surgir outras redes e esperamos a vinda de tantas outras. Sem plano premeditado, sem saber como os acolhimentos iriam funcionar (pois acontecem como efeito de uma novidade e são uma novidade

em si), optamos por estabelecer diretrizes mínimas para que isso nos coloque enquanto projeto e, depois, enquanto grupo. Como axioma, o *mais simples possível*: oferecer atendimento gratuito para: 1) pessoas que tenham desencadeado sofrimento psíquico em razão do Coronavírus no cenário social; 2) pessoas que tenham sido infectadas pelo vírus e demandam atendimento e 3) trabalhadoras e trabalhadores de todas as áreas que continuam sua rotina e que buscam atendimento pelos efeitos disso. Atuamos virtualmente. Nesse novo território há necessidade do uso de tecnologia - o dispositivo que se utilizará para isso fica a critério de cada um (WhatsApp, Skype e Zoom são os meios sugeridos). Mas, a depender da pessoa, o telefone pode ser mais viável. Novamente, teremos que pensar isso caso a caso, com o compromisso e respeito à ética inerente à nossa escuta. Não há formato predeterminado: é o tipo de situação que pode se abrir para invenções, para o novo. Então, se estamos lidando com algo novo, não temos respostas prontas, precisaremos inventar, incluindo o desejo, o estilo de cada um.

Em todo o meu texto, não estou trazendo soluções e sim abordando condições para algo. E isso, mais especificamente em minha leitura, se trata da tessitura para novos projetos relacionais, se dispondo a algo, algo que pode acontecer em pequenas coisas, mas que não conseguimos de imediato avaliar seus efeitos.

Hoje, “vivemos todos neste mundo tomado por notícias, bem como no mundo anterior, com as respectivas diferenças acústicas. E continuamos a ser convocados a reinventar o cotidiano, a gestualidade, a maneira de se mover em poucos metros quadrados, o horizonte onde a vista possa descansar e o pensamento possa correr. Fazer a vida acontecer” (Godoy, 2020). Escutá-la. Estarmos dispostos a algo. Pensar em algo, voltar atrás, repensar, re-voltar, revoltar.

Experimentar abandonar o lugar habitual, onde vivia até então, errando, fracassando, “fazendo nada”, foi o que para mim aconteceu quando inventamos uma “mesa de bar” no meio do fluxo na “Cracolândia”, uma roda de samba num centro de acolhimento, os carnavais, em lugares muito variados, onde um encontro não era esperado. Torço para que essas redes de vizinhanças produzam mudanças em nós, e, por que não, utopicamente, distopicamente, ajudem a inventar um mundo (im)possível? Fazer valer a imaginação política?

Assim sendo, seguimos.

Figura 82 - Prêmio que ganhamos do pessoal da Cia Faroeste, com o pessoal do Diversitas da USP, para marcar a importância do fazer junto.



Fonte: Arquivo pessoal

9. REFERÊNCIAS

- A CRACO RESISTE.** @ACracoResiste. Organização comunitária. 31 maio 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/ACracoResiste/posts/1850762898508415>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- ADORNO, R. C. F. et al. Etnografia da Cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. **Saúde & Transformação Social**, v. 4, n.2, 2013.
- ARENDT, H. A Crise na Educação. In: **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva. 2011.
- AYRES, J. R. C. M. **O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde**. Saúde e Sociedade. V.. 13, n.3, p. 16- 29, set-dez 2004.
- BARATTO, R. **Projeto Casa Rodante: cidadania nas ruas da Luz**. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/764005/casa-rodante-nil-cidadania-nas-ruas-da-luz>. Acesso em: 12 maio de 2018.
- BARBIERI, N. A.; SARTI, C. A. Psicanálise e antropologia: diálogos possíveis. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v.14, n.1, 57-69, 2011.
- BASURAMA. **A cidade é para brincar**. 2013. Disponível em: <http://basurama.org/pt-br/projetos/a-cidade-e-para-brincar-virada-cultural-2013-2/>. Acesso em 14 nov. 2010.
- BATISTA, K. R. O.; CUNHA, E. L. A experiência psicanalítica na investigação social: considerações sobre método. **Ecos**, v.2 n.2, p.261-275, 2012.
- BATISTA, N. Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack. **Col. Criminologia de Cordel**, v.3. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- BENJAMIN, W. (1936) **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: _____. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BION, W. **Seminários na Clínica Tavistock**. São Paulo: Blucher, 2017.
- BIRMAN, J. A cidadania tresloucada. In: BEZERRA JÚNIOR, B.; AMARANTE, P. (Org.). **Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BLEGER, J. **Simbiose e ambiguidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- _____. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BROIDE, E. E. Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: do resto à causa. **Intellectus. Revista Acadêmica Digital da Faculdade de Jaguariúna**, v. 27, p. 87-99, 2014. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/27.294.pdf>. Acesso em 14 jun 2018.

BROIDE, J.; Broide, E. E. **Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções. 2a edição. Escuta: São Paulo, 2016.

BROIDE, J. A psicanálise em situações de extrema vulnerabilidade social. In: M. L. G. Lopedope et al. (Org.). **Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Editora Elefante, 2019. Disponível em:

https://www.academia.edu/42642305/Corpos_que_sofrem_Como_lidar_com_os_efeitos_psicossociais_da_viol%C3%Aancia. Acesso em: 14 dez 2019.

CALIL, T. G. **Condições do lugar: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada Cracolândia.** Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2015.

CARERI, F. **Walkscapes: o caminhar como prática estética.** Tradução de F. Donaldo. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto/2: os domínios do homem.** Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CONSELHO REGINAL DE PSICOLOGIA. **Notícias.** CRP assina carta internacional pelos direitos das pessoas lgbtqi+, 14 set 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-assina-carta-internacional-pelos-direitos-das-pessoas-lgbtqi/>. acesso em; 12 nov. 2019.

CONTE, B. ;PERRONE, C. M.; BRAGA, E. C. (Org.). **Intervenções psicanalíticas: a trama social.** 1. ed. Porto Alegre: Criação Humana, 2016.

CONTE, M.; SILVEIRA, M.,TOROSSIAN, S.D.,MINAYO, M. C.de S.. Oficinas de história de vida: uma construção metodológica no enlace entre psicanálise e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.3, p.766-778, 2014.

COSTA, R. M. **Mil Fitas na Cracolândia: Amanhã é domingo e a Craco resiste.** Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros). Instituto de Estudos Brasileiros. USP, São Paulo, 2017.

DA QUEBRADA, L. **Talento.** Vídeo. Direção: Linn da quebrada, Carolina Del Bue, Louise Winkler Freshel, Pedro Ávila, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hkAHuRPGgNk> Acesso em 3 abr 2020.

D'AGORD M. R. L; TRISKA V. H. C. **A Topológica da verdade.** Asephallus Revista Eletrônica do Núcleo Sephora, v. 4, n° 7, p. 12–22, 2008.

DIAS, M. M. **Comentário ao texto de Conrado Ramos: qual lugar para a indignação.** Biblioteca Virtual do Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.voxinstituto.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2017-06-27_28.pdf.

DUARTE, A. Arendt e Butler: pensamento em diálogo. **Revista Cult**, n. 208, Dezembro de 2015.

DUNKER, C. Entrevista conduzida por Gabriela Forti Teixeira e Luiz Fernando Silva Loschiavo dos Santos. **Internetlab**, 2018. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/pt/informacao-e-politica/e-uma-geracao-que-enfrenta-problemas-ainda-sem-nome-diz-psicanalista-sobre-debate-politico-nas-redes/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____; RAVANELLO, T. **A garrafa de Klein como método para construção de casos clínicos em psicanálise.** Rio de Janeiro: Ágora, v. 22, n. 1, p. 99-110, abr. 2019.

DUTRA, E. **A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica.** *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2002, vol.7, n.2, pp.371-378. ISSN 1678-4669. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200018>.

EPELE, M. E. Entre la escucha y el escuchar: psicoanálisis, psicoterapia y pobreza urbana en Buenos Aires. **Physis [online]**. 2015, vol.25, n.3, pp.797-818.

EHRENREICH, B. **Dançando nas ruas: uma história do êxtase coletivo.** Rio de Janeiro, 2010.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FERENCZI, S. A elasticidade da técnica psicanalítica. *In: FERENCZI, S Obras completas*, v. IV. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, T. **Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006.

FREUD, S. [1921] Psicologia de grupo e análise do ego. *In: _____*. **Edição standard brasileira das obras completas.** Tradução de J. Salomão, v. 18, pp. 89-179. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. [1893-1895]. Estudos sobre a histeria. *In: _____*. **Obras Completas**, v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. [1910] Breves escritos: contribuições para uma discussão acerca do suicídio. Tradução de J. Salomão. *In: _____*. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FOWLER, Alastair (1982). **Kinds of literature: an Introduction to the Theory of Genres and Modes.** Oxford: Clarendon Press.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vv. 21 (2017), n.1, p. 19-29 ISSN: 2236-4994 DOI: 10.5902/2236499422589.

GEBRIM, Ana. **Psicanálise no front: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com migrantes**. Curitiba: Juruá, 2020.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa** – ensaio de método. Trad.: Fernando Cabral Martins. Lisboa: Arcádia, 1979

GIULIO, M. G DI; FERREIRA, L. C. **Governança do risco: uma proposta para lidar com riscos ambientais no nível local**. **Desenvolvimento & Ambiente**. v.28, p.29-39, jul.-dez, 2013.

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Tradução de U. Sobral; M.S. G. Aparecida. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

HAESBAERT, R. C. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HAN, B-C. **Sociedade do cansaço**. Tradução de E. P. Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

HUIZINGA, J. [1938]. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

JACQUES, P. B.. Walkscapes: o caminhar como prática estética. Tradução de F. Donaldo. **Apresentação**. São Paulo: Editora G. Gili, 2013

JAFFE, Noemi. **A legião estrangeira de Clarice Lispector e o efeito de estranhamento**. Campinas: CPFL CULTURA, 2015.

JANOVIK, M. "**Não quero sair da rua**": psicanálise, denegação e escuta em serviços de atendimento a pessoas em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

KOLTAI, C. Desamparo e a questão do estrangeiro. **Psychê: Revista de Psicanálise**, Ano IV, n. 6, novembro, 2000.

KRISTEVA, J. A alma e a imagem. In : _____. **As novas doenças da alma** (pp. 9-35). Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

KRUTZEN, H. **Para uma nova definição do espaço clínico: topologia em expansão**. São Paulo: Annablume Editora, 2018.

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. Hucitec: São Paulo, 2011.

_____. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LAURENT, E. **Psicoanálisis y salud mental**. Buenos Aires: Editorial Tres Haches, 2000.

LECLAIRE, Serge. **Etat des lieux de la psychanalyse**. Paris: Albin Michel, 1991.

LEMKE, T. **Foucault, governamentalidade e crítica**. Tradução de M. A. Marino e E. A. C. Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2017.

MACEDO, H. O. Carta 16. Freud, Michel Neyraut, Piera Aulagnier: a angústia entre teoria e clínica. In: _____. **Cartas a uma jovem psicanalista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. **Na metrópole: tetos de Antropologia Urbana**. São Paulo, EDUSP, 1996.

MARTINS, R. C. R. **A escuta ético-política na rua**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

_____ et al. Perspectivas psicanalíticas e antropológicas a respeito das violências na Cracolândia em São Paulo, Brasil. **Psicologia para América Latina**, v. 29, p. 88-9691, 2017.

MENDOZA, E. S. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, v.14, 440-470, 2005.

MORAES, M. A. DE et a. **Em busca da luz: a encruzilhada entre a fé e as drogas na Cracolândia de São Paulo** BIS, **Bol. Inst. Saúde (Impr.)**; 18(1): 69-82, Jul. 2017.

MUSATTI-BRAGA, A.P. **Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia, USP, 2015.

ORTEGA, F. **Para uma política da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PAGODE NA LATA. Disponível em:

https://www.facebook.com/permalink.php?id=102864801332112&story_fbid=10371570791368. Acesso em 14 jan. 2020.

[**PARCEIRO**]. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. **Instituto Houaiss**. Editora Objetiva, 2009. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>. Acesso em: 15 set. 2018.

PAULON, C. P. **Introduzindo o conceito de narrativa em psicanálise: sobre um operador metodológico para o estudo de casos clínicos**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

PELLIZZARO, N. A amizade na perspectiva de M Foucault. **Argumentos**, ano 7, n. 14 - Fortaleza, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/viewFile/19112/29830>. Acesso em 14 nov.2018.

PICHON-RIVIÈRE, E. (2005). **O Processo grupal**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

PINHEIRO, D. A. L.; BAPTISTA, L. A dos “Atlas narrativo de vidas na rua: experimentações éticas de uma metodologia”, *Educ. em Perspec.*, vol. 10, set. 2019

PREVIDELLI, A. **G1**. Príncipe Harry vai à Cracolândia e conversa com usuários de crack. 26 jun 2014.

RATTI, F.C.; ESTEVÃO, I. Instituição e o ato do psicanalista em sua extimidade. **Opção Lacaniana** (online). Ano 6, n. 18 • novembro 2015 • ISSN 2177-2673 . Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_18/Instituicao_e_o_ato_do_psicanalista_em_sua_extimidade.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

REIS, C; LOPES, A. C. M. **Dicionário de narratologia**. 7. ed. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2011.

REMARQUE, E. M.. **Nada de novo no front**. Tradução de H. Rumjanek. Porto Alegre: L&PM, 2004. Disponível em: <https://whatshame.files.wordpress.com/2012/11/nada-de-novo-no-front-dogeat-therebels.pdf>. Acesso em 14 dez. 2020.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. 1. edição. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

ROSA, M.D. **A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação**. *Revista Subjetividades*, v.4, n.2. p.42-47, 2004.

_____. **Histórias que não se contam: o não dito na psicanálise com crianças e adolescentes**. Taubaté, SP: Cabral Ed. Universitária, 2000.

_____; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. (1, p: 180-188, 2010.

ROUSSILLON, René. Espaços e práticas institucionais: quarto de despejo e o interstício. *In*: KAËS, René et al. **A instituição e as instituições**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

SAFATLE, V. **Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SHDAIOR, L. S. **Entre o emprego e a militância**. Ensaio sobre a atuação na rede pública de atenção ao usuário de drogas. Dissertação (mestrado em Psicologia clínica), Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2019.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Org.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. **Novos Estudos Cebrap**, n. 66, 2003a.

_____. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.65, n. 3-76, 2003b.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
_____; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2001.

SATO, F. et al. O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo. **Revista Psicologia Política**, 2017.

SOUZA, O. (1991). Reflexões sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In: Aragão, L.T.; CALLIGARIS, C. ; COSTA, J.F. & SOUZA, O. **Clínica do social: ensaios** (pp. 75-92). São Paulo: Escuta.

SOUZA, T. P. **A norma da abstinência e o dispositivo drogas: direitos universais em territórios marginais de produção de saúde (perspectiva da redução de danos)**. **Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)** - Unicamp, Campinas – SP, 2013.

TOROSSIAN, S. D. Tem a psicanálise algo a dizer sobre as políticas restritivas: notas sobre o proibicionismo às drogas. **Correio da APPOA**, v. 12, p. 20, 2014.

WATTERSON, Bill. **Calvin e Haroldo: o mundo é mágico**, v.1. São Paulo: Editora Conrad, 2010.

WINNICOTT, D. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. **Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil**. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

WINNICOTT, D. (2017). **O gesto espontâneo**. Tradução de L.C. Borges. São Paulo: WMF Martins Fontes.

ZIMMERMAN, D. E. **Manual de técnica psicanalítica: uma re-visão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: <https://feapsico2012.files.wordpress.com/2015/04/manual-de-tecnica-psicanalitica-uma-revisc3a3o-zimmerman.pdf>. Acesso em 10 out. 2018.

ZYGOURIS, R. A Vergonha. In: _____. (Org.) **Ah! As Belas Lições!** São Paulo: Editora Escuta, 1995.

ZYGOURIS, R. Por uma psicanálise laica. [Entrevista concedida à **Revista Percurso 45**. Disponível em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=138&ori=entrev. Acesso em: 10 nov. 2020.

10. ANEXOS

ANEXO A – CORDEL DA CELMA

CONTO DE ACS

Maria Celma da Silva



FOTO: Agentes Comunitários de Saúde – UBS Taboão – SBC.

Minha gente eu vou contar
Com muita admiração
Sou Agente de saúde
Pessoa de coração
Pertencço à comunidade
E essa é minha função.

Adentro a casa do outro
Com respeito e com cuidado
Anoto as informações
Olhando pra todo lado
Sempre atento ao que ouço
De tudo que foi falado.

Encontro em certas famílias
Casos “bonitos” e “feios”
Encubro meus sentimentos
E os sentimentos alheios
Para evitar mais confrontos
Tratando- os em outros meios.

Em cada casa eu encontro
Um caso bem parecido
São lamúrias e agravos
Do povo desprotegido
Mas tento fazer bem feito
Tudo que me foi pedido.

Com angústia e desespero,
Às vezes sou abordado
Mas com muita confiança
E o coração apertado
Por vezes me saio bem
Sem que seja maltratado.

Nem sempre vem a tristeza
Sinto-me também feliz
São muitos que me agradecem
Por tudo que já lhes fiz
Confesso que faço pouco
Sou apenas aprendiz.

Um aprendiz de humano
Nessa vida tão ingrata
Em que o homem oprimido
Mesmo inocente retrata
Um sofrimento escondido
Na história que relata.

Tem casas que são mais simples
Só chego até o portão
Tem pessoas EDUCADAS
Que tiveram opção
De poder fazer escolhas
Sem sofrer humilhação.

Não posso culpar ninguém
Pela carência evidente,
Mas posso dar atenção
Lidando com essa gente
Que me acolhe com carinho
Como pessoa decente.

Há lances que são marcantes
São conversas informais
Guardarei a sete chaves
Não lhes contarei jamais
São histórias em segredo
Casos confidenciais.

Abomino o preconceito
Qualquer discriminação
Respeito cada indivíduo
Evitando confusão
Temos os mesmos direitos
Precisamos de união.

Da saúde eu sou os pés
Que vão atrás dessa gente
Descubro grupos de risco
Faço isso consciente
Não quero mostrar trabalho
Só quero ser competente.

Parece até mais um sonho
 Querer cuidado profundo
 Mas quem disse que sonhar
 Não é coisa desse mundo
 Posso não ser o primeiro
 Mas tento ser o segundo

O sonho é coisa engraçada
 Faz transparecer o belo
 Mas o que custa sonhar
 Se isso é muito singelo
 Enquanto a morte não chega
 Construo o meu castelo

Sou Agente de saúde
 Um ser humano completo
 Consigo dar atenção
 E vejo muito de perto
 A demanda de um povo
 Que luta pelo que é certo.

Desprotegido na rua
 Tento prestar atenção
 Na subida e na descida
 Sigo minha direção
 E faço minha visita
 Com muita dedicação

São tantas as caminhadas
 Que nem preciso malhar,
 Vivo em busca de saúde
 E posso lhe assegurar
 Que a saúde dessa gente
 Ainda vai melhorar.

“Exerço” muitos papeis
 Dentro da minha função
 Depende de quem encontro
 De quem me pede atenção
 Falo de qualquer assunto
 E não faço distinção.

Preciso lhe confessar
 Por vezes fico cansado
 Mas tento me controlar
 Não quero ser estressado
 Sou companheiro de luta
 Não posso ficar calado.

Por vezes vem a tristeza
 Que tenta me derrubar
 Mas busco força no peito
 Que possa me motivar
 E sigo em frente na luta
 Coragem não vai faltar

ANEXO B – EPIDEMIA PRATA

EPIDEMIA PRATA

Cia Mungunzá de Teatro Direção: Georgette Fadel

Dramaturgia coletiva Supervisão dramaturgica: Verônica Gentilin
2017/2018**PRÓLOGO****ENTRADA DO PÚBLICO. OS ATORES ESTÃO EM CENA ASSISTINDO AO DEBATE.**

Verônica: Três de outubro de 2017. Estamos num teatro na região central de São Paulo, participando de um debate público sobre drogas, saúde pública e urbanismo. A mesa do debate é composta por pesquisadores e acadêmicos da Colômbia e do Brasil. A plateia é aberta a interessados em discutir a questão da redução de danos e de pessoas e territórios vulneráveis. Está rolando um power point, tem uma mesa no canto com comeres e bebidas para as pessoas do evento. As portas do espaço estão abertas. Elza entra. (*Entra em cena e se coloca sobre o bueiro*) Ela atravessa o palco e se coloca bem no meio, entre os debatedores e a plateia. Ela cheira muito mal. Ela traz esse braço embaixo da blusa e essa parte da saia um pouco baixa. Ela também faz umas contorções faciais que eu não vou ter musculatura pra reproduzir pra vocês. Desta forma ela pára, estende a mão e começa a grunhir.

VERÔNICA FAZ UMA MÁSCARA FACIAL E CONGELA COM A MÃO ESTENDIDA. DEPOIS CAMINHA COM A MÃO ESTENDIDA PARA A PLATEIA REAL E PARA A PLATEIA DE ATORES. ELES LHE DÃO MOEDAS, UM POUCO SATISFEITOS POR PODEREM CONTRIBUIR. ELZA PERCORRE O ESPAÇO CÊNICO DEIXANDO OS ATORES INCOMODADOS COM SUA PRESENÇA. PEDE COXINHA. LHE DÃO COXINHA. ELA VOLTA A INCOMODAR. PEDE CIGARRO. LHE DÃO CIGARRO. ELA VOLTA A INCOMODAR. LEO TENTA TIRAR ELA DE CENA E ELA O ABRAÇA. ELE A PRINCÍPIO TENTA RETRIBUIR MAS DEPOIS SE ESQUIVA. MARCOS RETIRA VERÔNICA DE CENA E A EXPULSA.

Marcos: Vai tomar no cu. Arrombada. Vagabunda. Já te demos coxinha. Já te demos cigarro. Já te demos dinheiro. O que mais você quer? Some daqui senão eu te mato!

Blecaute.**CENA 1 : Cachimbo de sopros**

ATORES ENTRAM EM CENA DURANTE O BLECAUTE E CRIAM IMAGENS, UTILIZANDO INSTRUMENTOS DE SOPRO E ISQUEIROS, SIMULANDO CACHIMBO DE CRACK.

CENA 2: Gira

Todos começam a cantar a música abaixo, como uma gira.

Todos: *Pequenos prazeres a pedra de
fogo cachimbo em brasa*

LEO ABRE A TAMPA DO BUEIRO. HÁ MUITAS MOEDAS EMBAIXO. ELE COMEÇA A TOMAR BANHO DE MOEDAS E A FICAR PRATEADO. LUCAS ENTRA SEGURANDO UMA FLAUTA QUE SIMULA UMA ESPADA, ERGUE A CABEÇA DE LEO E A SUSTENTA ENQUANTO FALA O TEXTO ABAIXO.

CENA 3: Cabresto

Lucas: Quando a liberdade se anuncia comandante puxa
cabresto

pra sabê que tamo amarrado ainda

mas você, comandante, provável não sabia que enquanto cê
tava parado num ponto olhando caminhada minha

muita caminhada minha tinha

E esse mundão você desconhece

porque nois aqui não cabe de um lado só, reconhece

nóis caminha em toda direção

Se dá 1 nois faiz 2

Se tem 2 nois faiz 4

se tem pão, não vai faltar pra ninguem meu irmão.

Nois é que nem internet, que nem Jesus

Cristo, aperta o botão e replica, tio.

Nóis é que nem a Hidra, rabo de lagartixa. Se corta cresce de
novo, outro, multiplica.

Aqui é o fluxo.
 O cú e o umbigo do mundo. onde tudo
 começa
 onde tudo termina.

LUCAS CORTA A CABEÇA DE LEO.

CENA 4: Bolha/Cagar Moedas

Gustavo sobe no piano, abaixa as calças e começa a cagar moedas. As moedas caem sobre o piano e ressoam.

Virginia, dentro da bolha, balbucia.

Virginia: Eu tenho alguma coisa aqui. Eu tenho certeza. Eu sempre tenho. Eu sempre tenho alguma coisinha. Porque eu gosto de dar. Se eu tenho, eu dou. Se alguém me pede um trocado, eu dou, se eu tenho eu dou...Eu sempre tenho alguma coisinha. Então, por que eu não daria? Eu gosto de dar. Ah eu sabia, eu tenho! Por que eu não daria? Eu gosto de dar! Eu sempre tenho alguma coisa comigo. E me faz bem dar, eu gosto de dar! Então, por que eu não daria? Se eu tenho, eu dou! Eu sei que não resolve o problema, mas é melhor dar do que não dar!

CENA 5: Tapas

MARCOS COMEÇA A SE BATER E A SE PINTAR DE PRATA. LUCAS E VERÔNICA ENTRAM FAZENDO O MESMO.

CENA 6: Medusa

Marcos sobe no bueiro e começa a falar. Sobre sua fala entra a música da Medusa.

Marcos:Tá me vendo? Té me vendo? Vocês pensam o quê? Que eu nasci assim? Com essa cara? Com essa roupa? Pensam que eu cheguei pronto no mundo? Já nasci com o cachimbo colado na boca , o diploma colado na mão, na cara esse corte profundo? Que já nasci com aids? Que eu já nasci doutor? Que carrego embaixo do braço comigo minha guia de Santo, faca, colchão... cobertor? Vocês passam e - quando me olham - eu sou isso que vocês veem. A sua estátua. Prata. Pedra. Rígida. Obra prima fundida pela tua

oca visão. Com passado cassado, presente ausente e futuro obscuro. Eu sou a última forma que você vê, revê e faz da minha longa caminhada o teu cine-privê. Medusa, me transforma e pedra e me usa. Medusa, me transforma e pedra e me usa. Quando você teme minha última forma, eu sou sua estátua do craqueiro que vai roubar o seu celular, pra fumar, radiar, sem porto para atracar... Sem porto para atracar. Quando minha última forma por você é invejada, Marquesini modelo desajeitada, menino Neymar fazendo jogada. Tirando foto para você rir, curtir, sonhar e desejar um mundo que jamais irá alcançar. Aqui é o fluxo, o cu e o umbigo do mundo. Pela última fotografia do teu olhar não há o que crer. Estado armado, tiro, porra e bomba... Abuso do poder. Faz o seguinte, pega um pedaço de pau e bate nele até morrer. Pronto. Fim. Menino Prata, homem prata, cidade prata... Petrificado por você, petrificado por mim. Se o teu olhar soterra a minha última forma, então sim, eu sou a tua estátua, a tua obra prima. Pode olhar e admirar. Parabéns. Foi você quem fez.

Música Medusa:

Medusa,

me transforma em pedra, me usa

Se perder numa noite suja

Na cidade do caos, na noite fatal

Medusa,

Com seus olhos de fogo me alucina Desculpe falar,
mas é minha sina No fluxo viral, a hidra do mal

Medusa

MARCOS CONGELA E CAI.

CENA 7: Rap

Leo: O Gabriel, um menino que joga bola mó bem, roubou uma porrada de papel higiênico e produto de limpeza do depósito. Eu sabia mais ou menos onde ele morava e fui até lá tentar recuperar alguma coisa e ver se eu encontrava alguém da família dele para conversar. No caminho encontrei uns conhecidos e perguntei quem era a mãe do Gabriel, eles me apontaram uma mulher sentada do outro lado da rua, fui até ela, expliquei tudo o que tava acontecendo e perguntei pra ela o que a gente poderia fazer pra isso não acontecer de novo. Ela olhou pra mim bem convicta e disse: "pega um pedaço de metal bem grande e bate nele até ele morrer".

PEDRO ENTRA CANTANDO O RAP NO MICROFONE, ACOMPANHADO PELOS METAIS.

Pedro:

*Pow pow pow o menino de rua pow pow
pow lado escuro da lua Pow pow pow o
menino de rua pow pow pow lado escuro da
lua*

Seu problema estético

É um dilema ético

Nesse mundo cão que até ração quis me dar

Bombas,

Bala de borracha

Não matam minha fome se é isso que cê acha

Poucas moedas, Mas cheia de
ratos

A mídia golpista dissimula os fatos

Epidemia Prata que se espalha Sangue na
navalha

Troco tiro e mando bala

Pow pow pow menino de rua Pow pow pow lado
escuro da lua

Atire pedras que eu devolvo a loucura

Não maqueio a realidade dura e crua da rua GCM, pm, juiz e
político

São armas de opressão desse povo raquítico

Viciado, lupem, terrorista

Esse é o lamento triste do artista No fluxo a vida
louca se mata Traição por um punhado de prata

A estátua de um estado ausente Rato, mendigo,
indigente

Pow, pow, pow , menino de rua Pow pow pow
lado escuro da lua

Pedro: Eu morei durante vinte anos na rua João Alves Pimenta, Pirituba, periferia de São Paulo e lá meu corpo foi moldado pelas brincadeiras de rua e pela violência que o pessoal da periferia sofre diariamente. Quando o movimento instintivo de se proteger contra uma violência é proteger os órgãos, você tem o corpo da rua.

Leo: O Clovis, o dono do bar da esquina, o cara que comanda o bairro todo, ficou sabendo da história Gabriel, do roubo de papel higiênico, dos produtos de limpeza e veio perguntar pra mim o que tinha acontecido. Eu expliquei toda a situação e falei que a mãe dele tinha dito "pra eu pegar um pedaço de metal bem grande e bate nele até ele morrer"... Ele olhou pra mim e disse: Se ela fala isso pra mim, eu pego um pau e arrebeno ela na madeira.

Pow pow pow menino de rua Pow pow pow lado
escuro da lua

CENA 8: Elza caga na rua

ENTRA A PROJEÇÃO DE UM VÍDEO COM O ARTISTA DE RUA MIRÓ, DECLAMANDO UM TEXTO DE SUA AUTORIA.

Miró:

Elza caga na rua
no Largo de Santa Cecília não limpa a
bunda
nem por isso morreu ainda
a guarda metropolitana não ousa prendê-la não há nada no
código penal
que diga que cagar em via pública é crime se tivesse, Elza
cagaria do mesmo jeito dizem que Elza não tem juízo

os sem juízo
 são imunes perante Deus e a polícia
 e nem sequer sabe existência de papel higiênico 16 de janeiro
 de 2012
 Faz sol em São Bento do Uma
 Se tivesse chovendo nada mudaria
 Talvez regaria as flores que o dono da funerária festeja Mais um pouco
 de grana na sua conta bancária
 E elegante minha mãe dorme sem saber de nada.

CENA 9: Você tá me vendo?

LUCAS ESTÁ DEITADO NO CHÃO. VIRGINIA, DENTRO DA BOLHA, COMEÇA A ANDAR SOBRE ELE. PÁRA NO PROSCÊNIO E COMEÇA A LIMPAR A BOLHA. OS TEXTOS DOS DOIS PERSONAGENS VÃO SE INTERCALANDO ATÉ NEUROTIZAR.

Virginia: Olha querido, eu acabei de dar pruma moça ali, mas eu vou ver se eu tenho mais alguma coisa aqui... Porque eu geralmente tenho alguma coisa comigo...Achei... (*Atravessa o palco passando pelo bueiro e pela barriga do Lucas, jogando as moedas em outra direção*). Toma, pra você! Ah achei mais! (*Retorna pelo mesmo caminho anterior, dando o texto da primeira cena*). Eu devo ter mais alguma coisa aqui. Eu tenho certeza. Eu sempre tenho. Eu sempre tenho alguma coisinha. Porque eu gosto de dar. Se eu tenho, eu dou. Se alguém me pede um trocado, eu dou, se eu tenho eu dou...Eu sempre tenho alguma coisinha. Então, por que eu não daria? Eu gosto de dar! Ah eu sabia, eu tenho! Por que eu não daria? Eu gosto de dar! Eu sempre tenho alguma coisa comigo. E me faz bem dar, eu gosto de dar! Então, por que eu não daria? Se eu tenho, eu dou! Eu sei que não resolve o seu problema, mas é melhor dar do que não dar. (*Chegando no proscênio esquerdo de novo, joga mais moedas*). Nossa! Tem mais aqui! Meu Deus eu achei mais. Tem mais nossa!Eu tenho mais do que eu achava que tinha! Você tá com sorte viu rapaz? Nossa eu tenho mais mesmo! Eu não imaginava que eu tinha tanto! Agora acabou! Agora só tenho cartão! Olha, eu passo todo dia por aqui. Amanhã eu trago mais, eu prometo! (*Senta na posição de lótus*). Ah meditar.. meditar.. Eu preciso respirar! Jardinagem... jardinagem.. Mexer com terra, como me faz bem... Eu sei de tudo que tá acontecendo no mundo, mas me conectar com isso não me ajuda, só desestabiliza meu fluxo interno.

Lucas: Você tá me vendo? Olha pra mim. Eu tô deitado? Olha pra mim! (*vai neurotizando o texto até pegar uma marreta e bater no bueiro*).

CENA 10: Porto

MARCOS ENTRA EM CIMA DO PIANO, CARREGADO POR TRÊS “RATOS”.

Marcos: Sem porto para atracar! Somente o mar! Somente o mar!

CENA 11: Relatos/marmita

TODOS DÃO UMA PAUSA E VÃO TOMAR UM LANCHE NA MESA COM COMES E BEBES. PEDRO PEGA UMA MARMITA COM ARROZ E FEIJÃO E COMEÇA A COMER.

Pedro: (para a plateia) você lembra da Agostinha? A agostinha é uma mulher que trabalha no fluxo. Ela é da área da saúde. Enfim... Um dia eu estava conversando com a Agostinha e ela estava me contato que uma vez tinha um cara quase morto deitado na rua. Ela se aproximou, conversou com ele e ele rapidamente levantou e foi fumar uma pedra. Aí eu fiquei pensando, disse ela, *“que loco, o cara está nessa situação por causa da droga e é a mesma droga que faz ele se levantar e continuar a viver. Se não fosse a droga o cara morreria”*.

Gustavo Sarzi: Se pá a droga é Deus.

Leo - Então precisa tomar cuidado para não ter uma overdose de Deus.

LUCAS ENTRA COM PARTES DO CORPO ENFIADAS EM MARMITEX DE ALUMÍNIO.

Lucas: Tá com fome? Tá com fome? Quer comer? Não quer comer? Tudo bem, eu embrulho pra viagem. (*Embrulha o pênis no marmitex*). Danilo mora na calçada, tomou um pau e pediu pra ser acolhido. Eu falei, tá, tudo Danilo. Coloco vc no carro, levo vc pra minha casa, coloco no sofá, controle na mão, pra assistir uma tela. Foi o que eu fiz. Ao chegar me casa, a Verônica minha parceira ia entrar no banho. O Danilo tirou o tênis. Eu falei: Não Verônica pelo amor de deus, não entra! O Chulé empestou o apartamento inteiro. Eu falei: Danilo, eu vou cortar seus pés, hein! Eu vou botar fogo nos seus pés. Ele entrou no banho, lavou o pé com bucha, saiu, dormiu no sofá. No outro dia de manhã ele acordou, foi embora. E a gente teve que lavar o sofá, a fronha, o lençol com desinfetante, vinagre, naftalina. E eu falei ainda pra ele: o problema não é o tênis, porque tênis você tem seis, o problema é

não lavar o pé (*riso constrangido*).

Marcos: Março de 2018. Estamos no Teatro de Contêiner, Sede da Cia Mungunzá de Teatro. Para quem não conhece, o Teatro de Contêiner tem as paredes de vidro, ou seja, tudo que acontece em cena, reverbera na rua e tudo que acontece na rua, reverbera, de alguma forma, na cena. Nós estamos fazendo um espetáculo do nosso repertório, chamado “Luis Antonio - Gabriela”. Estamos numa das cenas mais silenciosas do espetáculo.

Inclusive tem uma projeção com a palavra “silêncio”. Aí, do nada, a gente escuta uma voz vindo da rua “*O lucas, você conhece a música do prego? Preguntaram pra mim, se ainda gosto dela*”. A plateia ficou apreensiva. Sentimos no ar a pergunta “*nossa, como eles se sairão dessa?*” Aí a gente se olhou e “*respondi tenho ódio, e morro de amor por ela*”.

Lucas- Sim, o Sr. Cícero.

Marcos - Seu cícero não está mais conosco. morreu.

Leo: Quando nós começamos o processo criativo deste espetáculo, nós tínhamos muita curiosidade nos meninos prateados. Que são esses meninos que se pintam de prata para mendigar, jogar malabares no farol. Aí a gente foi até eles e perguntamos: “*Menino, por que você se pinta de prata?*”

- E eles responderam: “*porque prata, da mais prata*”.

CENA 12: Épico

TODOS COMEÇAM A ANDAR EM CÍRCULOS EM VOLTA DO BUEIRO, EXECUTANDO AÇÕES COTIDIANAS E SE RELACIONANDO ENTRE SI. FAZENDO UMA PARÁBOLA DE AÇÕES HUMANAS QUE CONTEMPLAM O AVANÇO DA HUMANIDADE. CHORO, RISO, ABRAÇO, BRIGA, MEDITAÇÃO, DOR NAS COSTAS, PEDIR ESMOLA, BEIJO, DANÇA, COOPER, SAMBA, ETC... VÃO NUM CRESCENTE ATÉ IREM TRAVANDO E FINALIZAREM NUM BOLO MISTURADO, COM OS CORPOS TRAVADOS UNS NOS OUTROS. SOBRANDO APENAS O ROSTO DE VERÔNICA APARECENDO, NO MEIO DOS CORPOS.

Verônica: Foi um tiro. Aqui a gente toma tiro por todos os lados. A música do seu Cícero invadindo a nossa peça foi um tiro. Uma espécie de invasão bem no meio do peito. Aqui a gente as coisas se invadem o tempo todo porque o afeto é uma espada que atravessa o coração em cheio. Fernando. Fernando mora na calçada, ele é usuário de crack, mas ele ainda tem ideia pra trocar, ele consegue dialogar com vc. É inteligente, culto, gosta de ler. Agora ele descobriu que está com Aids. Chegou pra gente, chorou, falou que estava com medo mas que ele não ia se tratar porque é vida louca igual Cazuzu. Pediu uns textos sobre a doença pra ele ler. Porque ele quer saber o que tem dentro do corpo dele. Danilo. Danilo mora na calçada. Danilo chega pra mim e dispara: ‘Vem cá, você já apanhou

muito, mas assim de sair sangue?’ Eu disse: ‘Nunca’. Ele: ‘Eu já. Quando a gente apanha muito sua auto estima fica lá embaixo. Aquele dia que tomei banho na sua casa a

minha auto-estima subiu. Olha, desculpa pelo meu chulé. Ele olha pra mim, diz que sente falta de planta na minha casa. Me dois vasos, uma pá e um pratinho em forma de coração pra eu plantar. Hoje o Danilo virou brisa. Danilo sumiu com 500 reais do fluxo. E no fluxo você não paga 500 reais em dinheiro, vc paga com a vida. Eu prefiro acreditar Eu finjo que acredito que isso que ele tá fazendo não é um suicídio. Hj eu não sei se o Danilo tá vivo ou se tá morto. Assim como eu tb não sei se quando vejo alguém deitado na calçada, se essa pessoa tá viva ou se está morta. Assim como eu tb não sei se enquanto eu estico meus braços pra tentar dar conta disso tudo se eu estou viva ou se estou morta. E que não importa quantos braços eu tenha nem pra onde eu estenda. A sensação que eu tenho é que eu não consigo sair do lugar.

VERÔNICA CONGELA E CAI.

CENA 13: Quedas

Leo e lucas fazem um dueto com os sopros para o corpo caído.

Virginia arruma a bolha e se posiciona frente ao microfone. Leo congela e cai, sustentado pelos demais. O fluxo continua girando. Marcos congela e cai. Gustavo congela e cai, sustentado por Pedro. Lucas vai cobrindo esses corpos com mantas térmicas prateadas. Essas ações todas são executadas durante o texto da Virginia abaixo:

Virginia: Eu gosto de dar. Se eu tenho eu dou. Eu tento ser uma pessoa melhor. Eu sou uma boa mãe. Eu sou uma boa esposa. Eu sou uma boa filha. Eu tento ser mais presente na vida das minhas netas. Eu faço abaixo assinado contra as touradas. Eu não como carne. Eu não compro roupa feita na China. Mim toma banho rápido pra economizar água do planeta. Mim critica o Big Brother, mas assiste um dia e já fica viciada. Mim assiste novela sempre que dá. Mim sabe da grandeza do Cosmo. Mim entende dos Astros. Mim bom homem. Mim conversa. Mim não joga lixo no chão. Mim dá carona Mim anda a pé. Je suis Charlie. Je suis Somalia. Je suis Siria. Je suis Tanta coisa. Eu sou #Marielle presente. Eu sou dinheiro no farol. Eu sou você. Je suis Teatro no final de semana. Je suis cesta básica. Je suis almoço de Domingo no shopping. Je suis sacolinha de natal pra ONG. Je suis bicicleta de Domingo na Paulista. Eu sou uma estrela. Eu sou voto nulo. Eu sou Você.

Eu sou mexeu com uma mexeu com todas. Eu sou não vir a passeio. Eu sou um bom ser humano. Eu sou manifestação na Paulista. Je suis orgasmo. Je suis filme alternativo. Je suis casamento aberto. Je suis prateleira de livros. Eu sou você. Eu sou sexo livre. Je suis um bom marido. Je suis cerveja artesanal. Je suis viagem nas férias. Je suis iPhone. Je suis tênis all star desgastado. Je suis Bolsa Louis Vitton. Je suis fora TEMER. Eu sou Não é Não. Eu sou a resistência. Je suis uma boa mulher .Je suis você. Je suis Tudo. Je suis nada. Je suis boicote ao Epidemia Prata.. Je suis mochilão. Je suis lugar de

fala. Je suis prédio em chamas que desaba.. Je suis barco de imigrantes que naufraga. Je suis cidade de interior no final de semana. Je suis balada. Je suis bar alternativo. Je suis cachoeira. Je suis parto humanizado. Je suis cachaça. Je suis dança. Je suis Machu Pichu. Je suis meditação. Je suis Yoga. Je suis Uruguai. Je suis Jardinagem. Je suis Europa. Je suis sociedade do cansaço. Eu sou gin. Eu sou a intolerância. Eu sou aperol. Eu sou ansiedade. Eu sou Heineken. Eu sou impaciência. Eu sou caipiroska. Eu sou o agora. Eu sou selfie. Eu sou desamor . Eu sou síndrome do pânico. Eu sou medo . Eu sou intransigência. Eu sou você. Eu sou tudo. Eu sou nada. Je suis # . Je suis. Je suis . Je suis

VIRGINIA VAI NEUROTIZANDO O TEXTO ATÉ FICAR ININTELIGÍVEL E ELA CAIR SOBRE SUA PRÓPRIA BOLHA.

Pedro pega o extintor e começa a soltar cachaça simulando uma chuva sobre os corpos.

CENA 14: Morte do Seu João

Lucas: Faz 2 dias que tem alguém deitado na calçada debaixo do cobertor.Me aproximo do corpo, descubro a cabeça. Ela tá inconsciente. Vou em direção a um policial e peço que ele chame uma ambulância. Ele vem até o corpo e diz que "esse é seu João, seu João é assim mesmo, toda vez ele recusa ajuda". Ainda assim o Escobar, meu amigo, chama a ambulância.- Seu João, olha pra mim. Você tá me vendo? Tá me vendo? Olha pra mim. Confia! Confia. Lá pra onde você vai com certeza ALGUÉM vai cuidar do senhor. Alguém vai gostar de você. Se deixa levar! Se deixa levar. Ambulância chega. Levam seu João para o hospital. No mesmo dia ele morre. Sobre aquele mesmo chão, debaixo de um cobertor da mesma cor. Descubro a cabeça. Fernanda! Ainda assim o Escobar chama a ambulância.-

Confia! Confia. Lá pra onde você vai com certeza ALGUÉM vai cuidar de você. Alguém vai gostar de você. Se deixa levar! Se deixa levar. Somente o mar. Somente o mar. Ambulância. Hospital. Morre. Cobertor da mesma cor. Cadu.- Confia! Com certeza alguém. Alguém. Com certeza. Morre.Neguinha, Taubaté, José.- Com certeza. Alguém! Com certeza. (*Indo em direção ao bueiro, sobe no mesmo*).Sobre aquele mesmo chão, debaixo de um cobertor da mesma cor, descubro a cabeça.(*sobre o bueiro*). Fernando.Ele olha pro céu, vê a chuva e começa a cantar:

Faz um chá de erva doce pra São Pedro Pra acalmar os seus nervos, relaxar.

Tanta melancolia me dá medo. Cada lágrima vem pra inundar Cada soluçar um relampejo

A casa de Maria vai boiar Não deixa ele chorar

Vai desabar, vai desabar

(Gustavo intercala as estrofes com a música do “prego” na flauta)

*Que chuva torrente de pedrada Tanta gente
correndo do gelo do céu
Todo mundo gripado, tossindo, espirrando Clamando a
São Pedro, podia ser mel Barraco ta solto no meio da
enchente Gente reclamando pingueira na telha Queira
ou não queria no final da história O barraco desaba
numa ribanceira*

CENA 15: Leite Empedrado

VERÔNICA ESTÁ DEITADA SOB O PÉ DE LUCAS.

Verônica: Psiu. Vc tá me vendo aqui? Eu to com a cabeça embaixo do seu pé. Cuidado pra não pisar em mim. Vc tá me ouvindo? Eu to deitada? Eu to tentando falar com vcs desde que isso tudo começou. Enquanto vcs estão falando de mim eu to tentando me comunicar com vcs. Eu to falando com vcs desde o começo mas parece que vcs estão muito ocupados fazendo isso tudo aqui.

MENINOS LEVANTAM VERÔNICA E COMEÇAM A ARRUMAR ELA. COLOCAM

ela em pé sobre o bueiro. Tiram seu top, colocam o sutiã de marmita, flor no cabelo, saia, mangas. E colocam ela na posição da Elza, no começo da peça: mão estendida .

Verônica: O que vcs tão fazendo? Pra que tudo isso? Pra que tudo isso se vcs não estão me ouvindo? Olha pra mim. Vc tá me vendo? Não é assim. Não é bonito. Não é alegre. Não é poético. Não tem música. Não tem luz. Nao tem foco na minha pessoa. Nao tem beleza na minha miséria. Nao tinha que ter ninguém tirando foto disso, nem filmando meu lixo, nem falando disso assim. Assim! Assim! Eu não falaria o que “EU” estou falando. Eu não falaria isso que está sendo dito. Isso não era nem pra ser assunto. Eu não era pra estar aqui sendo assunto de vcs. Não. Eu não sou um rato. Embora seja por essa forma que eu consiga me comunicar com vcs. Eu também não sou um grunhido. Embora seja com esse som que eu consiga chegar até com vcs! Eu não sou essa que pede bebida, coxinha, cigarro, conversa, calcinha, cueca, água, brinco, lápis, papel, garrafa, relógio , pulseira...Embora seja dessa forma que eu consiga ter algo de vcs. Eu não sou a música alegre depois da chuva, eu não sou o medo da aids, eu não sou os presentes que eu te dou, eu não sou o Chulé pelo qual eu me desculpo depois de

tirar o meu tênis na sua casa. E embora tudo isso te pareça digno não é. A dignidade não mora na forma como vc fala de mim. Naftalina , vinagre, desinfetante não é digno. Não ter onde lavar o pé não é digno. Vender meu corpo a 5 reais não é digno. Eu não estou num corpo vazio. Eu não sou um zumbi. Eu não decidi isso. Eu não decidi isso sozinha. Eu sei que vc tenta me amar quando fala de mim e isso é digno, mas eu não posso ser o seu assunto pra sempre, porque eu Tb devo falar. Eu Tb devo falar de mim.

Eu falo de mim quando importuno vc no metrô. Eu falo de mim quando

importuno vc na lanchonete . Quando vc tenta conversar comigo e eu não tenho escuta, eu estou falando de mim. Quando estou sendo chata, sacal, louca, repetitiva, entediante, sem bom senso, fedida, eu estou falando de mim. Eu to falando de mim o tempo todo. Pq é quem tem mais peso quando vc fala de mim, do que quando eu tento falar de mim? Cheiro mal. Tenho bolhas nos pés. Cheiro cachaça, cheiro mijo, cheiro cigarro, cheiro suor. Eu cheiro bosta. Eu chego com o todo o meu cheiro e tento falar de mim. E vc me escuta por educação . Vc me escuta pra poder falar de mim depois. Vc me escuta com segundas intenções. Vc me escuta pra me colocar aqui em cima. Pode falar de mim, eu não me importo. Pq só quando vc falar de mim é que todo mundo vai sentar e ouvir, não é?

Então aproveita esse momento e diz pro mundo que enquanto eu continuar morrendo na sua calçada não vai ter poesia.

Psiu. Vcs estão com fome?

Vcs querem comer?

Eu daria todo o meu leite pra vcs. Mas

EMPEDROU.

MENINOS VÃO CEDENDO AO PESO, ATÉ QUE POUSAM O BUEIRO NO CHÃO APÓS A FALA FINAL.

Blecaute. Som da Tuba.

FIM

